Setembro/Outubro de 1984

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Rua da Imprensa, 16 – sala 1508 – Centro
Rio de Janeiro – RJ – 20.030

SPHAN 32

*pró*Memória

Projeto Oito Vertentes:

A Elaboração de uma Historiografia Brasileira da Arquitetura



Em Natividade (GO), a conclusão da primeira etapa de pesquisas

Com o objetivo de realizar um levantamento sistemático e a classificação de dados e documentação iconográfica para informar a História da Arquitetura a partir de um enfoque específico, comprometido com o desenvolvimento da Arquitetura Brasileira, vem-se desenvolvendo desde 1982, no âmbito da Universidade Católica de Goiás, o *Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira.*

O projeto conta ainda com a participação das Universidades Federais de Alagoas e Santa Catarina, da Universidade de Caxias do Sul (RS), do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, da Fundação Nacional próMemória, da Fundação Cultural de Goiás, do Projeto Rondon e da FUNAI. O programa de pesquisas é apoiado pela Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Social e Cultural da Subsecretaria da Educação Superior-SESu/MEC.

Uma parte do projeto já está concluída: o levantamento cadastral da cidade de Natividade, em Goiás (SPHAN n.º 22, págs. 14 e 15) e da Ilha de Santa Rita, no litoral de Alagoas. SPHAN/próMemória, nesta edição, abordará os objetivos e a origem do *Projeto Oito Vertentes* e o resultadodo levantamento efetuado em Natividade. SPHAN traz, ainda, entrevista como Professor Edgar A. Graeff, Coordenador do Projeto.

Elaborado pelos professores do Departamento de Artes e Arquitetura da Universidade Católica de Goiás, o projeto levanta a hipótese da existência de oito vertentes que caracterizam o processo de formação da Arquitetura Brasileira: a indígena, a portuguesa, a africana, a levantina-oriunda dos países do mediterrâneo oriental, a européia, a neoclássica, a eclética e a moderna. De acordo com tal hipótese, as vertentes teriam sua expressão máxima contida em dois momentos de síntese dessa arquitetura, característicos do processo de aculturação de todos os povos que deram origem à nossa própria formação, com marcantes reflexos na área arquitetônica.

O primeiro momento, representado pela Arquitetura dos Bandeirantes e pela Arquitetura Mineira do Ciclo do Ouro, reuniria as vertentes indígenas, portuguesa e africana. O segundo momento, representado pela construção da Pampulha e de Brasília, reuniria as demais vertentes, dando origem a uma arquitetura brasileira menos dependente e de maior influência sobre o movimento arquitetônico mundial.

O levantamento cadastral de Natividade, publicado pelas instituições envolvidas no projeto, traz uma breve apresentação do Prof. Graeff, onde ele resume o objetivo maior da realização dessa experiência. Para ele, *Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira* "constitui uma hipótese de caráter didático-pedagógico, que parte da convicção de que a História, por mais isenta que possa parecer, é sempre e inevitavelmente comprometida". E ele acrescenta que, tanto a sua elaboração, enquanto disciplina científica, como sua leitura, são pautadas por compromissos políticos dos autores e dos leitores. "Porque a História ou o conhecimento do passado", prossegue o Prof. Graeff, "só adquire realmente vitalidade e sentido em face dos nossos problemas do presente e dos nossos projetos para o desenvolvimento futuro". E no Brasil, lamenta ele, continua-se a ler e estudar a História da Arquitetura mundial a partir de um ponto de vista comprometido com os problemas e as perspectivas de desenvolvimento da arquitetura européia ou, "na menos pior das hipóteses, da arquitetura das metrópoles ricas". Em face dessa constatação, o Prof. Graeff justifica a realização do *Projeto Oito Vertentes* como uma procura de se abrir caminhos "para a elaboração de uma historiografia brasileira da arquitetura, (. . .) comprometida com a política de desenvolvimento da Arquitetura Brasileira".

Outra justificativa para a elaboração do Programa de Pesquisas, ainda de acordo com o seu Coordenador, relaciona-se aos estreitos vínculos que o projeto mantém com as atividades didáticas que lhe deram origem. A hipótese de trabalho sobre as *Oito Vertentes* foi levantada com base nos estudos e discussões realizadas pela equipe de docentes do Ramo de Teoria e História da Arquitetura, do Curso de Arquitetura da UCG, sobre métodos de abordagem capazes de manter alto o nível de motivação dos estudantes ao longo de todo o curso.

As experiências realizadas na própria Universidade revelaram que o interesse e a aplicação do aluno crescem sempre que se trata de assuntos relacionados direta ou indiretamente com o Brasil, seu passado, seu presente e suas perspectivas de desenvolvimento futuro. Em relação ao *Projeto Oito Vertentes,* seus idealizadores constatam que vêm conseguindo criar uma forte motivação para o estudo entre os alunos de Arquitetura, a quem o projeto se destina.

Ainda para justificar a realização do projeto, é destacado o fato de o Brasil marcar presença em apenas meio milênio, num panorama histórico de 5.000 anos de civilização. Segundo o Prof. Graeff, "ao estudante desprevenido pode parecer que não nos diz respeito o que ocorreu nos outros 4.500 anos, sem falar dos acontecimentos de dezenas de milênios da Pré-História da humanidade".

Para acentuar ainda mais essa tendência ao alheiamento, contribui o fato de o país estar mergulhado num processo acelerado de construção. "Fascinados e, talvez perturbados pela velocidade e a profundidade das transformações em curso", prossegue o Coordenador do projeto, "os jovens tendem a perder a perspectiva histórica, preocupando-se, não raro, somente com o que se passa *aqui e agora*".

Por fim, é ressaltado o grande interesse didático-pedagógico do trabalho, onde o desenvolvimento de atividades escolares como o ensino, a aprendizagem e a produção de conhecimentos



Fotos: MARCO ANTONIO GALVÃO

Vista geral de Natividade (GO), cidade escolhida como experiência-piloto do Projeto Oito Vertentes.

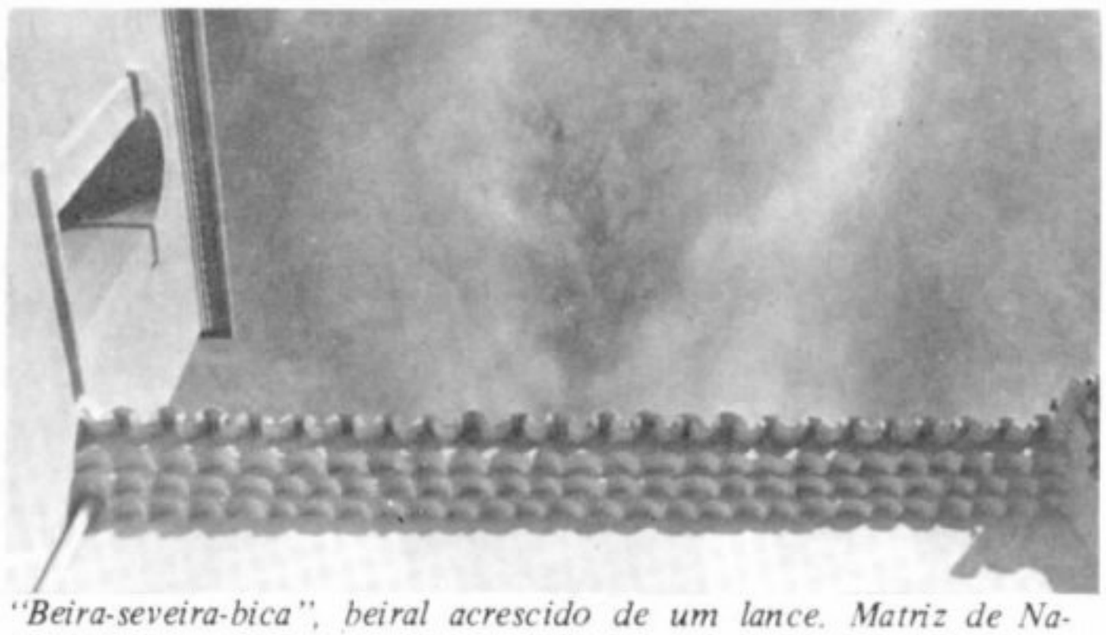


"Pilar fingido", elemento decorativo presente na arquitetura de Goiás.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória



"Beira-seveira-bica", beiral acrescido de um lance. Matriz de Natividade.

se dão num processo de interação – "o que constitui sem dúvida um ideal a atingir no exercício das atividades fins da Universidade".

Dentre os objetivos de maior destaque do Programa de Pesquisas estão a elaboração de um trabalho teórico de exposição e justificação da hipótese sobre as *Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira*, a classificação de dados e a documentação iconográfica levantados, de modo que possam ser utilizados pelas escolas de arquitetura do país, por outras instituições interessadas e por estudiosos em geral, além da programação de uma segunda etapa de trabalhos visando a produção de material didático para escolas de arquitetura e, eventualmente, para escolas de 2º Grau.

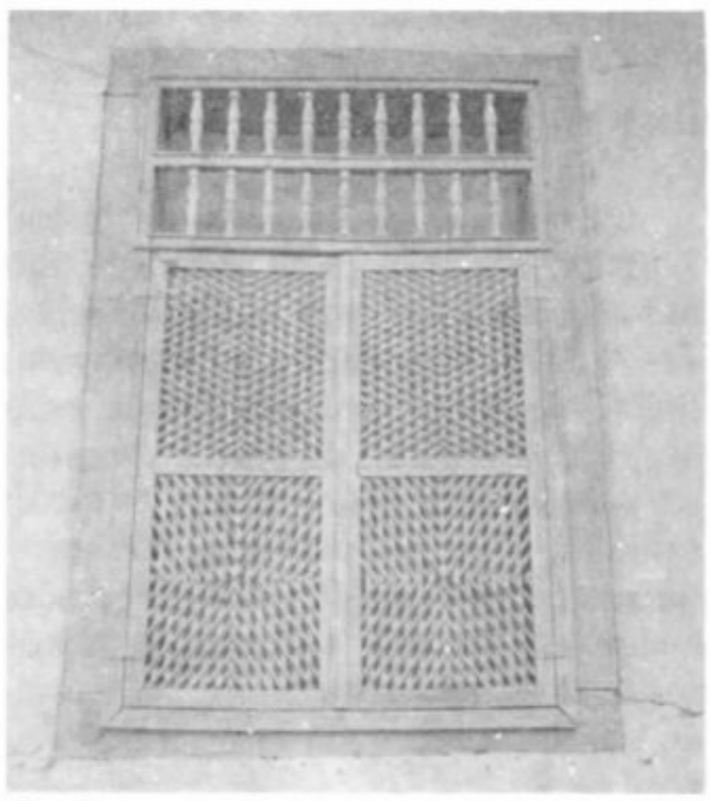
NATIVIDADE

A busca do conhecimento mais aprofundado das contribuições do índio, do português, do negro africano e das culturas levantina e européia à formação da arquitetura brasileira, através do estudo da habitação popular, dos espaços urbanos e dos costumes, em diversas localidades do país, através de trabalhos de levantamento e pesquisa, já foi desenvolvida em oito municípios goianos, marcando a conclusão da primeira fase do projeto. Agora, a pesquisa estende-se a cidades de Santa Catarina, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Como primeiro resultado dessa primeira fase, foi elaborado um levantamento cadastral da cidade de Natividade, em Goiás, que constitui uma das representações do primeiro momento de síntese, juntamente com outras cidades interioranas do século XVIII, como Ouro Preto, Mariana e Goiás. Natividade foi escolhida como experiência-piloto por ser ainda praticamente desconhecida e por possuir, até hoje, um significativo acervo arquitetônico. A cidade faz parte do primeiro momento da mineração no Estado de Goiás, juntamente com Pilar, Goiás e Pirenópolis, entre outras.

A documentação dos exemplares arquitetônicos mais expressivos de Natividade, localizada no norte de Goiás, constituiu o objetivo específico do levantamento lá realizado. Segundo os pesquisadores envolvidos nos trabalhos de cadastramento, "a melhoria das estradas, a televisão, o progresso, enfim, que em muito melhora as condições de vida desse distante local, sem dúvida, trará em seu bojo a destruição inexorável, não apenas dos elementos arquitetônicos, mas também das ricas tradições folclóricas, dos passeios e conversas ao longo das calçadas e praças". E concluem: "caso isso aconteça, teremos, no mínimo, documentado os testemunhos de um passado importante para a compreensão da história do Estado de Goiás".

Durante o cadastramento do núcleo histórico da cidade, foram observados detalhes arquitetônicos presentes, também, na maioria das cidades goianas pesquisadas e de que não se tem notícia em nenhum outro lugar do país como, por exemplo, o beiral chamado "beira-seveira-bica", acrescido de um lance, existente nas igrejas de Monte Alegre, Aurora e Natividade, as janelas de rótulas ou treliças, o "pilar fingido", assim chamado por ser apenas um elemento decorativo, etc. Esses detalhes são de grande importância para a compreensão dos ciclos do ouro e da pecuária em Goiás.



Janela com treliça.





Janela de folha cega com desenho vasado na bandeira.

Histórico

Situada ao pé da Serra de Nossa Senhora da Natividade, a cidade foi fundada em 1734, por Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho de Bartolomeu Bueno da Silva. Seu surgimento está ligado à exploração do ouro no território goiano. Gradativamente, Natividade assumiu papel de destaque no norte da então Província de Goiás, chegando inclusive a ser sede do Governo Provisório da Comarca do Norte, na época do conflito deflagrado entre o norte e o sul da Província.

A exploração do ouro teve como conseqüências, em Natividade, a fixação do homem, o estabelecimento do comércio, a formação social e a constituição do ambiente urbano. Nessa época, a morada assumiu um caráter de permanência e as casas, quando implantadas, eram térreas, construídas de tijolo cru e cobertas de telhas, enfileiradas uma ao lado da outra, formando ruas largas e bastante regulares, orladas de calçadas de xisto quartzífero, com quintais, na maioria, murados de pedra ou tijolo, segundo descrição de Johan Emmanuel Pohl, em seu livro *Viagem ao Interior do Brasil.*

Com a diminuição do ouro, e não tendo nenhuma outra atividade produtiva que o substituísse de imediato, a vida e o próprio espaço urbano se retraíram, só vindo a ser alterados no final do século XIX, com o surgimento da pecuária. Apesar de germinada no ciclo do ouro, a pecuária se constituiu em força revitalizadora da economia apenas no final do século XIX, início do XX. O espaço então, se alterou, se transformou, mas guardou em si mesmo a autenticidade de sua origem – a mineração, o que será determinante na solução espacial final e ao mesmo tempo o diferenciará de tantos outros que não passaram por essas etapas.

O lote, utilizado até o momento na relação edificação/quintal se reformulou, incorporando outro elemento: o curral. Surgiu ainda o pátio de serviço em decorrência de novas necessidades a satisfazer, do que resultou a nova ordem: edificação/pátio/quintal-pomar/ curral. O traçado – as ruas, os becos, os largos – no seu conjunto, foi preservado. A arquitetura, no entanto, se "revestiu" com a nova riqueza: igrejas foram demolidas ou



Matriz de N.S. da Natividade antes da restauração.

modificadas, fachadas foram completamente remodeladas, novas casas construídas, num processo de afirmação do novo poderio econômico.

Assim como no urbano, as diversas etapas vividas pela região podem ser visualizadas, da mesma forma, no espaço habitacional. Primeiro, a rusticidade, o despojamento, condicionados à exploração do ouro, único objetivo dos primeiros que chegaram ao local, exemplificados pela presença das ruínas de pedras no alto da serra e no meio do mato. Configurando-se o urbano, ligado ainda, em todos os sentidos, à atividade da mineração, as casas alinhadas formando ruas, ou abrindo largos, continuavam desvestidas de luxo, mas os materiais utilizados passaram a ser outros – a terra, o adobe, a telha e a madeira. O planejamento espacial começou a tornar-se mais definitivo.

A pecuária introduziu uma série de modificações: revestiu fachadas, alterou o programa de necessidades, trouxe para dentro do urbano hábitos e características da vida da fazenda. A casa de morada passou a ser construída obedecendo a certos princípios de definição da estrutura habitacional: o corpo da casa se organizou em retângulo, a vedação em adobe – espécie de tijolo seco ao sol e empregado cru – e o telhado em duas águas e, depois, com a ampliação do programa de necessidades, formaram-se múltiplos planos. O espaço interno também organizou-se, dentro de uma certa rigidez, com o corredor, elo de ligação exterior/interior, a varanda e os outros ambientes – salas e quartos. A área reservada ao serviço, no terreiro, ou era vinculada à casa através de "puxados", ou era completamente separada.

O período da pecuária tornou complexo o conjunto habitacional, diversificando o espaço em virtude das novas



Detalhe da torre da Matriz restaurada.

necessidades a satisfazer, relacionadas à vida da fazenda e ao comércio que se intensificou com a revitalização econômica. Surgiram espaços diferenciados para a despensa, forno, galpão de bezerro novo, paiol, quarto de arreio, rancharia – local de pouso para tropeiros e peões – e, principalmente, casas comerciais.

Apesar de todas as modificações, o partido geral se manteve, ocorrendo adaptações de uso no interior da casa ou, mais freqüentemente, a adoção de anexos construídos nas laterais, formando pátios internos. Deve ser ressaltada, nesse contexto, a importância dos primeiros migrantes paulistas e, mais tarde, os do Norte e Nordeste, principalmente da Bahia, formando um substrato tal, que vinculou as opções adotadas aos valores trazidos, resultando num espaço com identidade própria.

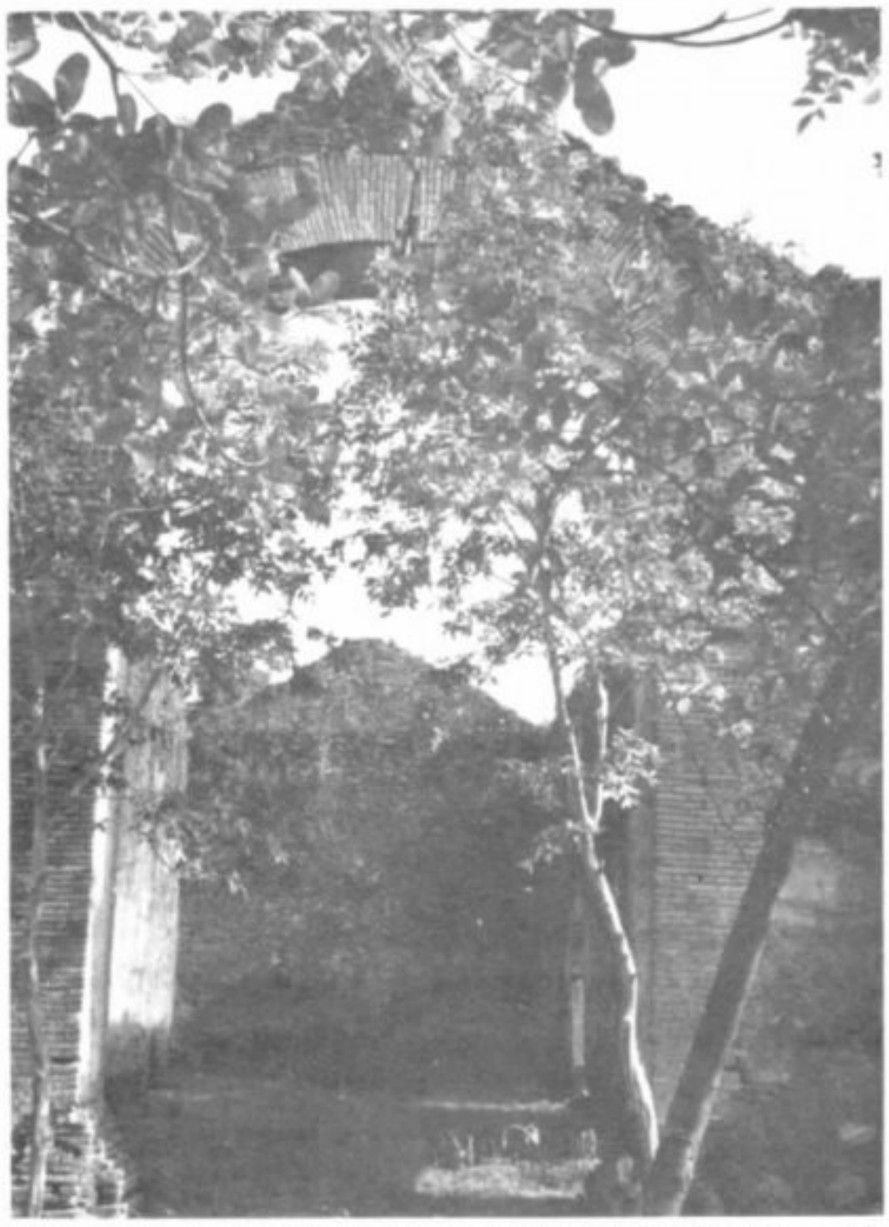
Esses e outros elementos construtivos, levantados pelo programa de pesquisa do *Projeto Oito Vertentes*, que vão do piso ao telhado, das fachadas muito simples, sem nenhuma opulência ou ricas em detalhes, ao agenciamento espacial satisfazendo necessidades diversas, formam um conjunto complexo, mas capaz de exprimir as etapas de desenvolvimento e os estilos de vida da comunidade de Natividade, além de contribuir para a preservação de um passado importante para a compreensão da História do país.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória

A experiência das **Oito Vertentes** *através de seu Coordenador*



Ruínas da Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos – Natividade.



Morada típica do interior goiano.

A participação e o interesse da Universidade no Projeto, a preservação do patrimônio e a formação de docentes, os resultados didáticos do trabalho, as perspectivas de continuidade das pesquisas, o nascimento de uma nova arquitetura. Essas e outras questões são abordadas na entrevista a seguir, pelo Arquiteto Edgar A. Graeff, da Universidade Católica de Goiás, Coordenador do *Projeto Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira.*

Qual a importância da realização do Projeto Oito Vertentes *a partir da Universidade, isto é, com a participação integrada de professores e alunos?*

E G – A participação da Universidade nesse tipo de trabalho, que envolve ao mesmo tempo atividades de pesquisa e extensão, é da maior importância para uma política mais vigorosa de preservação e revitalização do patrimônio. De uma parte, toca-se a consciência da comunidade universitária a partir da prática. De outra parte, o apoio técnico da SPHAN/*pró*Memória implica num processo de formação de pessoal docente qualificado nessa área – e em breve poderemos dispor de gente capaz de criar e manter nas escolas uma disciplina específica para o estudo, teoria e prática do patrimônio cultural, histórico e artístico.

Como *Oito Vertentes* volta-se preferencialmente para uma parcela do patrimônio que é eminentemente popular – não monumental – os alunos e docentes são colocados em íntimo contato com a cultura de morar das populações mais típicas do interior do Brasil. Nessas condições, a atividade de inventário e cadastramento adquire também caráter de extensão, contribuindo para a necessária reciclagem da Universidade em face da realidade social e cultural da sua área de influência.

Quais os resultados obtidos, em termos didáticos, com essa primeira experiência de pesquisas em Natividade?

EG – Em Goiás, a Universidade Católica já promoveu quatro ações de trabalhos de campo, sobre diversas formações urbanas do tempo da mineração de ouro e sobre aldeia que foi antigo quilombo. Seis a oito docentes participaram desses trabalhos, que mobilizaram ainda cerca de duas dezenas de alunos, principalmente de arquitetura.

O método de aprender fazendo é ainda o mais eficiente, pelas motivações que a prática gera para a busca da informação e do conhecimento teórico. Mas os resultados mais notáveis desse tipo de trabalho estão ocorrendo nas atividades curriculares cotidianas da escola: atualmente quase todas, se não todas, as disciplinas do Ramo de Teoria e História da Arquitetura associam atividades de *formação* – pesquisas, levantamentos, inventários – às atividades de busca de *informações* de caráter bibliográfico. Em outras palavras, uma espécie de *iniciação à pesquisa* faz parte do cotidiano do Departamento de Artes e Arquitetura da UCG, o que me parece constituir o resultado didático-pedagógico mais significativo da prática das *Oito Vertentes*.

E em relação às outras Universidades envolvidas, os resultados também vêm sendo satisfatórios?

EG – O interesse que vêm demonstrando as Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa nas Universidades Federais de Alagoas e Santa Catarina, constituem os indícios mais seguros dos bons resultados didático-pedagógicos desse Programa.

Em Alagoas, as duas Pró-Reitorias têm oferecido apoio inestimável às iniciativas das *Oito Vertentes*, e agora mesmo estão promovendo a publicação da documentação levantada na Ilha de Santa Rita.

Em Santa Catarina, o Professor Cézar Floriano dos Santos que, com o apoio técnico do Arquiteto Dalmo Vieira – responsável pelo escritório técnico da SPHAN/*pró*Memória no Estado, coordena os trabalhos do Programa, fez algumas experiências no âmbito das atividades curriculares com trabalhos de conclusão de curso.

Foi a partir dessas experiências que a Coordenação do Programa iniciou estudos para a montagem do Projeto "Estágio e Iniciação à Pesquisa envolvendo a Cultura de Morar e o Patrimônio Arquitetônico", a ser desenvolvido conjuntamente pela SEC/SPHAN/*pró*Memória e pela SESu/SDE, talvez com apoio da CAPES e do CNPq. A minuta do projeto já foi aprovada pelo Secretário da Educação Superior. A aprovação pelo Secretário da Cultura do MEC me parece certa, já que as idéias básicas do Projeto traduzem antiga aspiração da SPHAN/*pró*Memória.

A comunidade de Natividade participou, de alguma forma, das pesquisas? Houve receptividade ao trabalho?

EG – Os trabalhos em Goiás foram orientados pelo Arquiteto Marco Antônio Galvão, técnico da SPHAN/*pró* Memória. As notícias dos contatos entre os pesquisadores e a população são as melhores possíveis. Nessas pequenas e antigas formações urbanas o forasteiro sempre encontra uma certa resistência inicial, fruto da natural desconfiança dos moradores em face de um "magote" de estranhos que ninguém sabe a que vem. No sentido do comportamento das equipes, o Programa vem recebendo orientação dos técnicos locais do PROJETO RONDON, que tem nos assegurado também apoio logístico.



Casario de Natividade, avistando-se ao fundo as Ruínas do Rosário.

Para quando é previsto o término do Programa de Pesquisa e a conclusão do Projeto?

EG – Pois aí está uma questão que nunca nos colocamos, tão preocupados que andamos em formular, iniciar a implantação e reformular o Programa. Talvez dentro de um ano se possa estar trabalhando com dez Universidades. Depois com outras tantas. Haverá decerto um efeito multiplicador – e em breve esperamos que as instituições de ensino superior "toquem o barco" sozinhas. Mas o estudo e as pesquisas sobre as *Vertentes* prometem continuar por muito tempo.

Da Vertente Indígena pouco sabemos e já se verifica a necessidade de rebatizá-la com o nome de Vertente Brasileira, para traduzir um conteúdo mais amplo e abrangente: uma cultura de *morar no trópico* que nasceu antes da invasão européia e continua vertendo desta terra, agora filtrada por intensos e complexos processos de aculturação.

Para vocês se darem conta da vastidão desse processo – que necessariamente conduzirá a novas sínteses – temos no Brasil algumas centenas de *cidades novas*, estabelecidas nos últimos 50 anos. Destacam-se Goiânia com 800.000 habitantes – e Brasília, com mais de um milhão. Há cidades novas surpreendentes no oeste de Santa Catarina, no Mato Grosso do Sul, na Alta Paulista, no Mato Grosso, em Goiás; e, agora, elas nascem e crescem explosivamente na Amazônia. E nós, nossos arquitetos/urbanistas, quase nada sabemos do "mar" de cidades que a autêntica civilização brasileira está formando. Em compensação, enviamos anualmente dezenas de docentes para a Inglaterra, a fim de conhecerem três dezenas de cidadezinhas estabelecidas no pós-guerra. . .

Quer dizer: há muito que estudar para conhecer de fato a Vertente Brasileira, no que ela tem de mais rico e representativo da cultura de morar do "povão". E é esse caudal que nos permite perquirir hoje sobre o nascimento de uma Arquitetura no trópico.

Simultaneamente, e balizados pelo melhor conhecimento da Vertente Brasileira, poderemos fazer uma releitura da História Geral da Arquitetura, uma nova leitura do passado, com vistas às soluções dos nossos problemas arquitetônicos atuais, e às perspectivas de desenvolvimento futuro da Arquitetura ou das Arquiteturas do povo brasileiro.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória



Painel Portinari: Fim do Mistério

Quando a equipe do PRPPC – Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura – procedeu ao inventário, em novembro de 1982, de caixas de azulejos estocadas no almoxarifado do prédio do MEC, que supostamente acondicionavam apenas refugos de restaurações anteriores, foram encontrados, em 18 caixas, azulejos elementos-de-padrão cujos desenhos não correspondiam aos dos até então classificados.

Após minuciosos estudos, o PRPPC concluiu serem os azulejos encontrados de autoria de Cândido Portinari, produzidos nos anos 40, para utilização na parte central do painel HFL – hall dos funcionários/leste.

Criado em 1981, com a finalidade de realizar estudos para a recuperação do Palácio da Cultura – marco da arquitetura brasileira, indicado à UNESCO para compor a lista do Patrimônio da humanidade (SPHAN nº 18, págs. 4 e 5) – o PRPPC envidou todos os esforços possíveis para identificar, restaurar e recompor a obra, o que originou um detalhado relatório, cujo resumo das principais partes transcrevemos a seguir.

"Logo que o material foi encontrado ficou patente tratar-se de um conjunto organizado de azulejos, contemporâneo à construção do Palácio da Cultura, e até o exame da fatura confirmava a mesma execução dos azulejos originais.

"Optou-se de imediato pela reconstituição por tentativa de padrão, objetivando conhecer o provável desenho formado pelos azulejos. O padrão assim montado exibiu um peixe, composto de maneira análoga aos padrões dos painéis atualmente existentes no hall dos funcionários/leste e no hall dos funcionários/oeste, que são, respectivamente, estrela-do-mar e concha.

"Notou-se, ainda, que alguns azulejos possuíam um desenho sobreposto ao desenho do padrão, e através de um exame comparativo constatou-se a repetição de 3 trechos do 'núcleo celular', existente no centro do painel HFL.

"O que quer que fosse, não havia dúvida, referia-se ao painel HFL, por não ser admissível que Portinari fosse repetir, em outro painel, uma forma tão marcante de composição".

Quebra-Cabeças

Como primeira providência, o PRPPC solicitou à administração do prédio que fosse feita uma busca rigorosa, visando encontrar mais azulejos. Ao mesmo tempo, foram iniciados o plano de montagem e a pesquisa de informações.

"Dada a convicção de que os azulejos guardavam estreita relação com o painel HFL, elaborou-se um plano de montagem que permitisse a colocação dos azulejos em uma área que possuísse dimensões idênticas às do painel – 13 x 16 m.

"Escolheu-se o salão de exposição do Palácio da Cultura para a montagem e, com as divisórias existentes no local, fechou-se uma área de 368 m², estabelecendo-se um quadriculado com barbantes e fita crepe, composto por quadras com cem azulejos.

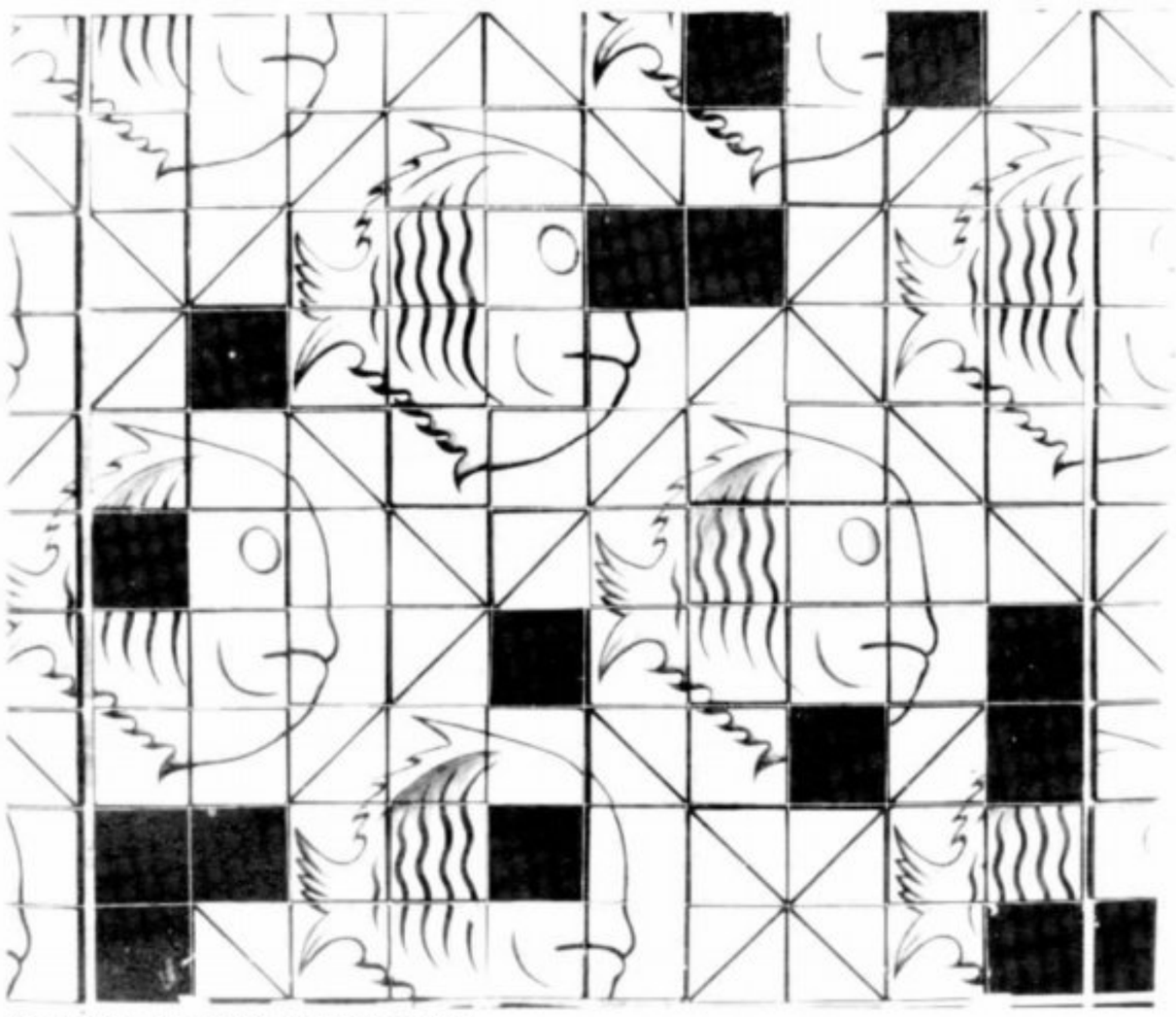
"Na nova busca foram encontrados mais azulejos, que somados aos já recolhidos perfizeram um total de 1.642, sendo 1.549 perfeitos e 93 quebrados.

"Após a limpeza e restauração dos azulejos quebrados, foram os mesmos montados e preenchidas 37 fichas de montagem, onde ficaram registradas as posições na composição geral do painel. Com base nas fichas, marcou-se a área ocupada pelos azulejos sobre um desenho esquemático do painel, com o contorno da parte central – limite da área onde se situam as estrelas-do-mar e mais nenhum outro motivo. Todos os azulejos encontrados se localizaram dentro do contorno.

"Concluiu-se, dessa forma, que o conjunto de azulejos encontrado constitui a antiga parte central do painel HFL, substituída durante o início da sua colocação, visto que a quase totalidade dos azulejos não apresentava indícios de assentamento.

"Após a montagem, foram realizadas 37 fotografias em preto-e-branco e

como nenhuma das quadras apresentava todos os padrões completos, formou-se uma quadra inteira com azulejos de várias posições. Conforme o programado, fez-se a montagem fotográfica das quadras para se ter a vista do painel por inteiro, já que era impraticável a contemplação do conjunto, devido às suas dimensões".



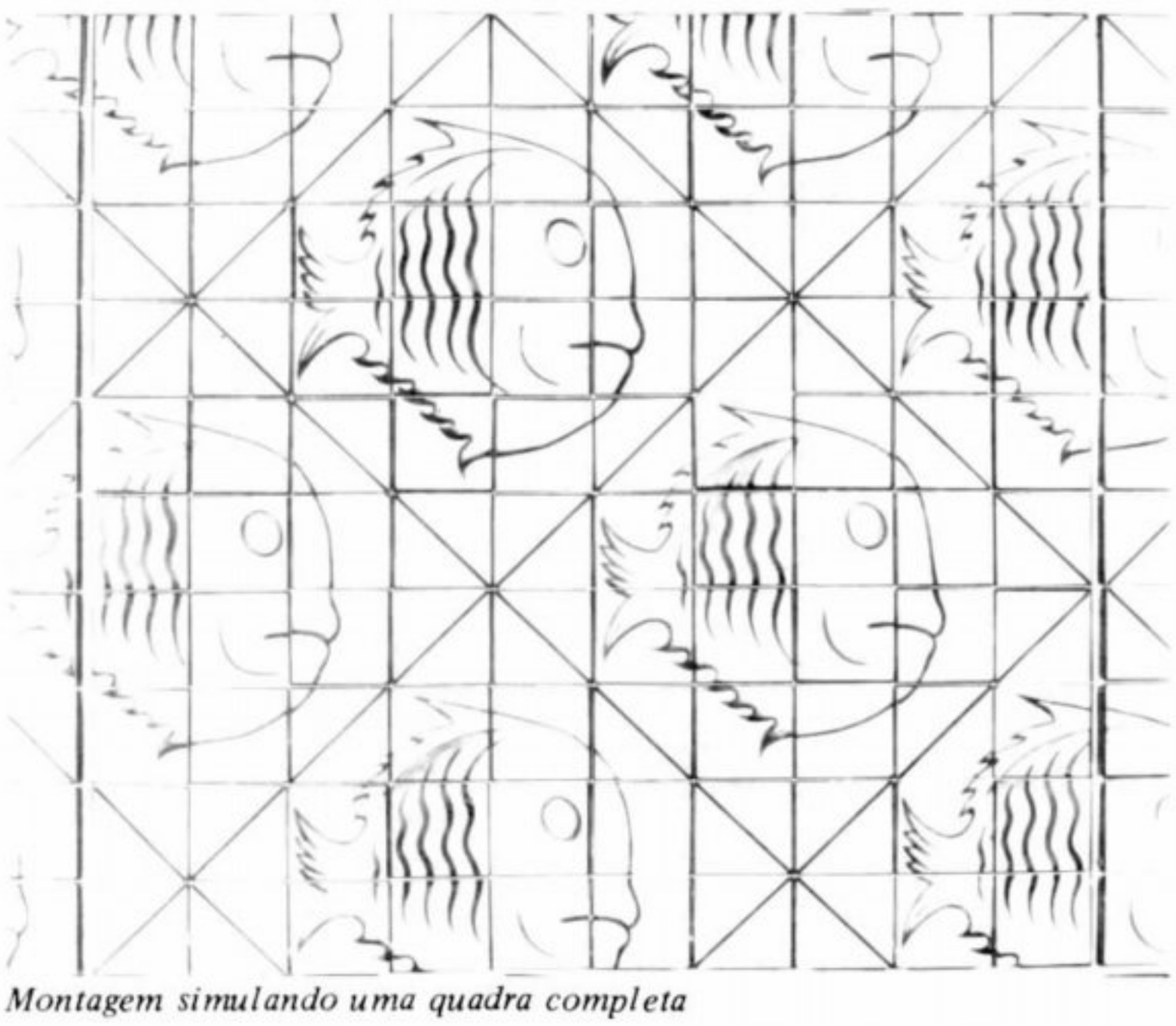
Uma das quadras incompletas

A substituição

Restava descobrir o motivo do não aproveitamento dos azulejos. Para tanto, foi solicitado ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – detentora do arquivo do Ministro Gustavo Capanema – a realização de uma pesquisa específica, que elucidou o mistério através de um despacho do então Ministro, datado de 16 de maio de 1942: "A substituição dos azulejos resulta de ordem pessoal minha. Aprovei o desenho inicial feito pelo pintor Cândido Portinari e mandei executar os painéis pelo artista Rossi. Tudo ficou bom. O painel da parede interna, executado fielmente de acordo com o desenho, não poderia, porém, ser colocado, visto como o principal motivo da decoração (peixes), na parte central, em virtude da grande ampliação, deu um resultado estético não satisfatório. Recomendei a substituição do motivo e nova execução, isto é, fabricação de novos azulejos, somente para a parte central do painel. Recomendo que se combine com o pintor Rossi o preço do trabalho novo".

Graças à pesquisa, agora se sabe que a parte central do painel HFL foi modificada durante sua colocação, em 1942. Foram mantidos o núcleo e a trama e substituído o antigo motivo do padrão que, de peixe, passou a ser estrela-do-mar.

Da parte central substituída restaram 1.642 azulejos – cerca de 50% – dos quais 8 irrecuperáveis, 24 que foram utilizados na montagem de um padrão que irá integrar o Museu do Palácio da Cultura, 183 retirados para estoque de reposição dos painéis HFL e HFO e 1.427 que se encontram estocados em 29 caixas no almoxarifado da DEMEC – RJ.



Montagem simulando uma quadra completa

Segundo a equipe do PRPPC, "a intervenção de Gustavo Capanema, como tantas outras durante a construção do edifício, foi corajosa e altamente benéfica. O painel atual é de maior valor plástico que o da versão original, quer pelo desenho do padrão, quer pelo agenciamento que foi possível estabelecer. A estrela-do-mar permitiu a colocação dos azulejos em duas posições, enriquecendo a composição e criando um movimento ascensional – ponta para cima – imediatamente contrabalançado pela posição oposta, dando ao conjunto um equilíbrio dinâmico, contido".

Atualmente, a Secretaria da Cultura do MEC vem realizando estudos com o propósito de dar a esses azulejos – que por tanto tempo permaneceram em injusto esquecimento – um destino compatível com seu incontestável valor artístico e histórico.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória

Museu do Açude



Uma visita ao passado



Fotos: Eduardo Mello











"Esta é a residência do colecionador Raymundo Ottoni de Castro Maya, transformada em Museu do Açude, em 1963, quando foi incorporada à então Fundação Castro Maya. No ano de 1972 foi fechada para obras de recuperação, permanecendo assim até dezembro de 1984. Como podemos perceber, é uma casa de aspecto colonial, com muitos azulejos, arcadas, beirais e louças de cerâmica. Seu conjunto possibilita ao visitante reviver o Brasil dos séculos XVIII e XIX, e especialmente o Rio de Janeiro". Assim, o visitante que subir ao Alto da Boa Vista (RJ) para conhecer o Museu do Açude, hoje incorporado à *pró*Memória (SPHAN nº 21, p. 15; nº 22, p. 35), começará sua visita.

Fechado há 12 anos, é para 3 de dezembro próximo sua reabertura ao público. A característica residencial que possui não foi esquecida; porém, algumas modificações foram necessárias para melhor adequação de seu acervo às técnicas museológicas modernas. A comunicação com o público é uma preocupação dos museólogos responsáveis pela "arrumação da casa". Por sua forma de residência, os móveis e algumas outras peças do Museu do Açude encontravam-se encostadas nas paredes, não possibilitando ao visitante apreciar detalhes dos objetos e também dos valiosos painéis azulejados dos séculos XVIII e XIX.

Agora, guiados pela museóloga Neide Gomes de Oliveira, faremos a primeira visita ao Museu do Açude, após a restauração.

"Estamos na primeira sala, que é a portaria do Museu. Na parede, um quadro que representa uma vista do Rio de Janeiro, tomada de Santa Tereza no início de seu povoamento. O ambiente é decorado por azulejos portugueses do começo do século XIX, chamados D. Maria I.

"Na próxima sala está concentrada uma coleção dedicada ao século XVIII. Temos telas das mais importantes, como as primeiras documentais do Rio de Janeiro – o incêndio e a reconstrução do Recolhimento do Parto, pintadas por João Francisco Muzzi, em 1789. Aos lados, dois quadros importantes, do início do século, produzidos por Antonio Joaquim Franco Velasco: um menino com um cachorro e um retrato de senhora. Na outra parede, quatro talhas – dois anjos e duas virtudes – ao que consta, provindas da Igreja de São Pedro dos Clérigos ou do Senhor do Bom Jesus, demolidas para a abertura da Avenida Rio Branco, em 1942. No centro da sala, uma mesa espanhola do século XVIII, com dois potes azuis, da China, aos quais chamamos de Macau, da mesma época.









"O Grande Salão, ou Grande Living, em matéria de Rio de Janeiro, abriga uma das mais importantes coleções de azulejos abertos à visitação pública. São painéis barrocos, do século XVIII, integrados à arquitetura do Museu, adquiridos em Lisboa pelo colecionador Castro Maya. Ao centro da sala, como peça principal, temos uma lareira de carvalho, datada de 1647, ocasião do domínio holandês no Brasil, adquirida em Pernambuco. Valorizando o ambiente, alguns tapetes persas.

"Sala "Taunay". Aqui estão expostos 6 quadros deste pintor, membro da Missão Francesa – juntamente com Debret, que objetivava a fundação de uma academia de belas artes no Brasil. Outras telas, de viajantes que aportaram no Rio de Janeiro após a abertura dos portos, compõem o acervo. É, talvez, a mais completa documentação em tela, sobre o Rio de Janeiro, que possui o Museu do Açude. Como mobiliário, temos um sofá do II Reinado, de jacarandá e palhinha. Nas paredes laterais, dois consolos do século XIX, em jacarandá, assim como as cadeiras que os ladeiam, do período de D. João VI.

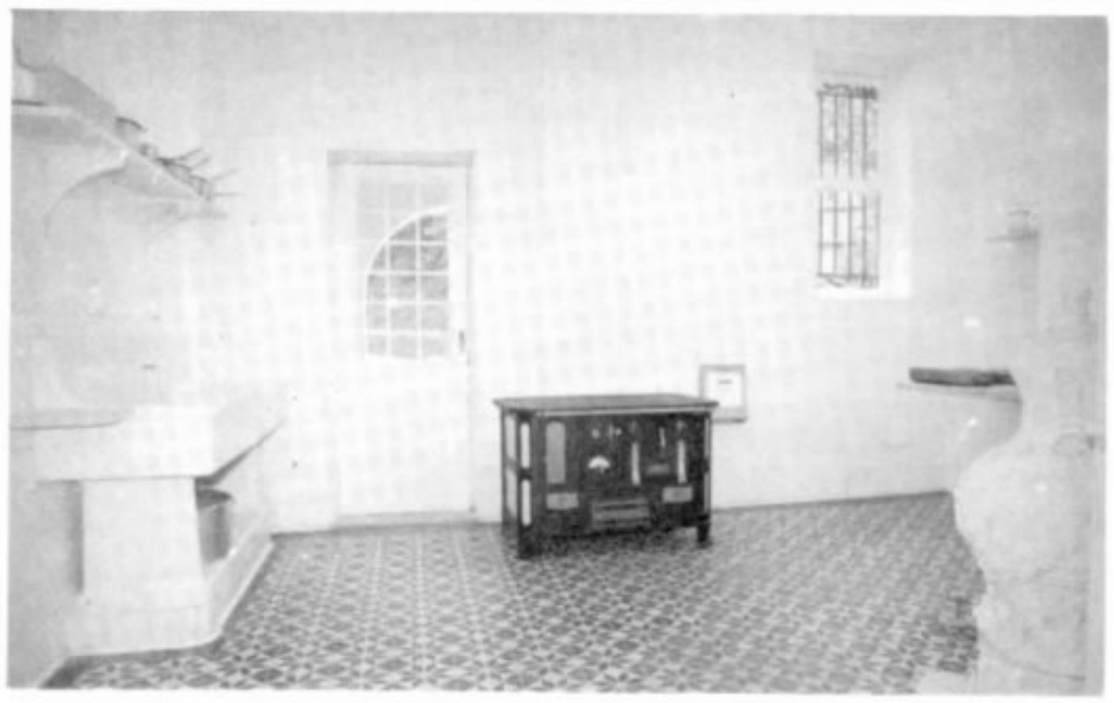
Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória









"Passamos agora ao arco, em frente ao Salão Principal da casa, onde temos como mobiliário dois pequenos consolos que trazem dois vasos de opalina francesa em cima. Nas paredes, dois quadros de Vinet, com vistas do Rio de Janeiro. Em frente, mais painéis de azulejo e, completando o conjunto, temos uma vitrine com peças de porcelana e prata – brasileiras, francesas e inglesas, que eram do uso do colecionador, arrumadas como se fossem servir café e almoço.

"Ao lado, um banheiro decorado com azulejos portugueses de características diferentes dos demais, ou seja, estampilha, com flores e não com representação de cenas.

"Como peça principal na cozinha um fogão fabricado no Rio de Janeiro, década de 30/40. Prateleiras de mármore com equipamentos de cozinha, pias brasileiras, uma talha de louça portuguesa, um grande armário de dois corpos exibindo louça inglesa monogramada, um relógio de parede e um armário que contém uma das mais valiosas coleções do Museu do Açude: a louça da Companhia das Índias, completam o ambiente.

"Terminando o circuito do andar térreo, chegamos à sala de jantar, arrumada como na época de Castro Maya. Nas paredes, quadros de Franz Post, S. Faux e painéis azulejados da segunda metade do século XVIII. Como mobiliário, uma grande mesa híbrida – a base é autêntica e o tampo é adaptado. As cadeiras não são de época, mas possuem valor por serem cópias perfeitas realizadas nos anos 1940/55. Ao centro da sala um lustre de igreja, de seis braços, vulgarmente chamado de bodoque, proveniente de Pernambuco.

"O segundo andar da casa será aberto ao público pela primeira vez em toda a história do Museu do Açude. Após subir as escadas, acompanhadas por azulejos figurados, encontramos dois quartos típicos do século XIX. Camas, colchas, tapetes, espreguiçadeiras, baú e o curioso estrado, que desde o século XVI era o local dedicado à mulher para suas atividades diárias – como costura, por exemplo – e que à noite virava cama, dão a verdadeira impressão de uma casa de época".

É importante ressaltar que uma parte do Museu do Açude permanece em obras: a Galeria Debret. Lá ficarão expostas mais de 400 aquarelas do artista francês. E para isso é necessário uma climatização rigorosa do ambiente, medida de fundamental importância para o abrigo do valioso acervo de papel, já que o clima do Alto da Boa Vista é muito úmido.

Cantaria

A recuperação das fontes e chafarizes, componentes do acervo do Museu do Açude, é um episódio da restauração que merece destaque.

No jardim do Museu várias peças hidráulicas – como classificam os museólogos – valorizam o ambiente, contrastando a obra de cantaria com a vegetação. Um grande chafariz, em pedra sabão, datado de 1820, proveniente de Minas Gerais, sofreu, há alguns anos, total fragmentação ao ser atingido pelo galho de uma árvore, durante um vendaval. Meses depois, uma fonte em pedra de Lioz, do século XIX, sofreu um acidente. Todo o bloco de pedra que sustenta foi soterrado por uma barreira que caiu-lhe em cima, destruindo parcialmente a obra.

Uma equipe de restauradores, liderada pelo engenheiro Emílio Giannelli, ficou encarregada do trabalho de recomposição das peças – no caso do chafariz, os pedaços estavam guardados dentro de um saco – segurando-as provisoriamente com gesso, numerando os pedaços e unindo-os com pinos de bronze e resina – elemento que hoje determina um avanço tecnológico na restauração de pedra.

Para classificação das pedras, da técnica do trabalho, a seqüência de execução e a época da realização da obra foi necessário recorrer ao apoio de museus de Portugal, onde encontram-se os melhores canteiros do mundo, juntamente com a Espanha, já que no Brasil, segundo os museólogos, não existem livros que propiciem pesquisas aprofundadas sobre o assunto. Além da pesquisa, uma documentação fotográfica deixada pelo colecionador Castro Maya contribuiu imensamente para a restauração, possibilitando a reconstituição das peças tal qual o original.





O Restaurador e a Obra

Nascido em Roma, há 76 anos, Emílio Giannelli já trabalhava com pedra na Itália, participando da construção de uma ponte de cantaria na estrada estatal que une Brugnato a Ca'dvara, duas pequenas cidades da Liguria.

Dentre os vários trabalhos realizados no Brasil, Giannelli destaca a restauração no Palácio Laranjeiras e a participação nas obras de remodelação do Teatro Municipal do Rio de Janeiro – seu primeiro trabalho no Brasil, realizado entre 15 de novembro de 1933 e 15 de setembro de 1934, na função de engenheiro auxiliar.

Giannelli define seu ofício com satisfação sem igual. Diz que quando termina uma restauração é como se tivesse acabado de produzir uma jóia. "O trabalho de restauração de cantaria – pedra trabalhada, ou alvenaria – construção simples – necessita de um estudo aprofundado sobre a origem da obra para chegarmos a uma recuperação perfeita. É necessário não só a pesquisa geológica como histórica da obra".

Ele lamenta profundamente que o ofício de restaurador de pedra esteja se extinguindo no Brasil, mas não consegue definir precisamente os motivos: "o fato de hoje não se produzir obras de arte em pedra talvez seja a principal razão. Os chafarizes antigamente eram verdadeiros monumentos colocados em praças públicas de forma que a água ressaltava a arte. Atualmente, para se decorar um local público coloca-se um simples elemento movimentando a água. Acho que por questão de economia".

"De nossa parte" – Giannelli é assessorado por seu filho homônimo, que lhe herdou o ofício – "há a preocupação de mantermos sempre em atividade o trabalho de restauração de pedra. Temos em nossa equipe canteiros e marmoristas há quarenta anos e fazemos questão de mantê-los para podermos atender todas as necessidades". Segundo Giannelli, é preciso incentivar as poucas pessoas que têm aptidões para o trabalho em pedra, senão seu final será certo.

Nos seus 50 anos de Brasil, Giannelli passou por diversas etapas da vida cultural do país. Brasileiro naturalizado, interessa-se e comenta a situação atual, louvando as novas atitudes em relação ao patrimônio nacional: "Notamos por parte do Patrimônio Histórico um impulso grande ao trabalho de preservação. As autoridades, com a chegada do progresso, procuram sempre uma forma de preservar o valor histórico dos monumentos, como por exemplo o chafariz do Museu do Açude. Isto é, sem dúvida, um fator de engrandecimento".

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória

MINAS GERAIS

Restauração em cidades históricas



Arquivo SPHAN - Rio

Vista lateral da Igreja de N.S.do Carmo – Ouro Preto.

Em Minas Gerais, a 7ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória vem promovendo a restauração de diversos monumentos de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del Rei e Diamantina.
Além disso, até o final do ano deverá ser deflagrada a campanha "Adote Um Monumento", que visa obter a participação do empresariado mineiro na restauração do patrimônio do Estado.

OURO PRETO

A SPHAN/*pró*Memória e a Universidade Federal de Ouro Preto assinaram convênio visando a restauração das Igrejas de Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Paula, onde será aplicada uma verba de Cr$ 24 milhões.

A primeira Igreja, tombada em 1938, teve sua construção iniciada em 1756, segundo projeto de Manoel Francisco Lisboa – pai de Aleijadinho, sofrendo várias interrupções até 1868, quando então foi concluída.

Em sua fachada, destacam-se duas torres colocadas pela parte de fora, disposição que lhes dá, quando vistas em ângulo, grande predominância sobre o conjunto, resultando em um frontispício de grande amplitude, ao qual a ondulação dada à sua parte central e o rico conjunto formado pela portada, óculo e porta-sacadas do coro, emprestam harmonia e beleza.

Embora não exista prova documental, a portada da Igreja é atribuída, por especialistas, ao mestre Aleijadinho. Já os dois altares laterais, dedicados a São João e à Nossa Senhora da Piedade, são comprovadamente de sua autoria.

O altar-mor, desenhado por Ataíde em 1813, é um interessante exemplo da talha rococó mineira, de estilo diferente do introduzido por Aleijadinho, mais próximo do rococó de Braga e do Porto.

As obras de recuperação do monumento consistirão na revisão geral da cobertura, incluindo limpeza do entelhamento e substituição de telhas, rufos e emboçamento danificado; substituição de peças deterioradas da estrutura do telhado; reformas na rede elétrica; substituição geral do reboco e imunização geral de todo o madeiramento.



Detalhe da portada esculpida pelo Aleijadinho.



Altar lateral dedicado a N. S. da Piedade.

A Igreja de São Francisco de Paula, tombada em 1939, está situada em local privilegiado, no alto do morro de mesmo nome.

Sua construção foi iniciada em 1804, no mesmo local em que se elevara a ermida de Nossa Senhora da Piedade, sendo interrompida várias vezes por insuficiência de recursos.

Monumento de grande porte, representa um interessante exemplo do estilo barroco com influências do neoclássico. Sua planta segue à clássica divisão em nave, capela-mor e sacristia encimada pelo consistório, com corredores e tribunas ao longo das paredes da capela-mor. A fachada tem o predomínio das linhas retas, com torres alinhadas ao frontispício. O pesado frontão conserva volutas barrocas, torres e pilastras de canto enviesadas, característica do século XVIII.

O conjunto de talha constitui interessante exemplo de rococó tardio, provavelmente inspirado na Igreja do Carmo, também em Ouro Preto. A imagem de São Francisco de Paula, do altar-mor, é atribuída ao Aleijadinho e, além dela, merecem destaque as quatro estátuas dos Evangelistas, em louça de Santo Antônio, que foram importadas de Portugal e ornamentam a escadaria do templo.

A intervenção compreenderá a limpeza geral e substituição das peças danificadas do entelhamento; substituição das partes deterioradas da estrutura do telhado; retirada e recomposição da estrutura do forro da nave e imunização geral do madeiramento.



Igreja de São Francisco de Paula – Ouro Preto.

Carta Geotécnica

A 7ª DR entregou oficialmente, dia 29 de outubro, à Câmara Municipal, a Carta Geotécnica de Ouro Preto, visando a proteção e preservação daquele município histórico.

Após a cerimônia, foi inaugurada uma exposição de fotografias e recortes de jornais lembrando os diversos acidentes ocorridos em Ouro Preto nos últimos anos, além de diversos documentos e mapas relativos à elaboração da Carta Geotécnica.

Elaborada pelo Grupo de Trabalho para a Preservação de Ouro Preto, através de convênio entre SPHAN/*pró* Memória, Universidade Federal de Ouro Preto e Prefeitura Municipal, a Carta foi uma das recomendações para a defesa e consolidação da Cidade, surgidas no Seminário de Ouro Preto, realizado em maio de 79, ainda sob o impacto das chuvas (SPHAN nº 3, págs. 1 a 4 e nº 22, pág. 21).

Consideradas as mais copiosas dos últimos cem anos, essas chuvas provocaram os mais sérios acidentes da história ouropretana. Aproximadamente cem ocorrências graves foram constatadas pela 7ª DR, compreendendo deslizamentos, intenso ravinamento, aceleração de processos de escoamento superficiais, quedas de blocos, desmoronamentos e colapsos de arrimo, envolvendo, muitas vezes, áreas densamente povoadas e provocando ruína total ou parcial de residências, obstrução de ruas, ruptura de sistemas de abastecimento de águas e outros danos materiais.

A dimensão do problema e a ameaça de acidentes mais graves no futuro forçaram a tomada de medidas imediatas pela SPHAN/*pró*Memória, juntamente com outros órgãos públicos e privados. Em caráter de emergência,



Imagem de São Francisco de Paula àtribuída ao Aleijadinho.



Estátua de São Mateus em louça portuguesa.

MINAS GERAIS

foi providenciada a execução de obras de sistemas especiais de contenção e de trabalhos de suavização de encostas. As obras custaram ao Governo Federal a quantia de um milhão de dólares.

Passada a fase aguda do problema, partiu-se para a elaboração de estudos mais profundos, na busca de soluções permanentes e definitivas. Com os dados obtidos em levantamentos sistemáticos, vistorias e sondagens, o grupo de trabalho pôde então elaborar, a partir de cartas iniciais de declividade e de qualidade dos terrenos, a Carta Geotécnica que, em forma de mapa, acessível à maioria da população, divide em três classes a região urbana de Ouro Preto quanto à estabilidade dos terrenos. Estas classes são: I, de baixo risco – onde se pode construir conforme procedimento rotineiro; II, de médio risco – onde as edificações devem ser assessoradas por especialistas; e III, de elevado risco – onde recomenda-se não construir.

O mapa, que foi entregue à Câmara e à Prefeitura de Ouro Preto – onde poderá ser consultado pelos interessados – traz representados ainda todos os componentes significativos do ambiente geológico da cidade, tornando possível o disciplinamento do uso do solo e proporcionando indicadores para a escolha de soluções mais seguras, adequadas e econômicas, a serem aproveitadas em projetos de obras de engenharia civil e de minas.

MARIANA

O calçamento original das ruas de Mariana, em seixo-rolado, não poderá sofrer modificações sem a autorização e acompanhamento da SPHAN/*pró*Memória. A decisão foi tomada por representantes da SPHAN/*pró*Memória, Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Obras, reunidos dia 13 de outubro, visando solucionar o problema da descaracterização das ruas da cidade – parte integrante do núcleo tombado.

Durante a reunião foi acertada a realização de um mapeamento da área viária de Mariana, no qual serão definidas as ruas passíveis de modificações – orientadas pela SPHAN – e as que, por seu valor histórico, deverão ser conservadas em seu estado original.

Quanto à Rua de Santana e às proximidades da Praça da Sé, onde o calçamento do século XVIII foi substituído por bloquetes de concreto, ficou resolvido que a Prefeitura deverá promover a recolocação do calçamento primitivo.

Seminário Menor

O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte ou Seminário Menor de Mariana surgiu da adaptação e ampliação da antiga chácara da Intendência, iniciada em 1749. O conjunto, com exceção da fachada que se manteve inalterada, passou por sucessivas modificações até ganhar o aspecto que ostenta atualmente (SPHAN nº 25, pág. 17).

De propriedade da Arquidiocese de Mariana, o Seminário apresenta dois blocos que, enquadrando a capela, formam a letra E. A capela, existente desde o início da construção, foi reconstruída por volta de 1780 por José Pereira Arouca e possui talha e decoração interna de grande beleza, que reproduzem, em menor escala, a ornamentação da Sé, seguramente realizada pelos mesmos artistas.

A pintura da capela, de autoria de Antônio Martins Silveira, enquadra-se no estilo rococó. A exemplo de outras igrejas mineiras, ela consite em arcadas que sustentam uma moldura composta de rocalhas, tendo ao centro a figura de Nossa Senhora.

O projeto de restauração do Seminário foi dividido em dez etapas, iniciadas em março de 83. As obras visam a recuperação da integridade do monumento através da realização de serviços de estabilização das fundações e estruturas de madeira, substituição de alvenarias, pavimentação, substituição de quase todo o entelhamento e execução de acabamento. Realizada através de convênio entre SPHAN/*pró*Memória, Universidade Federal de Ouro Preto e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, a etapa atual das obras conta com uma verba de Cr$ 50 milhões.

Igreja do Rosário

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Mariana, tombada em 1939, teve sua pedra fundamental lançada em 1752, depois de ser conduzida em grande procissão até o local onde foi construída.

Sua restauração vem sendo promovida pela SPHAN/*pró*Memória, em convênio com a Universidade Federal de Ouro Preto; as obras consistirão na substituição parcial da madeira do engradamento; revisão geral da cobertura, com limpeza e substituição de elementos danificados; reparos e substituição de vidros quebrados na esquadria da nave e reforma do forro. Na torre lateral direita da Igreja, serão realizadas a recuperação da estrutura, a reconstrução da alvenaria, recomposição do piso e substituição total do revestimento interno e externo.

A verba destinada à realização dos trabalhos de restauro é de Cr$ 15 milhões.



Igreja de N. S. do Rosário - Mariana.

TIRADENTES / SÃO JOÃO DEL REI

A 7ª DR, através do Escritório Técnico que atende às cidades de Tiradentes e São João Del Rei, vem mantendo uma equipe permanente formada por cinco operários, que devidamente orientada, executa obras de primeiros socorros em diversas edificações particulares. Além disso, a equipe possibilita, também, a execução de obras sob administração direta, colaborando para a diminuição dos gastos com empreiteiros.

Até o momento foram beneficiadas 15 residências, 4 igrejas – Matriz de Santo Antônio, Nª Sª do Rosário, Nª Sª das Mercês e São João Evangelista, o Museu Padre Toledo e a Casa da Cultura, da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade. Foi também restaurado o forro da casa nº 8, da Rua Padre Toledo.

Os serviços abrangeram: consolidações estruturais, substituição de madeiramentos e coberturas, recomposição de alvenarias e rebocos, restauração de talhas, molduras, pisos, forros e esquadrias, fixação e restauração de pinturas, entre outros.

Praça

De acordo com o projeto elaborado pelo paisagista Roberto Burle Marx, será promovido o agenciamento paisagístico da Praça Nª Sª das Mercês, em Tiradentes.

O projeto prevê a revisão do sistema de drenagem da Praça, concentrado no Córrego Santo Antônio, que será drenado por encontrar-se com seu leito bastante diminuído devido à grande quantidade de entulhos despejada no local. Será promovida também a terraplanagem da Praça, que será posteriormente coberta de grama, o calçamento da rua que atravessa seu lado direito, o plantio de árvores típicas da região e a colocação de bancos de granito, espalhados por toda sua extensão.



Arquivo FAE

Casa do Padre Toledo – Tiradentes.

Iluminação e Telefonia

Aprovado pela SPHAN/*pró*Memória e financiado pelo Governo do Estado, o sistema subterrâneo de iluminação e telefonia de Tiradentes foi inaugurado dia 10 de outubro e com ele a cidade não só terá melhores as condições de funcionamento desses serviços, como verá devidamente iluminados seus monumentos.

Livre de postes e fios, a área beneficiada será iluminada por 92 lampiões de cobre, instalados em braços de ferro, de desenhos simples, presos às fachadas e 51 postes de aço escalonado pintados de preto.

N.ª S.ª do Pilar

Segundo documentação, a Catedral de Nossa Senhora do Pilar, em São João Del Rei, teve concluídos em 1738, sua capela-mor com retábulo e altar. Na mesma data, estariam prontos e dourados os altares laterais, faltando para a conclusão da Igreja apenas o forro e as torres.

O templo apresenta fachada com porta central mais alta e outras quatro simetricamente dispostas. Em sua parte superior, existem cinco sacadas envidraçadas, cada uma encimando uma porta. O frontão é simples e triangular, encimado por cruz de pedra.

A SPHAN/*pró*Memória, após realizar prospeções e sondagens de solo para definir as causas do recalque de fundação que provocou fissuras na parede direita da Catedral, está promovendo sua restauração.

O projeto prevê a recuperação de pisos, cobertura, forro, esquadrias e da alvenaria dos compartimentos à direita da edificação.

Será também promovida a imunização do madeiramento e a pintura geral do monumento.

DIAMANTINA

Situada em Diamantina, à Praça Lobo Mesquita, 226, a casa que outrora pertenceu ao contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira e à sua companheira Chica da Silva, foi adquirida por Cr$ 60 milhões, pela SPHAN/*pró*Memória, que se encarregará de sua preservação e utilização sócio-cultural em benefício da comunidade local.

Tombada em 1950, a Casa de Chica da Silva, como é atualmente conhecida, é um dos mais interessantes exemplares da edificação residencial do pe-

MINAS GERAIS

ríodo colonial mineiro, por seu estreito vínculo com a história do antigo Arraial do Tijuco e por sua singularidade arquitetônica.

A data de sua construção é desconhecida, entretanto, supõe-se que tenha ocorrido entre 1763 e 1771. No decorrer do século XIX, a casa foi várias vezes vendida, até que Augusto da Mata Machado a adquiriu. Em 1951, a SPHAN promoveu sua restauração, abrangendo a reconstrução da fachada da capela de Santa Quitéria, construída em 1771, para uso privativo de Chica da Silva que, por sua condição especial, não podia frequentar a Igreja do Carmo. Em 1966, realizou-se outra intervenção no imóvel, visando devolver-lhe seu aspecto primitivo, com base em fotografia do princípio do século.

Ocupando uma área de 2.374 m², com área construída de 397 m², o imóvel deverá ser restaurado no próximo ano, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento, entre outras atividades sócio-culturais, de trabalhos de tecnologia patrimonial, tais como lapidação de pedras preciosas e artes gráficas, especialmente, para a formação profissional de jovens carentes.



GUIA DOS BENS TOMBADOS/Exped

Casa da Chica da Silva – Diamantina.

ADOTE UM MONUMENTO

No século XX, Minas Gerais, com suas antigas minas de ouro desativadas e esquecidas, vê florescer, nos mesmos locais da antiga mineração aurífera, prósperas indústrias minero-metalúrgicas. Logo, o efeito de sua proximidade dos antigos e históricos núcleos, faz-se neles refletir, determinando seu soerguimento econômico e o ressurgimento de sua vida urbana. Assim, inicia-se o conflito entre o progresso, natural e desejado, e a preservação do passado.

Com o aumento da população, devido à oferta de emprego nas novas indústrias, a fisionomia das cidades começa a ser modernizada. Neste contexto, os monumentos legados pelo século XVIII enfrentam um permanente processo de deterioração. A poluição atmosférica, manchando fachadas e telhados e corroendo peças em pedra sabão, e o grande fluxo turístico, facilitando a depredação dos elementos, agravam a situação.

O esforço dos organismos governamentais, ainda que constante, torna-se insuficiente para a conservação dos monumentos que, periodicamente, requerem grandes e complexas intervenções.

Considerando que esses monumentos, erguidos no século XVIII com recursos advindos da mineração do ouro, mereçam hoje ser conservados e mantidos pelas indústrias que, direta ou indiretamente, a substituíram, a 7ª DR da SPHAN estará lançando, até o final do ano, a campanha "Adote Um Monumento", que consiste em incentivar as empresas a escolherem um ou mais monumentos e, através da destinação mensal de verba, colaborarem para sua restauração e manutenção.

Mediante a assinatura de convênio, a Empresa deverá repassar à SPHAN/*pró*Memória a importância correspondente a 50 ORTNs mensais, importância esta corrigida a cada trimestre do ano civil e correspondente ao valor do primeiro mês do trimestre. Assim, a SPHAN julga que o custo médio de conservação de cada monumento torna-se compatível com os orçamentos de investimentos em programas de promoção e divulgação da maioria das empresas.

O investimento proporcionará ao patrocinador, além de benefícios fiscais, a valorização da imagem da empresa, a nível nacional, proporcionada pela divulgação adequada de sua participação na preservação dos bens culturais do País.

Biblioteca Nacional aos 174 anos
Criatividade é o lema

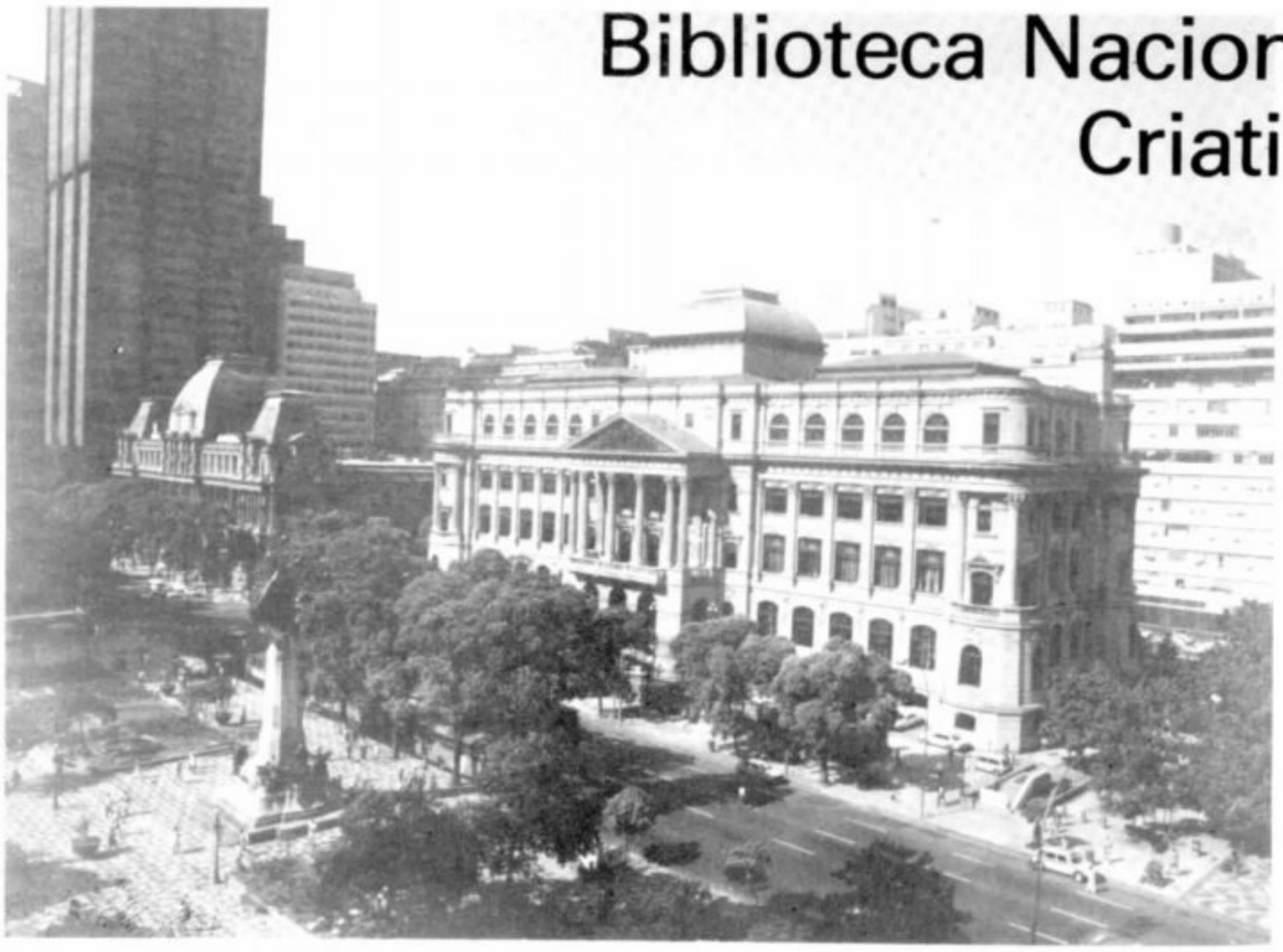


Foto: PEDRO LOBO

A Biblioteca Nacional completou, no último dia 29 de outubro, 174 anos. Fundada em 1810, a "Casa do Livro Brasileiro" surgiu a partir de uma livraria organizada por ordem de D. José, Rei de Portugal, com a finalidade de substituir a Real Biblioteca, vitimada por um incêndio ocorrido durante o terremoto de Lisboa em 1755 (SPHAN nº 19, págs. 5 a 9).

Da época de sua fundação até os dias atuais este centro cultural já foi denominado das seguintes formas: Real Biblioteca, no período de 1810 a 1821; Biblioteca Imperial e Pública da Corte, de 1822 a 1889 e Biblioteca Nacional, a partir de 1889.

Em 1981, a BN foi incorporada à *pró*Memória; a restauração do belo prédio de estilo eclético – com mistura de elementos neoclássicos e **art noveau**, não tardou a ser executada.

A automação (SPHAN nº 27, págs. 13 e 14) também foi um fato marcante na biblioteca, que possui o maior acervo da América Latina – superior a 4 milhões de peças – e hoje conta com 6 microcomputadores.

Dinamização

"Administrar não é só gastar dinheiro, mas desenvolver a própria criatividade". É com esse lema que Maria Alice Barroso, atual diretora da BN, vem desenvolvendo uma série de atividades visando o aproveitamento dos espaços físicos disponíveis no órgão. Tendo como objetivo a criação de eventos em que o tema abordado fosse visto por diferentes óticas, como exposições, ciclo de palestras, conferências, visitas guiadas, a administradora explicou: "Já não me satisfazia somente a exibição estatica das peças – ainda que livros ou documentos. Algo que acompanhasse as exposições, para as quais a BN se preparava, após o término das obras de restauração nela realizadas, fazia falta: tínhamos a janela, porém nos ressentíamos de não ter a figura da moça para complementar o poema."

"Ronaldo Menegaz – colega e amigo – e Dalma Braune Portugal do Nascimento deram corpo e alma às idéias, ainda desordenadas, que eu tinha na cabeça. Rofran Fernandes e a equipe da Divisão de Informação e Divulgação se lançaram à tarefa de concretizar o que ainda estava em fase de sonho. Ou o que um burocrata chamaria de projeto", observou Maria Alice.

A partir daí nasceu o "Colóquio Letras Brasileiras no Mundo", com a exposição paralela cujo título se propôs a explicar "Por que esses livros foram traduzidos?"; logo depois, veio um ciclo de palestras intitulado "Em compasso de Vinícius", no quarto ano da morte do poeta. Mas era pensamento da direção realizar uma exposição bem abrangente sobre o trabalho das escritoras brasileiras. Foi organizada, então, "A Fala da Mulher na Literatura Brasileira". Paralelamente a essa exposição, aconteceu um ciclo de palestras versando sobre o tema: "Existe um Discurso Feminino na Literatura Brasileira?", onde eram abordados os trabalhos de algumas escritoras (SPHAN nº 31, pág. 31). Com a colaboração do Museu Nacional de Belas Artes foi montada também a mostra paralela "A Expressão da Mulher na Pintura Brasileira". "Dessa maneira, foi possível organizar três eventos dirigidos para uma só meta: divulgar, através de um critério de representatividade, o que a mulher brasileira, com tanta maturidade, tem criado no terreno da palavra e da cor", concluiu a diretora.

Outro evento que se adequou perfeitamente ao ambiente da biblioteca foi a exposição "Biblioteca Nacional: do Manuscrito ao Computador", onde pode-se perceber o crescimento da instituição e sua relação com o avanço tecnológico.

Nesse centro difusor de cultura, freqüentado por escritores, cartunistas, estudantes, etc, pode-se encontrar coleções raríssimas como a Coleção Teresa Cristina Maria – doada por D. Pedro II em 1891 – ou ainda jornais antigos, livros de ficção e, até mesmo, uma enciclopédia sobre gatos. No imponente prédio localizado no centro do Rio de Janeiro, onde na frente encontram-se estátuas representando a inteligência e o estudo, a cultura brasileira está sendo preservada e a maior biblioteca do país, cada vez mais, alcança o reconhecimento mundial.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória



Arquivo SPHAN - Rio

Fazenda do Colubandê será centro cultural



Capela da Fazenda.

Com apenas cinco cinemas e uma biblioteca, sem teatros, museus ou centros culturais, os 700.000 habitantes do município de São Gonçalo, que integra a Região Metropolitana do Grande Rio, poderão dispor, daqui há um ano, de um grande pólo de educação, cultura e lazer.

Os responsáveis por essa perspectiva são a Fundação Nacional *pró* Memória, através da sua 6ª Representação Regional e a Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro – FUNARJ, que firmaram, no dia 11 de outubro, um Acordo de Cooperação Técnica e Financeira para obras de restauração da Fazenda do Colubandê, considerada o mais importante exemplar da arquitetura rural brasileira, localizada naquele município.

O projeto prevê para a reutilização do espaço – que compreende a Casa Grande, Capela, pátio, jardins e colinas – o funcionamento de um centro cultural de convivência, oferecendo à população de São Gonçalo um espaço de lazer, de produção e de convívio com a natureza e com o patrimônio histórico.

Implicará, portanto, numa utilização extensiva e racional da área da Fazenda, que será ocupada por atividades culturais não predatórias, compatíveis com seu valor histórico e propiciando a revitalização do bem tombado, como explica o arquiteto Fernando Burmeister, responsável pelas obras na 6ª DR da SPHAN: "As propostas de intervenções físicas foram cuidadosamente estudadas e parecem corretas no que se refere a critérios de restauração. Esses usos são compatíveis e podem garantir ao monumento sua integridade e manutenção, ao mesmo tempo em que estarão beneficiando a comunidade de São Gonçalo".

A motivação para a realização deste trabalho é justificada no projeto: "Sabe-se que a ausência de usuários traz uma deterioração mais rápida e que só a utilização social do imóvel permitirá conciliar a restauração e conservação das edificações, a limpeza e o agenciamento paisagístico do entorno, a ocupação cultural ecológica da área e a integração da comunidade ao processo educacional".



Altar da capela.

Obras

As obras de restauração ficarão a cargo da *pró*Memória/6ª DR, sob forma de administração direta. À FUNARJ caberá elaborar e fornecer diretamente, ou através do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, os projetos de arquitetura, paisagismo, instalações e demais projetos complementares necessários à execução do acordo.

Foram realizadas, pelo INEPAC, várias visitas à Colubandê, algumas acompanhadas pelo arquiteto Fernando Burmeister e outras por engenheiros dos principais órgãos estaduais ligados à preservação do meio ambiente e por representantes de associações de moradores locais. As vistorias lhes deram a dimensão das obras necessárias à restauração da Fazenda.

O projeto está dividido em três partes: Casa da Fazenda, Capela e agenciamento paisagístico, a cargo de Burle Marx.

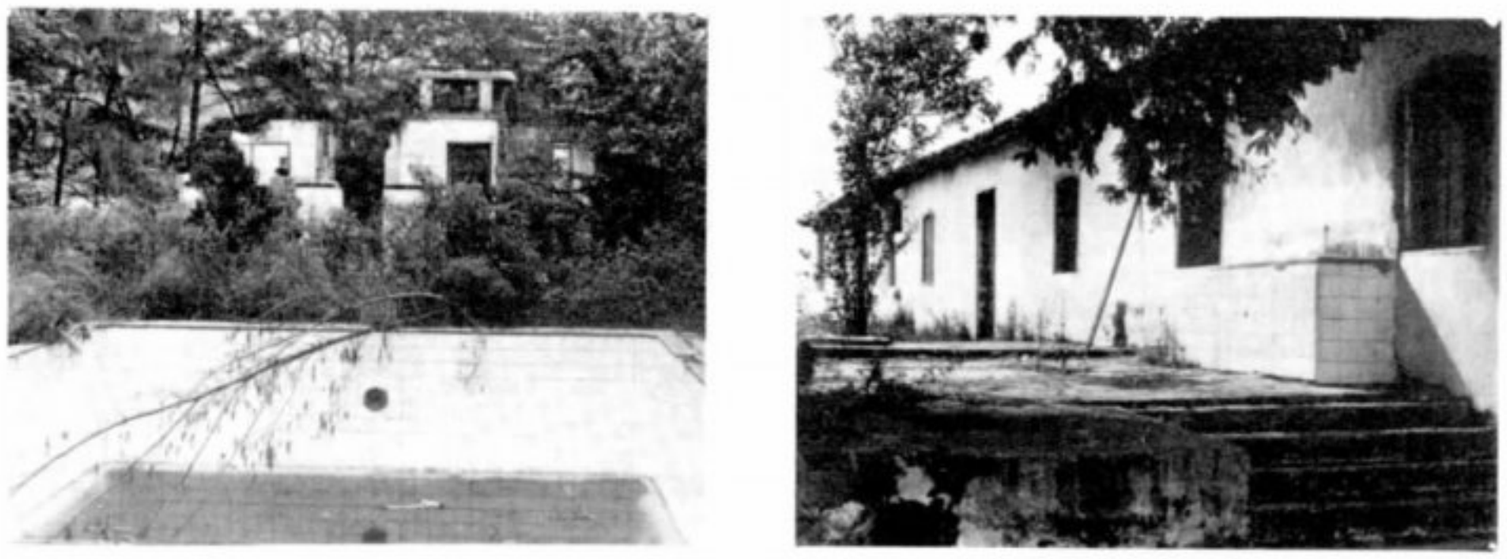
Em relação à casa, foram realizadas, recentemente, obras de emergência, pela SPHAN, na estrutura do telhado, que havia cedido sobre o forro em dois cômodos da ala oeste e na varanda, onde havia esmagamento progressivo de alguns capitéis – parte superior da coluna – devido ao apodrecimento do madeiramento. Sua estrutura mostra-se estabilizada, com exceção de uma parte aos fundos, que denota recalque, comprometendo um cômodo.

A casa sofreu várias reformas ao longo de sua existência, sendo a mais profunda realizada em meados deste século, com a construção do corpo dos fundos e modificações na distribuição interna – com criação de banheiros, subdivisões de alguns aposentos, fechamento de vãos e abertura de outros, demolição da Capela interna e criação do corredor e dos aposentos no porão.

Deverá ser feita uma prospecção para confirmar tais alterações. Com a manutenção de alguns acréscimos, por se considerar que já estão incorporados à vida da casa, há que se documentar os espaços originais da edificação, procurando-se distingui-los dos novos, em maneira a ser definida na elaboração do projeto.

A Capela da Fazenda do Colubandê apresenta-se estabilizada, porém o muro e as pilastras da porta do adro estão sofrendo adernamento que, se progressivo, necessitará de imediata intervenção. Precisará ser construído ao seu redor um sistema de drenagem para evitar infiltrações através do terreno.

A cobertura necessita de revisão geral, sendo aparente em alguns locais a penetração das águas das chuvas. Deverá ser imunizado todo o madeiramento de forma a não prejudicar a pintura do forro, que também passará por processo de restauração.



Piscina e fachada lateral da Sede da Fazenda.

Os elementos artísticos da Capela necessitam de uma vistoria especializada. **A priori**, já foram apontadas algumas intervenções: restauração do retábulo e sua imunização; recomposição de algumas peças dos painéis de azulejos – portugueses, da 2ª metade do século XVIII – da capela-mor, que estão sofrendo um processo de descolamento; restauração, com substituição, do guarda-corpo do coro e da teia no arco-cruzeiro e pintura geral, interna e externa, inclusive esquadrias.

Utilização

Na casa será instalada uma biblioteca permanente e um arquivo de documentação histórica, onde a comunidade terá possibilidade de ver as diversas fases pelas quais a Fazenda passou e fazer uma leitura política da Casa Grande, que no século XVIII explorava o trabalho escravo. Lá funcionará ainda um centro de comércio de artesanato, pois, embora localizada em região carente – à beira da BR-101, pela Fazenda passa todo o fluxo de turistas que se dirige a Cabo Frio e Búzios. No porão serão adaptados um laboratório fotográfico e uma oficina técnica de impressão.

A Capela depois de restaurada será entregue ao Arcebispado para ter o funcionamento adequado, com a celebração de missas, batizados e casamentos, pois, como todo o projeto, a idéia fundamental é servir à comunidade.

Histórico

A sede da Fazenda do Colubandê, tema de estudo de diversos autores, constitui complexo arquitetônico de expressivo valor sócio-cultural. Exemplar demonstrativo da sociedade rural, suas relações sociais e econômicas estão claramente evidenciadas no espaço arquitetônico: setor social, setor de serviços e religioso. O programa do atual projeto torna-se mais valorizado graças a sua excepcional beleza de risco e implantação, com proporções de perfeito equilíbrio com o espaço envolvente.

Construída provavelmente no final do século XVIII, a Fazenda do Colubandê, com seus 38 cômodos, incluindo os quatro do subsolo que serviam de senzala aos escravos, ocupa uma área de 28 mil metros quadrados. Seu último proprietário foi o Coronel Berlarmino Siqueira, o Barão de São Gonçalo, cujos descendentes ali residiram até 1968. O valor arquitetônico que lhe é atribuído foi reconhecido publicamente, em 1940, ao ser tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A partir de 1968, quando foi desapropriada, a Fazenda do Colubandê recebeu os mais variados moradores. Inicialmente, o Country Club de São Gonçalo, que ali construiu uma piscina. Depois, a Polícia Rodoviária, que realizou obras a fim de adaptá-la aos serviços de posto policial. Na época da fusão Guanabara/Rio de Janeiro, a área passou para a Polícia Militar, que em pouco tempo a devolveu ao Estado. O locatário seguinte foi a Secretaria de Agricultura, que pretendia a transformação da Colubandê em Museu da Flora, projeto paralisado por falta de recursos. O mais recente habitante foi o Corpo de Bombeiros, que há dois anos devolveu-a ao Estado.

A luta pela preservação da Fazenda, bem como de sua transformação em espaço cultural, data de 1981, quando era encabeçada pela União de Bairros de São Gonçalo (Unibairros), que reúne 18 associações de bairros. Assim, após esperar passivamente por uma ocupação adequada, a Fazenda do Colubandê finalmente abrigará o segmento populacional compatível com sua importância histórica: a comunidade.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória

SÃO PAULO

9.ª DR promove obras no interior paulista

Dando continuidade aos trabalhos previstos para 1984, a 9ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró* Memória vem promovendo a restauração dos sobrados do Porto, em Ubatuba, e da Baronesa de Dourados, em Rio Claro, dos remanescentes da Fábrica de Ferro Ipanema, em Sorocaba, do Forte de Barra Grande, no Guarujá, do Museu Republicano de Itu e das igrejas do Carmo, em Itu, e das Ordens 1ª e 3ª do Carmo, em Mogi das Cruzes.
Além disso, em convênio com a Associação Brasileira de Cimento Portland, várias experiências vem sendo realizadas a fim de aprimorar as técnicas utilizadas no emprego do solo-cimento para a recuperação de elementos arquitetônicos.



Foto: Arquivo SPHAN - 9.ª DR

Casa do Barão de Dourados – Rio Claro.



Sobrado do Porto - Ubatuba.

SOBRADOS

Está em fase de conclusão a restauração dos sobrados do Porto, em Ubatuba, e da Baronesa de Dourados, em Rio Claro. O primeiro sobrado, construído em 1846, é um autêntico remanescente do esplendor econômico do Porto de Ubatuba como escoadouro do café do Vale do Paraíba.

Pertenceu ao comerciante, armador e dono de terras, Manuel Baltasar da Cunha Fortes. Seu andar térreo abrigava um armazém, enquanto o superior instalava a família, chegando até mesmo a hospedar o Imperador D. Pedro II.

As obras abrangeram a demolição de acréscimos, reforços estruturais, recomposição da cobertura e restauração de portas, janelas e assoalhos. Durante a etapa em andamento, será promovida a recuperação de elementos artísticos, forros e murais que decoram as paredes.

O prédio foi desapropriado pela Prefeitura Municipal e está prevista sua utilização como centro cultural.

O segundo, inscrito no Livro do Tombo como Sobrado do Barão de Dourados, mas conhecido como Sobrado da Baronesa de Dourados, foi construído em 1865 e tombado pela SPHAN, em 1963, por seu valor arquitetônico.

De propriedade da Prefeitura, o prédio abriga o Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga e acaba de passar por obras de consolidação.

Numa próxima etapa, será promovida a reestruturação dos pisos e madeiramento, além da restauração das paredes de pau-a-pique, utilizando-se uma argamassa composta por saibro e argila expandida. Com isto, espera-se liberar a estrutura do prédio de uma parte do peso atual, já que a experiência resultará em paredes mais leves.

SÃO PAULO

FÁBRICA DE FERRO

Um dos mais importantes conjuntos históricos do Brasil colonial, os remanescentes da Fábrica de Ferro Ipanema são hoje o único testemunho da exploração mineral promovida no século XIX.

Com a descoberta de jazidas de ferro na Serra de Araçoiaba, em 1589, pelos bandeirantes Sardinha – pai e filho – a paragem de Ipanema passou a despertar a atenção da Coroa Portuguesa que, com a Carta Régia 4 de dezembro de 1810, cria o "Estabelecimento Montanístico de Extração de Ferro das Minas Sorocaba", mais tarde, Real Fábrica de Ferro Dom João de Ipanema.

Sua direção foi confiada ao suíço Carlos Gustavo Hedberg que providenciou a construção de 4 pequenos fornos, em 1813. Como o ferro produzido foi de má qualidade, em 1815 Frederico Luíz Guilherme de Varnhagem assume a direção da Fábrica, determinando a construção de dois altos fornos onde, pela primeira vez em São Paulo, correu, em 1818, o ferro-gusa.

Entre 1818 e 1821, a Fábrica produziu uma média de 4.500 arrobas de ferro. Com a partida de Varnhagem – 1820 – entrou em período de decadência, que culminou com sua desativação no ano de 1860. Porém, por ocasião da guerra do Paraguai, voltou a operar com êxito, produzindo material bélico.

No início deste século, foi definitivamente desativada e no local passou a funcionar uma usina de fertilizantes. Seu abandono deu-se, principalmente, devido à má qualidade do minério, que apresentava elevado teor de titânio e fósforo.

Distante 126 km de São Paulo, próximo a Sorocaba, o complexo é constituído pela Casa Grande – local onde D.Pedro se hospedou; prédio da fábrica de Armas Brancas; altos fornos e oficinas, ainda hoje dotadas da maquinaria antiga. Há ainda a Barragem Real, talvez a mais antiga do Brasil – 1810 – com cerca de 65 m de cumprimento por 16 de largura e 6 de altura, e a Barragem Heldberg, de 1811.

Embora só tenha sido tombado em 1964, o conjunto, que atualmente é ocupado pelo Centro Nacional de Engenharia Agrícola – CENEA – vem, desde 1949, merecendo cuidados por parte da SPHAN/*pró*Memória. Em 1968, foi iniciada a restauração do prédio das Armas Brancas, que encontrava-se bastante prejudicado. As obras estenderam-se até 1974, envolvendo trabalhos de recomposição da cobertura, pisos e demais elementos arquitetônicos.

Logo após, foram consolidadas e recompostas as ruínas da antiga cocheira, em alvenaria, até que, ainda em 74, sucessivas enchentes causaram diversos prejuízos ao conjunto, obrigando a paralisação das obras em curso para que fossem atendidos os problemas prioritários.

Dessa época, datam os serviços de reconstrução da tomada d'água do órgão extravasor da barragem e respectiva bacia de dissipação. Apesar disso, novas enchentes, ocorridas nos últimos anos, agravaram o estado das estruturas hidráulicas e das edificações.

Procurando sanar este problema, a SPHAN/*pró*Memória deparou-se, porém, com a insuficiência dos recursos destinados à realização das obras, o que impediu uma ação mais efetiva por parte de sua 9ª Diretoria Regional. Atualmente, vem sendo efetuada a recuperação das oficinas, altos fornos e alvenaria, cobertura, esquadrias, pisos, sistema hidráulico e rede elétrica.

Quanto às estruturas hidráulicas do conjunto – destinadas à geração da energia necessária ao funcionamento dos primitivos equipamentos – ficou acertado, após entendimentos com o CENEA, que este arcaria com os custos de sua reconstituição, evitando, assim, que danos mais sérios ameacem a estabilidade do conjunto.



Arquivo SPHAN

Vista do antigo complexo da Fábrica de Ferro, no começo do século.



Interior do edifício que abrigava as turbinas.



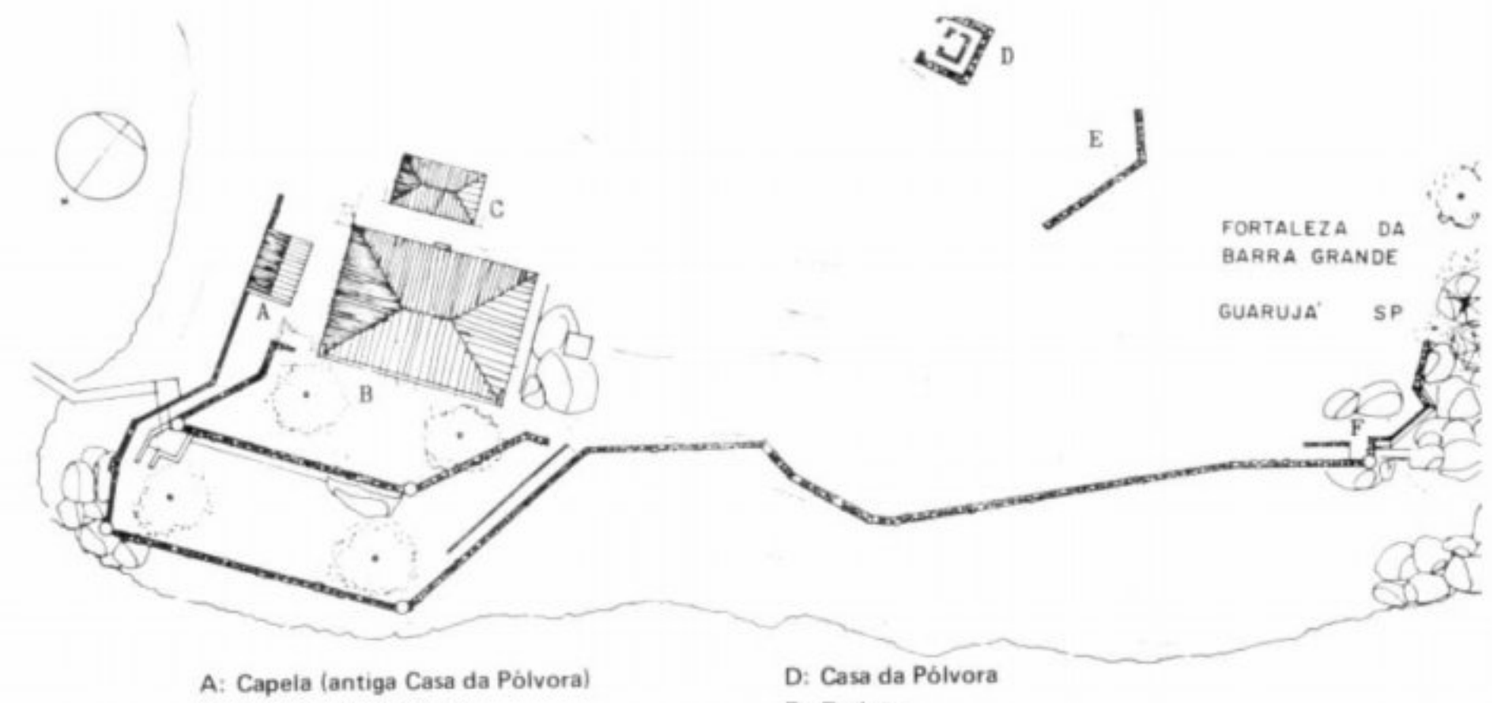
Remanescentes das instalações dos fornos que agora estão sendo restaurados. O edifício à esquerda abrigava as turbinas.



Vista do edifício das Armas Brancas restaurado pela SPHAN entre 1968 e 1974.

SPHAN 32
*pró*Memória

SÃO PAULO



A: Capela (antiga Casa da Pólvora)
B: Casa do Comandante
C: Anexo (década de 60, bloco de sanitários)
D: Casa da Pólvora
E: Reduto
F: Portão do Espanhol



Casa do Comandante, foto de 1944.



Antiga casa de pólvora em 1944.

BARRA GRANDE

O conjunto militar conhecido como Forte da Barra Grande, situado na Ilha de Santo Amaro, no Guarujá, e tombado em 1964, surgiu após os assaltos promovidos pelos piratas Cavendish e Fentou, às vilas de Santos e São Vicente, entre 1584 e 1590.

Além de defender a costa, o Forte exercia vigilância sobre os navios, impedindo o desembarque de contrabando no litoral.

Quanto à Casa do Comandante, imóvel que integra o conjunto e que vem merecendo a atenção da 9ª DR da SPHAN/*pró*Memória, supõe-se que tenha sido erguida no início do século XVIII. De lá para cá, passou por diversas reformas e seu aspecto atual é atribuído à uma intervenção realizada na virada do século.

O telhado original, de duas águas, deu lugar ao atual, de quatro. Em conseqüência disto, foi redefinida a fachada fronteiriça, adotando-se arcos para o fechamento do alpendre; platibanda e duas janelas, ao invés da única antes existente.

Além disso, às divisões internas primitivas, em paredes "francesas", somam-se outras, bem mais recentes, em alvenaria de tijolos. Há indícios de que algumas áreas da casa tenham sido assoalhadas.

Junto à Casa do Comandante, está situada a casa de pólvora primitiva que, muito vulnerável devido à sua má localização, foi transformada em capela.

Os trabalhos visando à restauração já abrangeram: levantamento métrico, prospecções arquitetônicas, levantamento histórico e destelhamento do imóvel.

A recuperação do monumento será efetuada através de convênio entre a SPHAN/*pró*Memória – a quem pertence o conjunto – o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de SP e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA).

Tendo a Marinha requisitado o direito de uso do imóvel, após a restauração ele será ocupado pela Sociedade dos Amigos da Marinha – SOAMARES.



MUSEU REPUBLICANO

No prédio do Museu Republicano da Convenção de Itu, residência aristocrática urbana, datada de 1867, foi realizada, a 18 de abril de 1873, a primeira grande assembléia dos republicanos da Província de São Paulo, denominada "Convenção de Itu", que culminou na criação do Partido Republicano Paulista – PRP.

As obras de restauração do Museu – dependência do Museu Paulista da Universidade de São Paulo – estão há cinco anos sob a responsabilidade do Fundo de Construção da Universidade. Em 1983, o FUNDUSP repassou à SPHAN/*pró*Memória, mediante Termo de Cooperação, Cr$ 10 milhões para a execução dos serviços de remanejamento da cobertura, consolidação das paredes, remoção de forros e esquadrias e reparos na instalação elétrica.

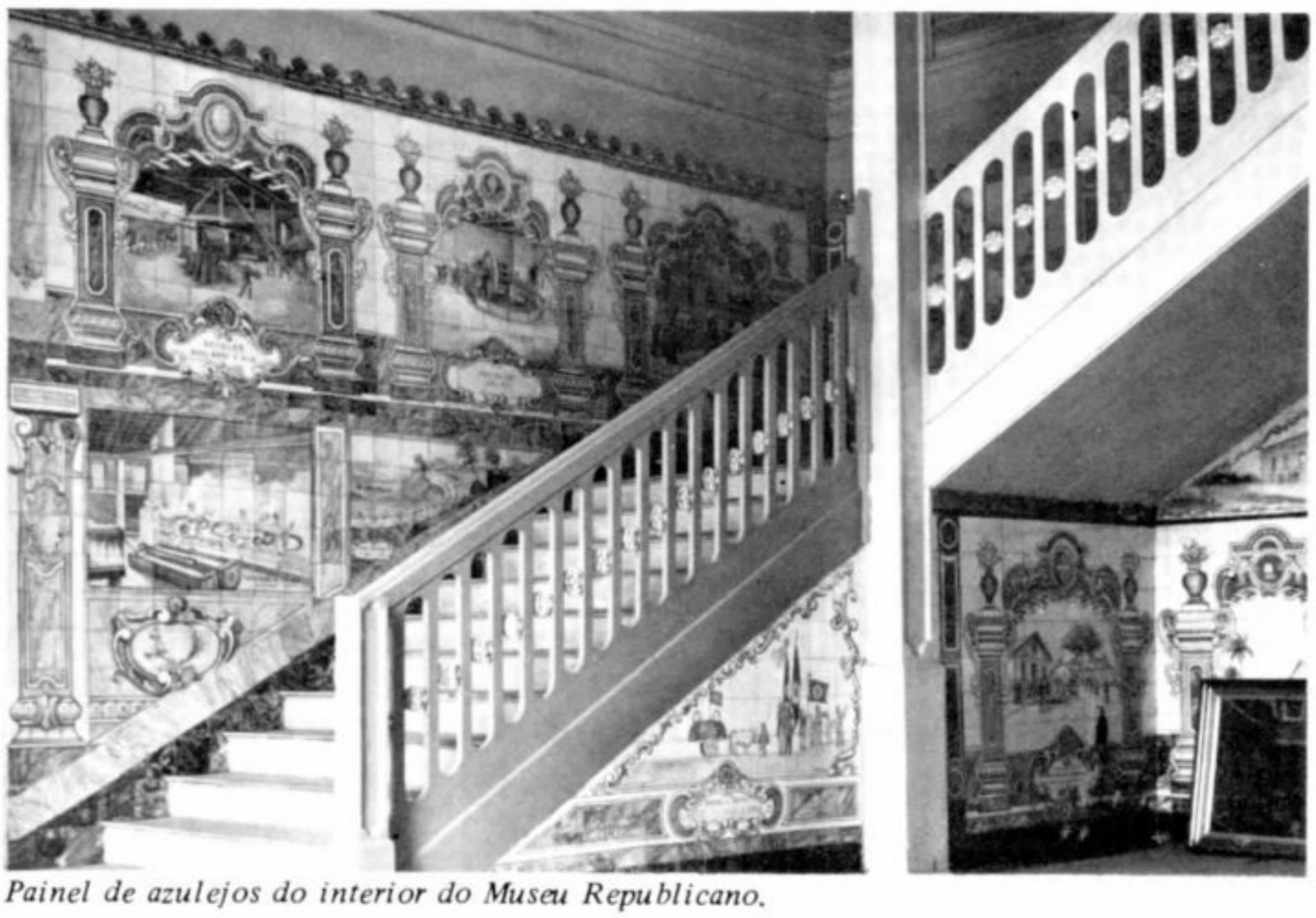
Terminada esta etapa, em agosto de 84, foram repassados, após a renovação do termo, Cr$ 35 milhões, destinados à execução do preparo e assentamento do tabuado do forro, serviços de marcenaria, remanejamento de fiação e pontos de luz, reparos nos revestimentos das paredes internas e da fachada principal.

Serão também efetuados serviços de recomposição do piso de varvito do saguão e do piso de lage de pedra do pavimento inferior; preparo e assentamento dos roda-pés; instalação de sanitários e copa, além dos acabamentos e da pintura interna e externa do prédio.

O Museu foi criado para rememorar a Convenção de Itu, os convencionais de 1873, os principais momentos da propaganda republicana em São Paulo e, ao mesmo tempo, funcionar como museu de artes, reproduzindo o mobiliário e ornamentação de uma casa rica brasileira, do final do século XIX.

De seu acervo constam: coleção de aquarelas de Miguelzinho Dutra, de 1835 a 1846; gabinete do ex-presidente Prudente de Moraes; coleção do jornal "A Imprensa Ituana", da década de 1870; jornais paulistas como "A Província de São Paulo" e "Correio Paulistano"; toda a mobília da família Almeida Prado, incluindo cerca de 50 telas a óleo de Almeida Junior, Pedro Alexandrino, Tarsila do Amaral, Oscar Pereira da Silva e outros, e o quadro de Jonas Barros que reproduz os Convencionais.

Todo o acervo encontra-se armazenado no prédio da "Casa da Cultura".



Painel de azulejos do interior do Museu Republicano.

SÃO PAULO



Teto da capela-mor da Igreja de N.S. do Carmo.

CARMO DE ITU

Um ano após seu tombamento pela SPHAN, ocorrido em 1967, o Conjunto Carmelitano de Itu – integrado pela Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, cemitério e jazigo – teve, durante a realização de uma obra promovida pela Prefeitura local, sem a anuência da SPHAN/*pró*Memória, inteiramente demolida a capela do jazigo. Esta, na verdade, foi apenas mais uma – talvez a mais grave – das descaracterizações de que foi vítima ao longo dos anos.

Histórico

A primeira etapa de sua construção, iniciada em 1720, estendeu-se até 1730. Neste período, ergueram-se, simultaneamente aos dormitórios – hospícios dos frades, o corpo da nave, guarnecido de três altares e os corredores laterais.

Entre 1740 e 1765, foram construídas as senzalas e o assobradamento do hospício, porém, a segunda etapa das obras, conhecida como "reedificação", só iria ocorrer entre 1777 e 1787, abrangendo a conclusão do corpo da Igreja, fatura da capela-mor e sacristia, alterações no interior e na fachada e substituição dos altares.

No século XIX e na segunda década do atual, novas reformas foram realizadas. A primeira, de 1861 a 1863, e a segunda, de 1917 a 1919, quando as senzalas e hortas deram lugar ao prédio do Colégio do Carmo.

Tombado por tratar-se, à época, de raro exemplar ainda dotado das características básicas da arquitetura das ordens conventuais de São Paulo, o conjunto, além disso, abriga significativa pintura de autoria de Frei Jesuíno de Monte Carmelo, considerado por Mário de Andrade o mais expressivo artista do período colonial paulista.

Logo após o tombamento do imóvel, a SPHAN promoveu a consolidação e restauração das pinturas, além de reparos que mantiveram o monumento em razoável estado, apesar de serem evidentes as descaracterizações de que foi vítima. A situação foi, porém, agravada quando a Prefeitura, desejando promover a abertura de uma rua, iniciou a demolição de parte do conjunto.

Imediatamente, a SPHAN providenciou o embargo da obra. Tal atitude levou os interessados a recorrerem, com um pedido de destombamento do imóvel e, tendo a questão demandado morosa tramitação judicial, o monumento, privado dos cuidados necessários à sua conservação, foi tomado por diversas infiltrações que culminaram no comprometimento da estrutura de taipa de pilão, chegando a danificar as obras de arte.

Procurando sanar a situação, representantes da SPHAN/*pró Memória*, Executivo Municipal, Província Carmelitana de Santo Elias e CONDEPHAT organizaram, em 1979, uma reunião local, onde ficou decidido o restabelecimento do primitivo agenciamento e a restauração do conjunto. A partir daí, a 9ª DR iniciou as obras, providenciando a recuperação da cobertura do templo com a revisão de sua estrutura, além da remoção dos acréscimos responsáveis pela descaracterização.

Obras

A retirada do revestimento das paredes externas evidenciou os diversos tipos de técnicas construtivas empregadas nas várias reformas.

Na parede do corpo lateral à capela-mor, foram descobertos diversos barrotes de encaixe, revelando ter existido ali um segundo piso, o que explica o pé-direito extremamente alto, não condizente com as características arquitetônicas das igrejas paulistas. Os barrotes foram conservados aparentes, a fim de que fosse resguardada a realidade construtiva da época.

Ainda no corpo lateral, com a remoção do piso, foram detectadas as fundações de muros mais antigos, indicando que o corredor primitivo havia sido alargado. Além disso, junto à porta de acesso à torre, as prospecções revelaram a existência do piso de lajotas original, mais baixo, próximo à soleira primitiva.

Na capela-mor, onde foi recuperada uma área ruída, os técnicos promoveram a remoção de alguns frisos e determinaram o emparedamento de uma porta, aberta recentemente. Além desta, diversas outras portas e várias janelas foram fechadas, a fim de que os acessos originais fossem retomados.



Concretagem das ombreiras e vergas das envasaduras de um dos corredores laterais.

SÃO PAULO

Durante a restauração, a equipe se deparou com três fatos inesperados: o primeiro foi a descoberta, no interior da torre, de uma escada composta por tábuas policromadas, de procedência indefinida; o segundo, ocorrido durante as prospecções, foi o encontro de algumas ossadas, ainda não identificadas, sob o piso do corredor lateral à nave; e o terceiro, a descoberta de que, sobre as pinturas originais de Jesuíno de Monte Carmelo, existe uma camada de tinta proveniente de uma restauração efetuada por um pintor alemão.

As pinturas serão restauradas após o término das obras, porém, com esta descoberta, toda a avaliação feita por Mário de Andrade fica comprometida.

O término das obras está previsto para o início de 1985, quando deverão estar concluídos os reparos no forro da nave – que cedeu após o primeiro restauro – além da recuperação do piso, das esquadrias e a pintura geral do templo. Ao final dessa etapa será iniciada a restauração do convento.



Aspecto do forro pintado pelo padre Jesuino do Monte em um dos corredores laterais.



Fachada da Igreja do Carmo de Itu durante as obras de restauração.

MOGI DAS CRUZES

"Mogi das Cruzes, ano de 1775. A população vive quase toda no campo. Planta-se para comer ou também para negociar mantimentos diversos, algodão, fumo e cana para aguardente. Criam-se porcos, se vende o toucinho. Moradias são 664. Pessoas livres são cerca de 3.800. . . .

"A população livre, numerosa, se organiza com base no trabalho servil de negros e índios. Os indígenas aldeados já não são tantos. Acabaram-se as bandeiras de apresamento. Nos sítios e fazendas o índio foi substituído pelo escravo africano: são quase 900 pessoas, quase todas nas poucas propriedades de produção comercial. Essa escravatura representa um certo enriquecimento local, mas muito concentrado nalgumas famílias...".

Assim o texto produzido pela 9ª DR da SPHAN/*pró*Memória para a abertura da exposição que entregou, à comunidade, as duas Igrejas Carmelitanas, descreve o município de Mogi das Cruzes, no momento em que elas foram reedificadas.

Ainda segundo o texto, Mogi se apresentou, desde sua fundação, em 1611, com uma fisionomia diferente dos demais municípios paulistas. Há o predomínio do médio e pequeno sitiante e, devido à essa forma de povoamento, surgem numerosas capelas rurais que atendem à população nas festas e nas lágrimas.

Em 1627, a Ordem Carmelitana se instalou em Mogi, porém, só entre 1629 e 1633 são erguidas a Igreja e a residência dos frades e, no final do século, ergue-se a Capela de Santa Teresa que, supõe-se, tinha uma porta de acesso à Igreja.

Com a reedificação da Igreja, entre 1753 e 1768, a Capela ficou isolada. Por isso, em 1775 a Irmandade solicitou licença eclesiástica para construir outra igreja, junto ao convento. Sua conclusão se deu em 1780.

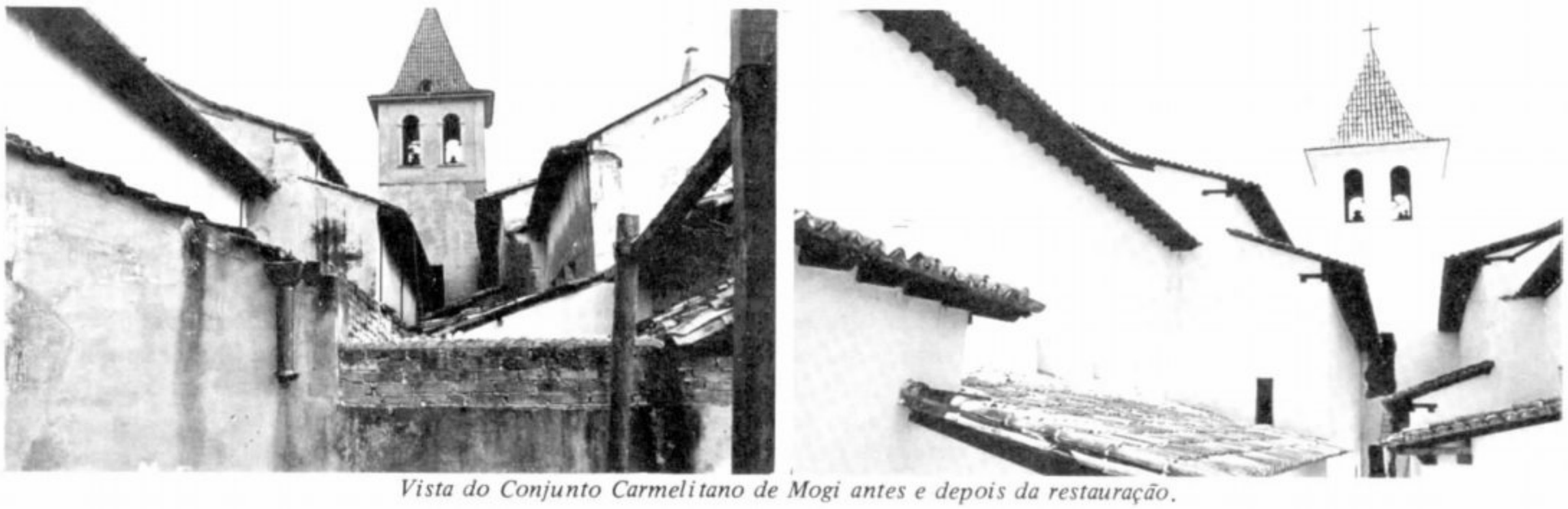
Já no século XX, em 1970, o Bispo de Mogi, preocupado com a evasão do valioso acervo religioso e civil da região, determinou sua preservação através da criação de um Museu de Arte Sacra, a ser organizado com a assistência técnica da Representação Regional da SPHAN. Assim, após a assinatura de convênio entre SPHAN, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, Mitra Diocesana, Província Carmelitana de Santo Elias e Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, foi iniciada em 1971 a restauração das Igrejas das Ordens 1ª e 3ª do Carmo (SPHAN nº 31, pág. 6).

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória

SÃO PAULO



Vista do Conjunto Carmelitano de Mogi antes e depois da restauração.

A época o conjunto apresentava várias alterações decorrentes de reformas que, ao longo dos anos, acrescentaram frontões, platibandas e relevos decorativos às fachadas, além de uma torre – à Igreja da Ordem 3ª – novas portas e janelas de arco pleno e, no local da antiga ala conventual, o prédio do colégio.

Quanto aos espaços internos, a modificação de suas características, a substituição ou eliminação de trechos dos muros de taipa e as precárias adaptações na cobertura do templos, comprometeram suas estruturas, pondo em risco a estabilidade dos prédios.

Pesquisas

Durante as obras, a 9ª DR realizou minucioso levantamento nos arquivos mogianos, a fim de enriquecer o diagnóstico do estado de conservação das peças integrantes dos acervos da Mitra Diocesana e das próprias Igrejas restauradas, que seriam reunidas no Museu de Arte Sacra.

As pesquisas visavam recolher, nos antigos documentos, detalhes da vida sócio-religiosa da população de Mogi, de 200 anos atrás. No decorrer deste trabalho se deu a descoberta dos mais antigos documentos musicais escritos no Brasil (SPHAN nº 29, pág. 29).

Além disso, a equipe percorreu os municípios que integram a Diocese de Mogi, desenhando, fotografando e registrando inúmeras capelas, igrejas, imagens e objetos sacros de interesse histórico e artístico existentes na região.



Forro da Capela-mor da Igreja da Ordem 3ª. do Carmo.

O acervo inicial do Museu reúne – além das partituras – diversas peças do século XVIII, sendo de especial interesse uma série de pinturas composta por telas duplas que apresentam, de um lado, uma das cenas da Paixão de Cristo e, do outro, a simbologia correspondente. Presume-se que estas telas, utilizadas nos festejos da Semana Santa, ao serem movimentadas giratoriamente, compunham uma espécie de pedagogia religiosa.

Juntamente com a documentação reunida, as peças, além de refletir a realidade religiosa da época, irão respaldar a política de preservação e valorização do patrimônio local.

Entrega

A cerimônia de entrega das duas Igrejas à comunidade – dia 15 de outubro – foi precedida de missa festiva, celebrada pelos Irmãos Terceiros, e encerrada com a execução de duas das obras musicais encontradas – já restauradas pelo musicólogo Régis Duprat.

Com a restauração desse importante conjunto artístico-arquitetônico, garante-se não só a continuidade de seu funcionamento como local de culto religioso, mas cria-se também um espaço para a preservação do patrimônio religioso da região e para a realização de diversas manifestações culturais.

SÃO PAULO

Uso do solo-cimento nas obras da 9.ª DR

O solo-cimento vem sendo utilizado nos trabalhos de restauração desenvolvidos pela SPHAN/*pró*Memória, desde a década de 40. Em 1947, a restauração do Sítio do Padre Inácio, casa bandeirista do século XVIII, previu a utilização deste material como solução para o piso. Neste caso, o solo-cimento foi aplicado em panos de grandes dimensões que, após a compactação, foram recortados, a fim de apresentarem a mesma textura do piso de lajotas. Mais tarde, em 1959, a mesma solução foi empregada na Casa Urbana de Santana do Parnaíba, do século XVIII, porém desta vez o solo-cimento foi utilizado sob a forma de lajotas quadradas e retangulares.

Nas duas experiências o saibro foi utilizado, implicando no barateamento do custo final do piso. Na verdade, o uso da terra é, ainda hoje, uma prática corrente no interior paulista, haja visto que a própria argamassa de assentamento das lajotas que nos centros urbanos é feita a partir da mistura de cimento e areia, no interior, ao contrário, tem o cimento empregado em porcentagens mínimas, sendo substituído pela cal e pelo saibro. Tal procedimento se repete na argamassa de assentamento de tijolos.

As últimas experiências desenvolvidas pela 9ª DR, empregando o solo-cimento, tiveram o apoio da Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP – e abrangeram dois níveis de utilização. O primeiro, como material para revestimento de pisos e, o segundo, como material para a consolidação de paredes de taipa.

Como material para piso, o solo-cimento foi empregado na restauração do Sobrado do Porto, em Ubatuba, construção do século XIX, onde a solução original empregada no piso térreo não era conhecida, podendo ser tanto a madeira, quanto a lajota cerâmica ou tijoleira. Neste caso, as lajotas de solo-cimento serviram como solução, pois não se confrontaram com nenhuma das hipóteses acima. Ao mesmo tempo, o fato de se harmonizarem com o todo do edifício, permitia sua experimentação e apropriação.

O desenvolvimento dessas lajotas foi feito em etapas: a primeira delas foi a escolha do material solo, já que as características finais das lajotas são influenciadas pela natureza do solo utilizado – os solos arenosos desenvolvem vínculos de coesão nos pontos de contato entre os grãos, enquanto que, nos solos argilosos ocorrem, ainda, reações entre a superfície dos grãos de argila e a cal liberada na hidratação do cimento. Assim, o material escolhido foi um saibro argiloso, de cor vermelha, que exigiu, nos ensaios de durabilidade por molhagem, um teor mínimo de cimento em massa de 7%.

A segunda etapa consistiu na definição do sistema de moldagem e compactação dos componentes. Primeiro, foi verificada a possibilidade de serem utilizadas fôrmas de madeira, promovendo-se a compactação manual com o auxílio de soquetes. Porém, devido às pequenas dimensões e espessuras da lajota (20 X 25 X 3 cm), optou-se pela utilização de uma prensa mecânica, cedida pela Prensati Indústria e Comércio de Máquinas Ltda.

Como terceira etapa, a equipe procedeu pesquisa visando determinar a dosagem correta da mistura. Foram realizadas quatro séries, de oito corpos de prova cada uma, utilizando-se 8%, 12%, 16% e 20%, como dosagens experimentais em peso de cimento. A seguir, as provas foram submetidas a testes de durabilidade, realizados no laboratório da ABCP, que determinaram ser a dosagem de 20% a mais adequada, atendendo melhor às condições de uso e exposição a que as lajotas serão submetidas.

A quarta etapa de desenvolvimento do projeto constou de uma análise do custo de produção das peças, verificando-se que, se produzidas em larga escala e sem o emprego de mão-de-obra mais qualificada, seu custo é inferior ao das lajotas cerâmicas cozidas. Para esta obra, a produção foi de aproximadamente 350 lajotas/dia, estendendo-se por 20 dias.

Uma segunda aplicação do solo-cimento foi feita visando-se a consolidação de elementos estruturais. Na Casa de Câmara e Cadeia de Piedade, edifício da segunda metade do século passado, a parede de taipa – de lm de espessura – do cunhal posterior da edificação, havia sofrido uma perda de mais da metade de sua seção resistente, em alguns trechos. Este estado de deterioração, deve-se, provavelmente, à infiltração de água através da laje do anexo posterior, que se encontrava engastada na taipa, exatamente no ponto onde se deu o início do escorregamento. Assim, o prédio passou a sofrer recalque e foram detectadas fissuras de até 2 cm, indo do forro às vergas das janelas do primeiro pavimento.

Para a consolidação da parede, a mistura foi composta por caulim arenoso, de coloração acinzentada, e cimento Portland comum, a 8%.

A aplicação do material foi feita após o desbaste e umidificação da superfície, entre fôrmas metálicas, e procedendo-se, em seguida, a compactação das camadas, de aproximadamente 15 cm cada, com o auxílio de soquetes de madeira. As fôrmas foram recobertas por sacos de aniagem umidificados, assim permanecendo por uma semana.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória

PARANÁ

A SPHAN *pró*Memória, dando um exemplo de preservação e restauração de um tipo de construção em vias de desaparecimento, acaba de adquirir, no estado do Paraná, por Cr$ 1,5 milhão, uma casa de madeira, considerada um dos mais significativos exemplos da arquitetura polonesa na região, que será desmontada e transportada para outro terreno, a fim de abrigar o Escritório Técnico de Curitiba. Além disso, a 9ª Diretoria Regional concluiu a restauração das Igrejas de São Francisco das Chagas e de São Benedito (SPHAN nº 28, págs. 31 e 32), ambas em Paranaguá, e está iniciando a recuperação da casa do Coronel Joaquim Lacerda, na Lapa.



Foto: CLOVIS V. LOUREIRO JR.



CURITIBA

Visando uma atuação mais efetiva nos estados não dotados de representação regional, a SPHAN/*pró*Memória vem implementando um programa de instalação de Escritórios Técnicos, não só nas capitais ainda não atendidas, como também em cidades tombadas, a exemplo de Rio de Contas, Cachoeira e outros (SPHAN nº 26, pág. 17 e nº 29, págs. 11 a 17).

No Paraná – um dos estados que se defrontava com a falta de uma base física para agilização dos contatos a nível local – o problema foi temporariamente solucionado com a cessão, pelo governo do Estado, de uma sala que, embora não comportasse a estrutura necessária ao funcionamento do Escritório, poderia abrigá-lo até que fosse encontrado um novo local.

Foi em meio a essa procura que, a caminho de uma das obras que vinham sendo realizadas, dois funcionários da SPHAN/*pró*Memória tomaram conhecimento de que a casa de madeira listada pela Prefeitura local entre outras merecedoras de proteção, havia sido posta à venda. E é um desses funcionários, o arquiteto José Lapastina, responsável pelo Escritório de Curitiba, quem explica: "a Prefeitura da cidade, na gestão do Prefeito Jaime Lerner, havia posto sob proteção municipal, através de decreto, aproximadamente 600 casas, consideradas Unidades de Interesse de Preservação".

"Posteriormente, este número caiu para 300, porém, alguns proprietários – oito – inconformados com a decisão, impetraram uma ação judicial que obteve ganho de causa, pois o decreto não estava bem fundamentado e abrangia um número excessivo de edificações.

"Com a abertura desse precedente, a Prefeitura, orientada pelo atual presidente da Fundação Cultural de Curitiba, optou pela revogação do decreto".

Embora à primeira vista isso possa parecer espantoso, a observação do advogado fazia sentido, pois, à medida que o decreto continuasse em vigor, qualquer proprietário que resolvesse demolir uma das casas solicitaria à Prefeitura uma autorização. Como esta lhe seria negada, ele, imediatamente, entraria com um mandato judicial e, com base no precedente, obteria a liminar que equivaleria ao alvará de admissão. Isto ocasionaria a destruição em massa dos imóveis.

Com a revogação, ficou decidido que as casas deverão ser objeto de

PARANÁ

análise pelo Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba – IPPUC – que formou uma comissão de técnicos para o estabelecimento de critérios de julgamento desses elementos.

Quanto à casa que foi adquirida, diz Lapastina, assim que caiu o decreto, ela foi posta à venda e fatalmente seria demolida pelo novo proprietário. "Foi pensando nisto que a SPHAN/*pró*Memória resolveu comprá-la para montar o Escritório".

Como a casa estava situada em terreno que, por estar localizado na periferia da cidade, não interessava adquirir, a idéia foi de promover seu desmonte e transferência para o setor histórico de Curitiba. "Isso não seria difícil, pois em todo o sul do Brasil existe uma tradição no deslocamento de casas de madeira como esta", afirma Lapastina.

Após entendimento com a proprietária do imóvel, a SPHAN/*pró* Memória, com o auxílio do IPPUC – que também colaborou para a descoberta do terreno - acionou a Prefeitura que, devido a seu interesse na preservação, concordou em cedê-lo, por comodato.

Lapastina ressalta ainda a importância da SPHAN/*pró*Memória se instalar oficialmente em Curitiba, através da preservação de um imóvel tão significativo e ilustrativo de todo o processo de evolução urbana, com suas técnicas de aproveitamento dos recursos disponíveis na região.

Histórico

O início da construção em madeira, no Paraná, data da chegada dos primeiros imigrantes poloneses ao estado. Ao chegarem, estes viam-se diante de dois fatores que propiciavam a expansão dessa técnica: além da araucária – árvore que cresce muito, dando um tronco reto, forte e sem nós – ser encontrada no local em florestas homogêneas, eles eram obrigados a efetuar a derrubada das matas para início do plantio, obtendo, assim, uma grande quantidade de madeira.

A árvore era abatida e falquejada com um machado, dando-se ao tronco uma forma retangular. Depois, eram feitos encaixes para a superposição dos troncos, em sentido horizontal, formando-se a estrutura e as paredes da casa.

Nessas primeiras casas, chamadas de "casas de tronco", nenhum tipo de ferragem era utilizado e, para a composição das coberturas era aproveitada uma outra vantagem dessa madeira: ao ser lascada, ela naturalmente apresenta uma série de ranhuras que, colocadas no sentido adequado, permitem o escoamento da água das chuvas.

O fato de os telhados se apresentarem muito inclinados refletia a necessidade européia de evitar que o acúmulo de neve comprometesse a estabilidade do prédio. Assim, o espaço que surgia sob o telhado era aproveitado como quarto ou sótão.

Quanto às esquadrias, a falta de dobradiças e pregos era solucionada com a utilização de um sistema de pivôs, instalados nas soleiras e vergas superiores

À essas casas, seguem-se as definidas como sendo de "segunda geração" – onde são empregadas tábuas serradas e é incorporada a varanda, de origem lusitana, como elemento de adaptação ao clima – e as de "terceira geração", já em alvenaria.

A casa adquirida é, segundo Lapastina, de "segunda geração". Nestas, já com as tábuas colocadas na vertical, as frestas são vedadas por uma ripa chamada de mata-juntas. Persiste a utilização do sótão e há uma proliferação de um elemento chamado de lambrequim – madeiras recortadas, colocadas nas extremidades dos beirais – que, cumprindo a função técnica de pingadeira, dá um aspecto muito gracioso às construções.

Ainda hoje, são encontrados assentamentos onde convivem as três fases dessa arquitetura.

A Casa

Construída em 1918, para sediar a chácara de Domingos Nascimento Sobrinho, a casa é circundada por uma varanda e apresenta, em seus ângulos, uma vedação em madeira que funciona como paravento. Em sua parte frontal, encontra-se uma tela de 2 X 2m, retratando uma paisagem bucólica, tipicamente européia. No interior, cada um de seus 12 compartimentos é ornado por uma barra decorativa de motivos florais variados.

Situada em uma via que adquiriu grande importância, onde o gabarito da lei de zoneamento permite a construção em altura, certamente a casa seria demolida pelo novo proprietário. Sendo assim, diz Lapastina, o que a SPHAN/*pró*Memória está fazendo, apesar de pretender deslocá-la de sua ambientação original, é uma operação de salvamento.

Com relação à desmontagem e remontagem da casa, Lapastina acrescenta que trata-se de uma operação muito simples e bastante comum naquela região. "Por ocasião da formação do lago de Itaipu, várias casas foram transportadas, inteiras, sobre caminhões. É claro que no campo isto é mais fácil, pois não há problemas de tráfego, fiação etc". Ele cita ainda o caso de uma operação recente de alteamento e deslocamento de aproximadamente 300 casas, situadas em local sujeito à inundações.

Duas opções estão sendo consideradas para a remoção da casa: a primeira, consiste em retirar seu pavimento superior e a varanda, deixando-a com um volume de 8m de largura por 12 de comprimento e 4 de altura. Após a estabilização da estrutura, através de cabos de aço, a casa seria erguida por um macaco hidráulico para que, sob ela, fosse construída uma plataforma de aço dotada de rodas. Assim, ela seria transportada pela canaleta dos ônibus expressos de Curitiba, tracionada por um carro e freada por outro. Porém, existem alguns problemas como a interrupção do tráfego, ruas laterais muito estreitas, remoção de fios etc.

A segunda opção é a desmontagem por painéis que, embora seja feita com todo o cuidado, segundo ele, sem-

PARANÁ

pre ocasiona perda de material. O trabalho começa com a remoção de todos os elementos artísticos, seguidos das esquadrias, forros, telhas e da estrutura do telhado, de onde as armações serão removidas inteiras. Só então são desmontadas as paredes.

Serão utilizadas duas equipes. Uma, no local de desmontagem – onde todas as peças serão fotografadas, numeradas e enfeixadas, e outra no terreno obtido, onde os elementos recebidos serão analisados em seu estado de conservação, imunizados e reparados, antes do início da remontagem.

O terreno dista 4 Km do centro de Curitiba. São três lotes totalizando 2.009 m^2, que permitirão a existência de uma entrada oficial, pela frente, e outra de serviço, destinada a caminhões.

Como a casa irá abrigar o Escritório, será promovida também a instalação de um bloco anexo de sanitários e uma copa. O tempo previsto para a transferência é de 3 meses e a Prefeitura já se comprometeu a proceder o paisagismo do terreno.

Lapastina ressalta ainda que, embora o transporte de casas seja comum, pela primeira vez ele será feito com as características de uma restauração fidedigna e criteriosa. Segundo ele, a proprietária da casa ficou muito feliz com a preservação, prontificando-se, inclusive, a doar à SPHAN/*pró*Memória além de uma série de fotos, um móvel antigo que deverá, juntamente com outros da mesma época, decorar a recepção do Escritório. E ele conclui dizendo: "esperamos que o exemplo frutifique e que outras casas do tipo possam ser beneficiadas".

PARANAGUÁ

A Ordem Terceira de São Francisco foi instituída em Paranaguá no final do século XVII, mas somente em 1764 foi apresentada a proposta de construção da Igreja. Em 1770, com o trabalho de extração das pedras, têm início as obras, que se estenderam até 1784.



Arquivo SPHAN - Rio

Igreja de São Benedito - Paranaguá.

A Igreja, em estilo barroco simples, apresenta fachada em cantaria com portada e duas janelas de verga curta, à altura do coro. O frontão em curvas apresenta óculo central e pináculos laterais.

Já a Igreja de São Benedito foi erguida em 1784, pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. De linhas simples, apresenta fachada em cantaria de granito, com frontão curvilíneo sobre o qual se ergue, à esquerda, o campanário.

As duas igrejas foram restauradas através de convênio entre a SPHAN/*pró*Memória, Secretaria da Cultura e Esportes do Paraná, Empresa de Obras do Paraná e, respectivamente, Ordem Terceira de São Francisco e Irmandade do Glorioso São Benedito.

Os serviços abrangeram a recuperação dos telhados, revestimentos e pisos, limpeza das paredes e pintura geral dos monumentos.

LAPA

Um dos raros remanescentes urbanos da arquitetura civil luso-brasileira do século XIX, a Casa do Coronel Joaquim Rezende Corrêa Lacerda, na cidade da Lapa, mantém pouco alteradas suas características originais e abriga, ainda, diversas peças de mobiliário brasileiro e europeu do século passado (SPHAN nº 22, págs. 27 a 29).

Construída entre 1840 e 1850, quando a pequena vila verificava significativo crescimento, nela foi adotada a alvenaria de pedra, comum na região, a partir de 1820.

Durante a revolução de 1893/94, a casa foi cedida – na ocasião do cerco militar à cidade da Lapa – por seu proprietário e chefe civil da resistência, Coronel Joaquim Lacerda, para servir como posto de comando, chegando a ser atingida por granadas. Em sua sala de visitas, foi assinada, em 1894, a capitulação da Praça.

Desde seu tombamento, em 1938, poucas alterações ocorreram, continuando o monumento a pertencer à família Lacerda até 1981, quando foi doado à SPHAN/*pró*Memória em testamento, por D. Cecília Brito Lacerda. Após a doação, a 9ª DR elaborou o plano de obras prevendo a realização dos serviços necessários à recuperação do imóvel.

Numa primeira etapa, foram realizadas obras de consolidação da estrutura da casa, recuperação do telhado, piso, janelas e portas, além de pintura externa.

Até o final de 84 deverão estar concluídos os serviços de restauração dos forros, pintura interna e adequação das instalações elétricas e hidráulicas. Após as obras, a casa irá mostrar como vivia uma família de classe média do Paraná, podendo, além disso, abrigar uma casa de chá especializada em doces típicos.

Opinião

Transferência de índices, o risco da "experiência"

(*) Sonia Rabello

Está em debate, em muitas capitais, a polêmica questão da "transferência de índices urbanísticos" de propriedades urbanas. Há mais de dez anos, esta questão foi levantada por alguns estudiosos da matéria. Hoje, alguns municípios da capital de Estados, no sul do Brasil, tendem a incorporar este instrumento às suas legislações de Planejamento Urbano. O Projeto de lei federal, elaborado pelo CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, encaminhado ao Congresso Nacional,também prevê a hipótese da transferência de índices urbanísticos de propriedades urbanas.

Não obstante estes fatos, a questão, conforme está sendo proposta, continua bastante duvidosa e ocasionando acalorados debates. Alguns defensores da idéia da transferência do direito de construir são de opinião que, apesar das dúvidas suscitadas quanto a pertinência e eficácia do instrumento, este deve ser implementado, ainda que experimentalmente, ainda porque se trata de uma inovação para o planejamento urbano.

Trata-se, contudo, de argumentação perigosa já que a transferência de índices construtivos traz consigo, intrinsecamente, uma mudança de concepção do direito de propriedade e do direito de construir dela decorrente. Esta mudança, basicamente, consubstanciaria aceitação da idéia da separação do direito de construir do direito de propriedade e, decorrentemente, a aceitação de que aquele, quando não exercido, se constituiria um direito autônomo, possível de ser negociado. Só este fato justificaria que sobre a questão não se fizessem "experiências" que, eventualmente, colocassem em risco a concepção mais ampla de função social da propriedade, arduamente conquistada pela legislação e consolidada nos Tribunais brasileiros.

A transferência de índices construtivos da forma que está sendo proposta, repito, permite a proprietários de lotes, que tenham sofrido limitações supervenientes por parte do Poder Público, vender os "créditos" construtivos que não foram exercidos nas suas propriedades.

Ora, esta colocação pressupõe alguns pontos básicos, sem os quais ela não teria sentido:

1. Que os índices construtivos permitidos por norma legal, ainda que não exercidos, passariam a incorporar o patrimônio do sujeito; isto é, de direito que o indivíduo poderia exercer (direitos subjetivos) passariam a ser direitos incorporados ao patrimônio do sujeito (direitos adquiridos). Isto porque, só se pode alienar aquilo que é bem ou direito incorporado ao patrimônio do indivíduo.
2. Alterar-se-ia também o princípio de que o direito de construir decorre do direito do solo, baseado, sobretudo na idéia de utilidade, de uso social do espaço urbano. Ao admitir-se a desvinculação do direito de construir do direito de propriedade, se estaria consagrando a idéia essencialmente de mercado do solo urbano, artificialmente distorcido pela indiscriminada altura das construções verticais.

Estes dois aspectos modificam, substancialmente, a concepção mais larga do princípio constitucional de função social da propriedade.

Os índices construtivos são, no Direito brasileiro, faculdades gratuitas que o poder público permite ao proprietário do solo. Para tanto, o titular de domínio nada investiu pois, por uma simples "penada" na lei, um lote pode automaticamente subir de valor mediante aumento de seu índice construtivo. É o proprietário que aufere os lucros na venda deste adicional solo vertical criado sobre sua propriedade. É a comunidade, no entanto, que paga os custos da infra-estrutura urbana necessária à viabilização deste acréscimo da densidade ocupacional.

Ora, o que se pretende, com a forma proposta de transferir os índices construtivos é compensar o proprietário de um "crédito" que foi gerado a partir de uma liberalidade do poder público, e por cujos custos pagaria toda a comunidade. A limitação à propriedade, com a diminuição dos índices construtivos, seja quais forem os motivos que tenham levado à diminuição de índices, decorre simplesmente do fato do poder público decidir alterar uma faculdade que, liberalmente, permitiu que fosse exercida enquanto a regra estivesse em vigor.

Não pode, nem deve esta faculdade gerar direito adquirido para o proprietário, pois isto seria inverter o princípio de prevalência do interesse e ordem públicos sobre os interesses privados. Sem dúvida um retrocesso no nosso direito social.

Trata-se, sem dúvida, de um novo instrumento. É justamente por isso que todos os cuidados devem ser tomados ao propor sua aplicação. Nossa recente experiência na área da política econômica nos mostra o quanto estes "novos e importados" instrumentos podem ser desastrosos em termos de benefícios sociais.

(*) *Sonia Rabello, professora de Direito Administrativo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é advogada-chefe da SPHAN/pró*Memória.

Setembro/Outubro de 1984

SPHAN 32

*pró*Memória

Chácara do Céu:

Cursos aproximam museu e comunidade

Em 1979, com a implantação do Setor Educativo do Museu da Chácara do Céu, integrante do grupo de Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya, foi iniciada uma tarefa difícil: tornar aquele espaço cultural um instrumento de ligação entre crianças e adolescentes que não tinham sequer uma aula de educação artística em suas escolas, e um mundo cultural desconhecido, distante de suas realidades, através de um acervo rico em elementos que registram determinada época de nossa cultura.

O projeto inicial detinha-se em promover junto às escolas públicas do bairro de Santa Tereza – onde se localiza o Museu – e adjacências, um esquema de visitação orientada, em que o grupo pudesse, ao mesmo tempo em que tomasse contato com expressões artísticas que compõem o acervo da Chácara do Céu, conhecer e exercitar as técnicas utilizadas na feitura daquelas peças. Trabalhando com papel, pincel, tinta, cola, barro e madeira, entre outros materiais, podiam produzir, no pátio do Museu, o que ali viam reproduzidos em pinturas, desenhos e esculturas.

Dentro desse "projetão", como é chamado, houve um desmembramento de outros projetos. Pequenos cursos foram elaborados com o objetivo de estimular a participação voluntária. E hoje, os cursos de "Introdução à Cerâmica" e "Papel Artesanal e Pigmentação Natural" são divulgados nas salas de aula das escolas pelos próprios professores do Museu. A participação é gratuita e não há restrições à presença de pessoas que não sejam alunas da escola contactada, ou seja, os cursos são abertos também a um irmão, amigo ou vizinho.

Segundo os professores, os resultados têm sido satisfatórios. "Depois de várias experiências, é gratificante ver crianças da redondeza utilizando o espaço do Museu como uma extensão de suas próprias casas, desenvolvendo aqui suas atividades culturais. Essa aproximação faz com que em períodos de paralisação, nos abordem na rua, exigindo novas programações".

Cursos

Além de fornecer, durante oito semanas, um programa de descoberta da atividade artesanal, o Curso Introdutório à Cerâmica e o Curso de Papel Artesanal e Pigmentação Natural proporcionam," de maneira carinhosa e agradável", ainda segundo os professores, a utilização de princípios técnicos na formação do caráter e equilíbrio psicológico das crianças e adolescentes. "No trabalho artesanal a criança se descobre, descobre suas tendências, elimina as frustrações. Nestes cursos elas se socializam, convivendo em equipe, respeitando o trabalho do próximo, sendo responsabilizadas pelas ferramentas e arrumando a oficina, que funciona na garagem do Museu, após cada aula", afirmam unanimemente os professores.

Destacam ainda um fator de suma importância dentro da filosofia dos cursos: as crianças começam a ter uma participação ativa na sociedade, produzindo, desde cedo, profissionalmente, com recursos financeiros quase inexistentes.

O Curso Introdutório de Cerâmica atende 45 adolescentes, de 12 a 14 anos, oferecendo aulas técnicas de cerâmica, que desenvolvem tanto a criatividade quanto noções de um artesanato profissional. Duas etapas são obedecidas: a primeira, define a manufatura básica – rolo e placa – na confecção de peças utilitárias, como canecas, jarros, pratos, potes e cinzeiros. A segunda etapa propicia o exercício da criatividade, aprimorando as técnicas básicas na decoração das peças produzidas.

"Por que fazer papel?" Assim geralmente começa a primeira aula do Curso de Papel. Mas a pergunta, ao contrário do habitual, não é feita pela professora e sim pelos alunos que, apesar do interesse demonstrado, não têm a mínima noção da importância de produzir papel em casa.



Arquivo CHÁCARA DO CÉU



Curso de introdução à cerâmica.

Após a primeira aula, com apresentação de *slides* e filmes sobre a história do papel e do aproveitamento de materiais naturais-sementes, plantas e minerais – na fabricação de tintas, apresentação dos materiais e instrumentos necessários para a confecção artesanal do papel e a própria execução dos trabalhos durante o curso, as dúvidas desaparecem. Chega até mesmo ao ponto de os alunos pensarem em formas de aproveitar o ensinamento recebido na execução de um projeto mais ousado como, por exemplo, a produção de cartões de Natal.

próMemória restaura imagens do século XVIII



Fotos: Arquivo SPHAN - 10.ª DR

Santo Antonio



São Francisco de Assis



Santa Maria Madalena



Santo Isidro Lavrador

Quem entrar na 10ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória em Porto Alegre (RS), terá a oportunidade de contemplar, em último plano, uma cena não muito comum. No interior do pequeno e improvisado laboratório de restauração instalado na sala de fundos, no primeiro andar do órgão, se encontram duas imagens – uma de São Francisco de Assis, outra de Santo Antônio – de tamanho beirando o natural, que estão sendo restauradas para posteriormente serem restituídas à Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, num percurso que está sendo cumprido por todo o acervo do templo.

Comunidade Guardiã

Mais uma vez, a conscientização da necessidade de preservar veio à tona graças a um telefonema de um membro da comunidade que, ainda em 1983, denunciou o início da restauração indevida da principal imagem daquela igreja: a de São Luiz Gonzaga.

Paralelamente aos contatos realizados pela 10ª DR para a imediata paralisação dos serviços que, constatadamente, não eram nada satisfatórios, foi providenciado o urgente pedido de tombamento das dez imagens que constituem o acervo da Matriz e contratado um especialista capaz de restaurar criteriosamente as peças.

Conforme explica o Professor Júlio Nicolau B. de Curtis, responsável pela 10ª DR, "três imagens já foram restauradas com total sucesso e grande receptividade por ocasião da entrega à comunidade: a de Santo Isidro Lavrador, a de Santa Catarina de Sienna e a de Santa Tereza de Ávila. A imagem do oráculo, lamentavelmente, teve todas as suas camadas de tinta retiradas na fracassada tentativa de restauração – o que motivou a denúncia – restando como último recurso apenas encerá-la, o que será feito no local posteriormente".

Além das duas imagens, que atualmente estão passando por restauros, mais quatro serão recuperadas: a de Nossa Senhora da Conceição, a de Nossa Senhora das Dores, a do Senhor dos Passos e a do Senhor Morto.

A Arte e o Culto

As imagens, de origem missioneira, foram confeccionadas durante a primeira metade do século XVIII e são provenientes, provavelmente, do antigo povo de São Luiz. Algumas são mais eruditas e, nas mais populares, é perceptível a técnica indígena miscigenada com o modelo europeu e viceversa.

"Mas essas preciosidades, com cerca de 250 anos de existência", prossegue Curtis, "não podiam ser tratadas apenas como obras de arte, que necessitavam perder o 'aspecto carnavalesco', obtido através da pintura e colocação de apetrechos em restaurações anteriores. Por serem objetos de culto, precisavam retornar à comunidade o menos mutilados possível, embora isso ferisse um pouco os modernos conceitos de restauração, que determinam a manutenção apenas das partes originais."

O bom senso fazia crer que era necessário conciliar a questão. As restaurações estão sendo realizadas visando obter o máximo de fidelidade aos originais, mas ao mesmo tempo, evitando, dentro de um limite cabível, mutilações.

RIO GRANDE DO SUL

O Artista e a Arte

Contratado para executar os serviços nas imagens da Matriz de São Luiz Gonzaga, Ariston Correia de Oliveira – um baiano de 26 anos conhecido por "Cabo", que desde os 12 anos de idade trabalha em restauração – relata as fases pelas quais devem passar as peças, durante o processo de recuperação, para a obtenção de resultados satisfatórios. "A primeira providência a ser tomada é fotografar a obra de todos os ângulos. Depois é feita a limpeza, que consiste na retirada, com pincel, da poeira e dos fungos, tanto da encarnação – parte referente à pele – quanto do estofamento – vestes. Quando necessário, é feita a fixação da pintura".

"Realizada essa parte, começam os testes de exploração, com objetivo de se determinar as camadas de tinta e os tipos de pigmento que foram usados. São aplicados solventes e realizadas raspagens nas áreas menos visíveis, o que acaba conduzindo ao aspecto original da obra.

"Após os testes de pigmento, são reconstituídas as partes danificadas, mantendo-se, acima de tudo, a originalidade da peça. É recomendável a retirada de todas as partes que porventura tenham sido colocadas posteriormente à sua confecção".

Cabo foi aluno de Jair Inácio durante um ano em Ouro Preto e, atualmente, se dedica de forma integral à restauração do acervo da Matriz de São Luiz Gonzaga.

Permanecendo por muitas vezes mesmo aos sábados e domingos, cercado de bancadas onde estão espalhadas inúmeras espátulas, bisturis, vidros de solvente, cola e serragem, além de equipamento odontológico variado – comumente empregado em restauros desse tipo – Cabo busca, minuciosamente, a perfeição dos detalhes, enquanto sonha com a importação de modernas técnicas estrangeiras que, segundo ele, "aprimorariam em muito a atuação dos restauradores brasileiros".

Está prevista pela 10ª DR da SPHAN/*pró*Memória a entrega de todas as imagens à comunidade até o final deste ano. E quanto à Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga – construída em estilo neo-gótico tardio, por volta de 1930, no local do primitivo templo – está sendo estudada a montagem, no fundo da capela-mor, de um pedestal em madeira, que terá por finalidade expor de forma mais nítida e valorizada as imagens, que até então se encontravam entre colunas, suspensas a três metros do piso.

Ainda segundo Júlio Curtis, "este é apenas o início de um trabalho que necessita ser feito em várias cidades do Estado", tendo em vista a existência de dezenas de imagens e altares, em museus e igrejas, carentes de medidas similares às adotadas com relação às imagens da Matriz de São Luiz Gonzaga.

Ruínas de São Miguel

A 10ª Diretoria da SPHAN/*pró* Memória acionará, em janeiro próximo, a última etapa da consolidação da frontaria das Ruínas de São Miguel das Missões. Neste momento, está sendo definido, pela instituição, o tipo de maquinaria a ser utilizada para a realização da tarefa, que consistirá em formar uma estrutura interna capaz de garantir ao conjunto a estabilidade e segurança devidas.

O equipamento será definido entre a perfuratriz que vem sendo utilizada nas obras do Paço da Cidade do Rio de Janeiro, ou outra de menor porte, atualmente em uso no Museu da República, o que possibilitará a introdução, nos maciços, de vergalhões de ferro com cerca de 3 metros de comprimento, em fendas a serem abertas com 5 centímetros de diâmetro, que após obturadas com nata de cimento interligarão os diversos blocos de alvenaria já consolidados (SPHAN nº 27, págs. 1 a 6).



Arquivo SPHAN - Rio

Ainda nesta etapa, serão consolidadas também as arcadas laterais e retirados os trilhos colocados no interior da nave da igreja, em 1927, e que estão perturbando visualmente o conjunto.

Depois de estabilizados todos os maciços, o que acabará com os riscos de desabamento, serão executadas, paralelamente, as duas próximas etapas: a da recomposição das alvenarias do colégio – antigo hospital – e a das prospecções arqueológicas. Após isso, ficarão faltando apenas o agenciamento e o tratamento paisagístico de todo o monumento.

A desmontagem dos andaimes – prevista em cronograma e executada no atual estágio das obras – possibilitou à Rede Globo de Televisão filmar no local cena do seriado "O Tempo e o Vento", o que já deixa margem para a conscientização de apenas uma das futuras utilizações deste cenário magnífico, tanto do ponto de vista físico e cultural, quanto histórico.

Casa da Moeda abrigará Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional, órgão integrante do Ministério da Justiça, está se mudando. Tão logo sejam realizadas as obras e adaptações, já previstas em projeto, caberá ao Arquivo o conjunto arquitetônico localizado à Praça da República, 173, que por mais de cem anos serviu à Casa da Moeda.

De um encontro, em 1981, entre o então Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães e a Diretora do Arquivo Nacional, Celina Moreira Franco, surgiu a idéia de aproveitamento do conjunto pertencente à Casa da Moeda, disputado, na época pelo Superior Tribunal Militar, pelo Tribunal Regional do Trabalho e pelo MEC.

O Arquivo foi o quarto pretendente e saiu vitorioso, após complicadas gestões realizadas com o incondicional apoio de Aloísio e que envolveram os Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Educação e Cultura, a Secretaria de Planejamento e a Casa Civil da Presidência da República. Em 8 de abril de 1983, o conjunto foi oficialmente entregue ao Arquivo Nacional.

Consolidando essas iniciativas, Celina Moreira Franco recebeu, no dia 11 de setembro deste ano, no saguão principal da futura sede, do Diretor Regional da SPHAN/*pró*Memória, Glauco Campelo – na ocasião representando o Secretário da Cultura, Marcos Vilaça – e na presença de membros do Conselho Federal de Cultura, o Projeto de Restauração do conjunto original : um total de quatro prédios, que inclui um frontal e três em forma de **U**, de feições neoclássicas, construídos em 1866 e tombados em 1938 pela SPHAN.

Conforme programado, o Arquivo Nacional ocupará, ainda em janeiro próximo, o prédio de construção mais recente, com sete pavimentos e já adaptado para tal fim, localizado nos fundos do conjunto original – com entrada pela Rua Azeredo Coutinho, 77 – onde funcionava a Fábrica de Cédulas, medida que acarretará, a curto prazo, grande melhoria no funcionamento do órgão.

O Projeto

Elaborado no período de janeiro a julho deste ano, pelo Grupo de Arquitetura e Planejamento – GAP, sob a supervisão da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória e contínua participação da direção e dos técnicos do Arquivo Nacional, o Projeto de Restauração do conjunto original – coordenado pelos arquitetos Alfredo Britto e Cléia Braga – é constituído por 25 volumes ilustrados com mais de 300 fotos e desenhos e tem sua implantação condicionada à garantia da contínua captação de recursos, visto ter sido previsto em cronograma o prazo mínimo de três anos para a conclusão dos trabalhos necessários.

Segundo Alfredo Britto, na elaboração do projeto "foram adequados às circunstâncias critérios consagrados internacionalmente, o que garantirá o máximo de respeito e fidelidade às características do conjunto."

O projeto não busca uma unidade arquitetônica idêntica à da época em que os quatro prédios foram construídos. A proposta é retirar as intervenções posteriores e que se chocam com as linhas neoclássicas originais.

"Toda a construção será climatizada" – prossegue Britto – "no que diz respeito a temperatura e umidade relativa do ar, e adaptada com dispositivos contra incêndio. No prédio frontal, serão futuramente instalados o auditório, a sala de exposições, a administração e o atendimento ao público, com consulta computadorizada, e os três prédios dos fundos abrigarão os depósitos de documentos".

Divididas em nove etapas, englobando demolições, restaurações e construções, as obras, que em porte superarão as que vêm sendo realizadas no Paço Imperial, ainda não têm a data de seu início estipulada.

Em abril de 1983, época na qual foi concedida a transferência para a nova sede, começaram a ser elaboradas adaptações no prédio mais recente – construído há apenas quinze anos – objetivando abrigar o Arquivo Nacional. Foram adquiridos os móveis necessários; realizados serviços na refrigeração, adequados a cada tipo de documento; executada a pintura, com tinta especial que não permite propagação de fogo; impermeabilizado o teto e substituído o piso, uma vez que as irregularidades do antigo revestimento afetariam os documentos, quando transportados sobre carrinhos. Além disso, foram criadas estantes e divisórias, projetadas especialmente para atender às tarefas do órgão.


Arquivo Nacional

Prédio mais recente já em uso pelo Arquivo Nacional.

Nesta construção, com área de 16.000 m² – o quádruplo da antiga sede – e capacidade para abrigar 30.000 metros lineares de documentos – contra os 18.000 anteriormente disponíveis – funcionarão o arquivo intermediário e o acervo audiovisual, além do setor administrativo, já praticamente instalado.

Na sede antiga do Arquivo Nacional, situada no prédio nº 26 da Praça da República, os funcionários dedicam-se, atualmente, à primeira fase do empacotamento e identificação – a segunda será o processo normal da transportadora – dos cerca de 2 bilhões de itens, que datam de 1534 até os dias de hoje, para o posterior e cuidadoso envio à nova sede. Um percurso pequeno, mas que será cumprido durante 50 dias, nos quais serão realizadas, aproximadamente, 600 viagens de caminhão.

NOTICIÁRIO

O homem dos sambaquis

Após o lançamento de dois volumes do Inventário de Sítios Arqueológicos, contendo cadastros dos sítios existentes na Bahia e em Goiás, a *pró* Memória, através do seu Núcleo de Editoração, está produzindo o terceiro exemplar da coleção, que abordará o Estado de Santa Catarina, numa homenagem ao arqueólogo Padre Alfredo Rohr, falecido em julho passado.

Nascido a 18 de setembro de 1908, o Professor Rohr dedicou toda sua vida à arqueologia. Especializou-se na Universidade Federal do Paraná e iniciou suas pesquisas em 1958 nos diversos sambaquis – depósitos de conchas, restos de cozinha e de esqueletos, amontoados por tribos pré-históricas, no litoral – de Santa Catarina. Assumiu a direção do Museu do Homem do Sambaqui – Florianópolis, em 1964. Em 1972, tornou-se Pesquisador-Chefe do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e foi empossado pelo então IPHAN como representante para Assuntos de Arqueologia no Estado de Santa Catarina, função que desempenhou até sua morte.

O papel que o Professor Rohr representou para o Patrimônio Histórico, segundo especialistas, foi notável. Durante 30 anos de carreira lutou ininterruptamente contra o vandalismo dos que destróem bens culturais. Sua meta principal foi sempre a proteção e preservação dos sítios arqueológicos, procurando conscientizar as comunidades para a importância desse acervo cultural.

Denunciando que a destruição desses vestígios acarretaria irremediável perda de informações sobre populações extintas, ocasionando, assim, irreparável lacuna na recomposição da pré-história brasileira e sul-americana, Padre Rohr impediu que a exploração indevida, em locais de elevado valor econômico, alcançasse índices surpreendentes.

Padre Rohr deixou uma valiosa coleção oriunda de suas pesquisas em Santa Catarina. Reconhecido como Patrimônio da União, este acervo, contendo pontas de flecha, colares, ossos, cerâmicas e outros elementos arqueológicos, já conta com um tombamento provisório, aguardando a próxima reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para sua aprovação definitiva.



Foto: PADRE ROHR

Aspecto parcial do Sambaqui do Rio Lessa (SC).

Intercâmbio de acervos

Tendo como propósito concretizar a política de adequada redistribuição de acervos entre os órgãos da Fundação Nacional *pró*Memória, o Museu Histórico Nacional cedeu ao Museu Nacional de Belas Artes seis telas de autoria de Leandro Joaquim. As obras de arte passarão a integrar a coleção de pintura colonial existente no MNBA e serão expostas na galeria permanente de Arte Brasileira.

Em contrapartida, o Museu Histórico Nacional receberá do Museu Nacional de Belas Artes obras de características histórico-documentais que melhor se adequam em suas exposições.

Acordo MEC/MINTER protegerá bens culturais

O Ministério do Interior poderá contar agora com o apoio técnico da Fundação Nacional *pró*Memória para a identificação e proteção dos bens culturais ou naturais existentes nas áreas destinadas aos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, do Minter.

O protocolo de cooperação mútua firmado entre os dois Ministérios permitirá a análise prévia das propostas de projetos apresentadas pelos Governos Estaduais ou pelas Superintendências do Ministério do Interior, destacando as áreas a serem beneficiadas que necessitem de tratamento diferenciado, pelo valor do patrimônio cultural nelas existente. O passo seguinte será a indicação, por parte da *pró*Memória, de alternativas que compatibilizem a implantação dos Programas Especiais com a preservação de monumentos ou conjuntos de interesse histórico e paisagístico, além de manifestações e atividades típicas da cultura popular; com este objetivo, foi previsto o aproveitamento, sempre que possível, destes bens culturais nas atividades sócio-econômicas a serem desenvolvidas pelos Programas.

Segundo a Arquiteta Briane Bicca, da Fundação Nacional *pró*Memória, "o acordo não impõe uma mudança de sistemática dos programas, mas sim inclui o componente cultural na discussão das propostas. A análise técnica conjunta visa dar um assessoramento às Secretarias de Planejamento dos Estados e às Superintendências do Minter que indique o melhor caminho a seguir, com alternativas que valorizem, entre outros aspectos do patrimônio cultural ou natural, as técnicas de construção e produção locais". De acordo com a Arquiteta, o protocolo não implicará em recursos extras, pois pretende apenas orientar a utilização das verbas já existentes nos programas do Minter. A aplicação do mesmo não será restrita às áreas tombadas, abrangendo qualquer região pretendida que seja de interesse cultural.

Participam do protocolo, pelo Ministério do Interior, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), e as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Sudeste (respectivamente SUDAM, SUDECO, SUDESUL,

SUDENE e SERSE), que são as responsáveis pelos Programas Especiais.

Os Programas

Criados em 1974, os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional propõem-se a combater os desníveis de desenvolvimento existentes entre as várias regiões do país, melhorando a distribuição inter-regional e inter-pessoal de renda. Através de medidas de caráter integrado voltadas para a criação da infra-estrutura econômica, ambiental e social em regiões de bom potencial como o sertão nordestino, a Amazônia ou os cerrados do Centro-Oeste, é promovida a fixação das populações e a conversão de áreas estagnadas em novas fronteiras produtivas.

"Este processo é muito acelerado", explica Fernando Almeida, Subsecretário de Programas Especiais do Minter. "Muitas vezes a população não está preparada para enfrentar as profundas transformações no seu modo de vida. Portanto, é fundamental considerar as características da população existente e as dos que chegam para o assentamento colonizador, para que se preservem estas características".

Elogiando o protocolo, Fernando destacou que é "perfeitamente possível harmonizar o desenvolvimento regional com a preservação da cultura, que muitas vezes pode dar grandes contribuições à realização dos projetos", citando como exemplos o conhecimento popular de plantas e ervas medicinais, que pode servir de base para o desenvolvimento de uma farmacopéia alternativa, ou o exemplo de Rio de Contas/BA, município que tem um original sistema de controle e administração das águas que servem à irrigação coletiva. Rio de Contas, por sinal, é a primeira localidade beneficiada pelo protocolo, que está patrocinando ali uma experiência interinstitucional de estímulo ao desenvolvimento em acordo com a proteção do vasto acervo patrimonial tombado e dos diversos contextos culturais existentes no Município.

"Algumas áreas, como as do Nordeste, são muito ricas do ponto de vista cultural. Mas todas as áreas que serão trabalhadas nos interessam sob esse aspecto, porque todas têm o seu valor", concluiu Fernando Almeida.

Museu de Cabo Frio: última etapa de restauração

Já se encontra em andamento a última etapa das obras de restauração do Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, onde funciona o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio. O término das obras está previsto para o início de dezembro e, posteriormente, todo o conjunto será beneficiado com a implantação de um projeto paisagístico, em seu entorno.

O conjunto arquitetônico onde se situa o templo é remanescente do Convento e Igreja de Santo Antônio dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira, e já foram executadas em suas dependências várias obras de conservação e reparos.

Nas etapas recentemente cumpridas, foram revistas as partes hidráulica e elétrica; corrigidas infiltrações; eliminadas goteiras provenientes de falhas no telhado; colocadas trancas; consertadas fechaduras de gorja e imunizadas as áreas do Convento e do Museu.

A última etapa, executada por administração direta, consiste no fechamento dos vãos da torre sineira da Igreja, cujo espaço será utilizado para a criação de uma reserva técnica e na vistoria do sistema elétrico.

O Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos situa-se no Largo de Santo Antônio e foi tombado pela SPHAN em 1957. Projeto de autor desconhecido, executado de 1686 a 1698, o monumento englobava, originalmente, igreja, capela-mor, cemitério com três alas – uma frontal, outra lateral e mais uma posterior – além da Capela de Nossa Senhora da Guia. Abandonado em 1872, teve suas alas lateral e posterior totalmente destruídas, devido à ação dos ventos, das chuvas e às depredações, restando, atualmente, a ala frontal, a igreja, o cemitério e a capela.

Abrigando o acervo do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, o monumento se encontra aberto à visitação e comporta, ainda, em suas instalações, o Escritório Técnico da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, atuante no Município e nas localidades de São Pedro da Aldeia, São João da Barra, Casimiro de Abreu e Campos.

Já com as obras concluídas, será realizada, em 14 de dezembro, na parte utilizada como museu de arte tradicional, uma exposição de artistas da cidade de Paraty, como parte do projeto de intercâmbio cultural que vem sendo estimulado pelos escritórios técnicos da SPHAN, e que tem apresentado resultados bastante positivos.

Com a implantação, por parte da Prefeitura, do projeto paisagístico que está sendo elaborado pela 6ª DR, e que prevê a revitalização da área com assentamento de vegetação adequada, além de equipamentos de lazer, em madeira, pretende-se devolver à comunidade de Cabo Frio, não só o monumento, mas toda uma atmosfera digna para a contemplação do seu valor histórico e artístico.



Arquivo SPHAN - Rio

NOTICIÁRIO

Capanema é objeto de pesquisa

A Fundação Nacional *pró*Memória e a Fundação Getúlio Vargas assinaram convênio visando a elaboração de uma pesquisa sobre a importância de Gustavo Capanema na cultura brasileira.

Segundo Marcos Vilaça, Secretário da Cultura do MEC, este projeto tem como objetivo principal "manter viva a memória nacional, explicitando o papel do ex-Ministro da Educação no desenvolvimento de nossa cultura". Já para a Chefe do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Celina Moreira Franco, "a importância do convênio está na oportunidade de, através da divulgação das pesquisas, democratizar o acesso ao acervo pessoal de Capanema, que soma cerca de 200 mil peças entre documentos, periódicos, fotografias e discursos".

Em janeiro próximo deverá ser lançado um livro sobre a pesquisa realizada, que dará destaque à construção do prédio do MEC do Rio de Janeiro, o Palácio da Cultura, marco da arquitetura moderna no Brasil, mandado construir durante a gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde-1934/1945 (SPHAN nº 18, pág. 4).

Em PE, monumento é presente

Ao som da banda local e do estrondo de foguetes, Igarassu – a mais antiga vila de Pernambuco – comemorou dia 28 de setembro, além de seus 449 anos, a entrega à comunidade do prédio da Casa de Câmara e Cadeia, inteiramente restaurado.

A edificação segue traçado semelhante ao das demais casas de câmara erguidas no Brasil, geralmente dotadas de: cadeia, arsenal de milícias, salas de reunião e salas destinadas aos serviços camerários e de judicatura.

Sua restauração, prevista no projeto de agenciamento da Praça Santos Cosme e Damião, foi realizada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE –, com o apoio da SPHAN/*pró*Memória, do Governo do Estado e da Prefeitura de Igarassu.

Tendo funcionado como cadeia até o início das obras, o prédio passará a abrigar a Câmara Municipal e a Biblioteca da cidade.

O Imperador constitucional

Exibindo indumentárias, jóias, telas, livros e documentos da época do Brasil Colônia, o Museu Imperial de Petrópolis (RJ) apresentou, de 24 de setembro a 12 de outubro, a exposição "O Imperador Constitucional", em comemoração ao sesquicentenário da morte de D. Pedro I.

Por ocasião da abertura da exposição, o Museu Imperial recebeu da proprietária da livraria Sebo Fino, Ana Maria Bocayuva de Miranda Jordão de Mesquita, a doação da chapa-matriz – em cobre – da gravura de D. Pedro I, produzida por Gregório Francisco de Queiroz, segundo original de Doménico Esquiopetta, datado de 1826.

Portinari no México

Vinte e um desenhos da série Dom Quixote, de Cândido Portinari, estarão em exposição, de 18 de outubro a 3 de novembro, na cidade de Guanajuato/México, por ocasião do XII Festival Cervantino, evento de destaque no calendário cultural daquele país, congregando intelectuais e artistas de várias nações.

Os quadros, produzidos a lápis cêra – a cores – sobre papel, fazem parte do acervo do Museu da Chácara do Céu, um dos segmentos do grupo de Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya. Executada no período de 1955/56, quando a conselho médico o pintor viu-se obrigado a abandonar o uso das tintas, que o estavam intoxicando gravemente, esta série foi-lhe encomendada pelo editor e amigo José Olympio, para uma edição de D. Quixote, não levada adiante. A coleção foi adquirida por Castro Maya ao filho de Portinari, João Cândido, em 13 de junho de 1963.

A autorização para saída da coleção do país foi concedida pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua reunião de 30 de agosto. O seguro, no valor de Cr$ 300.000.000,00, ficou sob responsabilidade dos organizadores do Festival e o transporte a cargo do Ministério das Relações Exteriores.



Foto: PEDRO LOBO

Queda de Sancho Pança e Dom Quixote.

Prêmio Moinho '84

O Prêmio Moinho Recife deste ano foi conferido ao escritor Marcos Vinícios Vilaça, pelos seus trabalhos, artigos, ensaios, conferências e livros, em prol do patrimônio cultural brasileiro.

A escolha foi realizada em 3 de setembro, na sede do Moinho Recife – que está comemorando 70 anos de fundação – por uma comissão composta pelos acadêmicos Jarbas Maranhão e Nilo Pereira, professor Murilo Guima-

rães, poeta César Leal, Francisco Bandeira de Melo, Secretário de Turismo, Cultura e Esportes de Pernambuco e Fernando Freyre, Diretor da Fundação Joaquim Nabuco.

A indicação de Marcos Vilaça para o prêmio partiu de Jarbas Maranhão, que assim se manifestou em seu voto: "O objetivo da reunião é contemplar uma personalidade da área cultural com o 'Prêmio Moinho Recife'."

"Proponho a sua concessão ao escritor Marcos Vinícios Vilaça. Proponho e, desde logo, dou meu voto."

"Não somente pela circunstância de, no momento, ser o titular do elevado cargo de Secretário da Cultura do Ministério da Educação – o que já seria muito significativo – mas por ocupá-lo com notável competência e espírito público".

"Por exercer suas nobres e complexas atribuições com eficácia, levantando uma obra de resultados concretos, na preservação do patrimônio histórico e cultural do país".

"Não é necessário salientar a relevância desse trabalho, pois os próprios textos básicos da organização política dos povos declaram como obrigação positiva dos Estados o amparo à cultura, determinando a defesa de sítios e monumentos, objetos de regulamentação jurídica, no entendimento de que a conservação de paisagens naturais de particular beleza, de obras, edifícios e lugares de valor histórico e artístico são de manifesta utilidade social."

"Mas não voto apenas por esses motivos, pela atuação de Marcos no presente"

"Voto, ainda, pelo que ele realizou antes, na continuidade de excelentes serviços (. . .)".

"No escritor vitorioso noutras plagas, mas sempre preso à sua terra".

"Cujas fontes de inspiração continuam a ser Nazaré da Mata, Limoeiro, Recife, a província natal (. . .)".

O Prêmio Moinho Recife, concedido de dois em dois anos a personalidades que se destacaram nas áreas das ciências, artes e cultura, consiste de uma quantia em dinheiro, medalha de ouro e diploma.

Supermercados

Ampliando o campo de atuação da campanha "A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio cultural", a Fundação Nacional *pró*Memória, através de sua 7ª Representação Regional, assinou no mês de outubro, em Belo Horizonte, convênio com os Supermercados Epa para ter estampadas, nas sacolas de compras daquela empresa, fotografias dos principais monumentos mineiros.

Este projeto (SPHAN nº 29, págs. 20 a 24), que vem obtendo sucesso desde o ano passado, no Norte e no Sul do país, sob a coordenação da Área de Desenvolvimento de Projetos Especiais para Difusão Cultural, estará movimentando, através dos clientes das 23 lojas da rede Epa, durante 12 meses, em 750 mil embalagens, 24 monumentos do Estado de Minas Gerais, a começar pelo casario do Largo do Rosário, de Ouro Preto. Com mudanças de motivos previstas para cada 15 dias, os próximos bens culturais impressos serão: a Igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, a Capela de Nossa Senhora do Ó, de Sabará e a Igreja de São Francisco de Paula, da Pampulha (BH).

Seguindo o exemplo de outras empresas, ao aderir a esta forma alternativa de sensibilização comunitária, os Supermercados Epa esclarecem a importância e a simplicidade da realização do projeto: "Divulgamos nossos monumentos, enfeitamos as compras dos clientes e não gastamos praticamente nada", afirma o Diretor de Marketing do Epa, Arnaldo Chacon.



EPA

Prêmio INL

"Estudos de Revisão da Literatura: Fundamentação e Estratégia Metodológica", de Maria Aparecida Esteves Caldas, é o trabalho vencedor do Prêmio Biblioteconomia e Documentação/1984, concedido pelo Instituto Nacional do Livro.

Emir José Suaiden e Murilo Bastos da Cunha – representantes do INL – e Anibal Rodrigues Coelho – indicado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, foram os bibliotecários que julgaram os 15 trabalhos inscritos. A obra de Maria Aparecida, na opinião da comissão julgadora, destacou-se não só por seu valor científico na área de biblioteconomia e documentação como, sobretudo, por sua abrangência, já que pode servir de fundamento para citações bibliográficas em qualquer ramo do conhecimento humano.

NOTICIÁRIO

Museu da Inconfidência, 40 anos

O Museu da Inconfidência, considerado o "carro-chefe" do complexo museológico de Minas Gerais – estado que possui o maior número de bens tombados no país – completou, no mês de setembro, 40 anos.

Dentro das comemorações de aniversário foi organizado um seminário de caráter nacional, reunindo participantes de todas as regiões do país.

Tendo como tema central "A Segurança dos Museus", o evento despertou grande interesse nos meios museológicos. Segundo Rui Mourão, Diretor do Museu da Inconfidência e Coordenador do Programa Nacional de Museus, "a segurança constitui problema central dos museus envolvendo não apenas os aspectos da defesa dessas instituições contra roubo e incêndio. O processamento interno do acervo, com um fichário correto e organizado, a restauração e conservação permanente das peças, o treinamento do pessoal em serviço e, inclusive, os cursos de educação patrimonial são algumas das rotinas do museus que estão direta ou indiretamente relacionadas com a segurança".



Restauração de papel

A Fundação Nacional *pró*Memória firmou com a Secretaria de Documentação e Informática do Ministério da Justiça-SDI/MJ, Termo de Cooperação Técnica visando ao aproveitamento dos serviços do Laboratório de Restauração de Papel da SDI/MJ pelas entidades que direta ou indiretamente se relacionam com a Fundação Nacional *pró*Memória.

De acordo com o termo firmado pelas duas instituições, a Fundação Nacional *pró*Memória se encarregará da divulgação dos serviços do Laboratório, da promoção dos contatos com entidades e pessoas interessadas, da seleção de candidatos a estágios em conjunto com o Laboratório e da cobrança de taxas correspondentes aos serviços prestados. Tais taxas serão divulgadas, trimestralmente, por meio de tabela de preços.

O Laboratório de Restauração de Papel da SDI/MJ está capacitado a oferecer serviços de assistência técnica, de higienização e de restauração, além de estágios, que serão realizados mediante pagamento de taxa de inscrição, com capacidade de receber quatro estagiários por mês. Para as pessoas já com experiência na área, a duração do estágio será de um mês, com 40 horas semanais; para aqueles sem experiência no setor, o período deverá ser de, no mínimo, dois meses, também com 40 horas semanais. Ainda com relação aos estágios, além da taxa de inscrição, as despesas de deslocamento e estada de pessoas que não moram em Brasília correrão por conta da instituição que enviar o estagiário.

A assistência técnica prestada pelo Laboratório da SDI/MJ consiste no diagnóstico do estado geral de conservação dos volumes e peças que compõem acervos, seguido de proposta de tratamento técnico, prestando-se assessoria quanto ao armazenamento, ambientação e conservação dos acervos. O orçamento varia de acordo com o trabalho a ser realizado. A assistência técnica é prestada no local onde estão os acervos, por intermédio de equipes volantes.

Os serviços de higienização baseiam-se na aplicação de métodos de limpeza e conservação em cada volume componente do acervo. A higienização pode ser feita a seco ou com a utilização de câmara de fumigação. No processo são retirados todos os tipos de fitas adesivas encontradas nos volumes, com uso de solventes específicos, após a realização de testes prévios, e feitos os remendos necessários à total conservação dos volumes, que são lubrificados e impermeabilizados com a utilização de produtos específicos à proteção de couros e/ou pergaminhos.

O processo de restauração, que inclui serviços de encadernação de época, varia de acordo com o diagnóstico do estado geral de conservação da obra, documento ou livro. Após o diagnóstico, é apresentada a proposta de tratamento.

Além dos serviços de encadernação, o Laboratório realiza também trabalhos de encadernação moderna, oferecendo três modalidades: couro – toda em couro, ou lombada e canto de couro; percaline – toda em percaline, ou com lombada de couro e o restante em percaline; e vulcapel – toda em vulcapel.

A partir do primeiro semestre de 1985, o Laboratório ampliará suas atividades, com a instalação de uma oficina de fabricação manual de papel, que oferecerá os seguintes tipos: apergaminhado, para a confecção de diplomas; substituto do papel *ingres*, para a área artística; e substituto do papel japonês, para a área de restauração.

Exposição luso-brasileira

Desembarcada em terras brasileiras ao final do mês de agosto, a Exposição Documental das Ias Jornadas Luso-Brasileiras do Patrimônio iniciou uma mostra itinerante, passando por vários estados do Brasil, sob a respon-

sabilidade da SPHAN, através de sua Diretorias Regionais e o apoio da Fundação Roberto Marinho e de órgãos estaduais de cultura.

A Exposição foi inaugurada no dia 10 de setembro, na Embaixada de Portugal, em Brasília, com características novas. Reestruturada, apresenta-se de forma distinta da apresentada em Lisboa, por ocasião das Iª s Jornadas Luso-Brasileiras SPHAN nº 29, pág. 40).

Montada atualmente em onze painéis – intercalando Brasil e Portugal – com fotografias, planta e textos sobre obras arquitetônicas, possibilita "mostrar através de uma seqüência comparativa, o que, em termos de preservação de patrimônio, se passa nos dois países", propiciando também a técnicos, especialistas e demais visitantes uma panorâmica geral das diferenças e semelhanças existentes entre os mesmos.

Itinerância

No período de 4 a 14 de outubro, a Exposição esteve comemorando os Anos Dez da Fundarpe – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, no Centro de Convenções, Feiras e Exposições de Pernambuco, no Recife. Nessa ocasião, a FUNDARPE organizou um seminário que teve como tema o trabalho desenvolvido na área de preservação de monumentos no Brasil e em Portugal e as influências lusas na cultura brasileira.

Depois do Recife, a Exposição seguiu para Salvador, ficando de 22 a 31 de outubro no Centro Cultural do DESEMBANCO – Banco do Desenvolvimento da Bahia. Voltará a Brasília de 19 a 25 de novembro, sendo montada na galeria do andar térreo do anexo do Teatro Nacional. Posteriormente, estará em Goiânia, de 3 a 9 de dezembro; Belo Horizonte, de 1 a 12 de janeiro; São Paulo, de 23 de fevereiro a 3 de março: a seguir, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e novamente no Rio de Janeiro, retornando a Portugal, onde dará continuidade à itinerância.

Apostando no patrimônio

A Fundação Nacional *pró*Memória, por intermédio de sua Área de Desenvolvimento de Projetos Especiais para Difusão Cultural, continua a usar os canais alternativos de comunicação visando divulgar, junto à população, a importância de seu engajamento na preservação dos bens culturais do país.

Desta feita, o meio utilizado foi o volante do Teste 720 – última semana de setembro deste ano – da Loteria Esportiva Federal.

O primeiro monumento, tombado pela SPHAN, utilizado na campanha, foi a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, de Recife-PE, com a já tradicional mensagem "A Comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio cultural". Esta frase-tema, que vem acompanhando as iniciativas do gênero, voltará a aparecer, juntamente com outros monumentos, ora em fase de seleção, em alguns testes do próximo ano, já reservados pela Caixa Econômica Federal.



Foto: FERNANDO BIZERRA

Igreja de N. Sa. do Carmo - Recife (PE).

Samba na Casa Rui

A Fundação Casa de Rui Barbosa, através de seu Centro de Estudos Históricos, está promovendo, de 26 de setembro a 20 de outubro, em conjunto com o Rioarte, a exposição "Memória Carioca – Raízes e História do Samba na Cidade do Rio de Janeiro".

Enfocando o samba desde a época do Brasil Colônia até os dias de hoje, o evento foi classificado por Rachel Teixeira Valença – uma das responsáveis pelo seu projeto e coordenação – como "mais uma oportunidade de reavivar em nossa consciência a noção de que a História não se escreve só em gabinetes oficiais e salões elegantes, mas se desenrola também e principalmente nas ruas, onde seu protagonista -- o povo – desenvolve, de modo espontâneo e às vezes à revelia do sistema, sua cultura".

Promovida com o apoio do Museu da Imagem e do Som e do Museu Carmem Miranda, a mostra exibe 214 peças – muitas inéditas – entre fotos, discos, livros, quadros, objetos e partituras musicais.

"A exposição se destina a divulgar para o leigo a importância desses heróis quase anônimos – os sambistas e incentivadores do samba – que desde as primeiras décadas do século tem lutado, em nossa cidade, pela implantação, aceitação e preservação de um gênero musical tão resistente quanto seus cultores. E serve ainda para trazer à baila a necessidade de se preservar com cuidado, paralelamente à História com H maiúsculo, a memória de uma manifestação cultural típica de nossa cidade" – afirma Rachel Valença.



Arquivo MIS

João da Baiana, introdutor do pandeiro no samba.

NOTICIÁRIO

Exposição comemora 62 anos do MHN



Foto: MALTA

Para comemorar seus 62 anos, o Museu Histórico Nacional montou uma exposição, aberta de 19 de outubro a 31 de dezembro, denominada "Da Fortaleza de Santiago ao Museu Histórico Nacional: uma perspectiva".

Nela, foram reunidas peças relacionadas com a própria evolução do Museu, desde 1922, e 40 painéis fotográficos mostrando as transformações arquitetônicas e urbanísticas ocorridas em redor e no prédio ocupado pela instituição.

Documentação preciosa

A história da área próxima ao Museu remonta a 1603 quando, na Ponta do Calabouço, foi erguida a Fortaleza de Santiago. Esse foi um dos primeiros pontos de defesa da Cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1762, em local bem próximo da Fortaleza, foi construída a Casa do Trem, sede de artilharia no Rio de Janeiro, daí sua denominação, em razão da expressão "trem de artilharia". Junto a esse prédio foi construído o Arsenal Real ou do Trem, onde foram fabricadas as primeiras peças de artilharia no Brasil e fundidas as esculturas e chafarizes do Mestre Valentim. Em 1811, a Casa do Trem passou a ter outra utilização. Ali se instalou a Academia Real Militar, primeira escola de formação de oficiais do Exército.

A partir de 1921, inúmeras obras de urbanização foram feitas no Rio de Janeiro, em função da exposição comemorativa do centenário da Independência. O Morro do Castelo foi inteiramente arrasado, a Praia de Santa Luzia e a área fronteira à Casa do Trem foram aterradas e construídos pavilhões destinados a abrigar os inúmeros setores da exposição. Promoveu-se uma grande transformação arquitetônica e urbanística.

No acervo do Museu Histórico Nacional dois tipos de documentos esclarecem toda essa história. Existem mapas e plantas da Cidade do Rio de Janeiro, datados de 1713 e 1769, onde pela primeira vez aparece o centro da Cidade entre os Morros de Santo Antônio, Castelo, São Bento e Nossa Senhora da Conceição. Há, também, a reprodução de um mapa a cores, feito em 1645 por João Teixeira, cosmógrafo do Rei, onde se pode localizar as Fortalezas de Santa Cruz, São João e Santiago. Outro tipo de documento são as fotografias, sobretudo as de Malta, documentando as transformações ocorridas a partir de 1921.

Foi com base nesse material, ao qual se juntaram peças das primeiras coleções museológicas, que se montou a exposição "Da Fortaleza de Santiago ao Museu Histórico Nacional: uma perspectiva". Nela, se pôde mostrar as mutações da área e do prédio onde, em 1922, após o término da exposição comemorativa do centenário da Independência, foi instalado o Museu Histórico Nacional.

Olinda: 3 bi para o litoral

Olinda, a cidade monumento, contará com recursos financeiros da ordem de 3 bilhões, liberados pelo Ministério do Interior, para que sejam realizadas obras de recuperação em seu litoral, sacrificado constantemente pela ação do mar há mais de 50 anos.

A primeira vez que as águas castigaram o litoral olindense foi em 1925. Na ocasião, o mar avançou sobre a cidade baixa e atingiu quarteirões inteiros dos bairros dos Milagres, Farol, Carmo e São Francisco.

Em 1948, o mar, mais uma vez, voltou a atacar. A cidade foi invadida e cerca de 400 casas foram danificadas. Porém, só em 1955 foram iniciados estudos para construção de um dique de pré-arrebentação. A obra, iniciada alguns anos mais tarde, não foi concluída. Nos anos de 1961 e 1972 as ressacas voltaram a ocorrer.

No dia 30 de agosto deste ano, o Conselho Consultivo da SPHAN reuniu-se em Olinda com o objetivo de apoiar o Governo do Estado de Pernambuco e a prefeitura local na busca da solução para o problema da destruição do litoral. O conselheiro Roberto Cavalcanti foi designado pelo colegiado para defender a causa junto ao Ministério do Interior que providenciou, imediatamente, a liberação da mais alta verba já destinada a uma projeto recomendado pela SPHAN.

MNBA mostra Andersen

Ficou aberta ao público, de 28 de agosto a 23 de setembro, na Sala Bernardelli do Museu Nacional de Belas Artes, a exposição das obras de Alfredo Andersen; um dos pioneiros da história da arte paranaense.

As 56 obras expostas no MNBA, incluindo "Auto Retrato", óleo sobre tela, de 1932; "Paisagem de Santa Tereza", óleo sobre tela, não datado; "Paisagem", óleo sobre eucatex, de 1917; "Igreja de Oslo", óleo sobre madeira, também sem data e outras de igual valor, são oriundas, em boa parte, do Museu Alfredo Andersen, em Curitiba, que cedeu todo seu acervo.

Para a perfeita assimilação por parte do público, a Mostra exibiu documentário em videotape e contou com catálogo específico, onde todas as obras estão reproduzidas.



Arquivo MNBA

A queimada – Lavadeiras.

Andersen

Alfredo Emílio Andersen nasceu na cidade de Christiansand, na Noruega, em 3 de novembro de 1860, e desembarcou em Paranaguá (PR), aos 32 anos, quando já começava a se firmar na Europa.

Em Paranaguá, onde aportuguesou seu nome – se chamava Alfred – fixou-se por aproximadamente dez anos, sempre retratando em seus desenhos e pinturas, paisagens do litoral e da estrada de ferro que liga aquela cidade a Curitiba, além de tipos populares e famosos.

Andersen foi para Curitiba por volta de 1902, onde participou de exposições, passando a desempenhar intensa atividade, não só como artista mas também como professor. Fundou uma escola particular de Desenho e Pintura e assumiu a função de professor de desenho na Escola Alemã, no Colégio Paranaense e na Escola de Belas Artes e Indústria.

Durante o tempo em que viveu no Paraná – cerca de 42 anos – Andersen pouco se dedicou à exposição de suas obras, restrita a Curitiba e ao eixo Rio/São Paulo. Seus esforços convergiam mais para os campos da criação e do magistério, do que para a divulgação da sua produção.

Várias gerações de artistas foram formadas em sua escola particular – Lange de Morretes, Amélia Assumpção, Gustavo Kopp, Ghelfi, Aníbal Scheleder, Freyesleben, Traple, De Bona e Silvina Bertagnoli, entre outros, e a sua valiosa obra é caracterizada por três grandes linhas temáticas – o retrato, a paisagem e as cenas do gênero – muitas vezes integradas em um só trabalho.

Elaborador de inúmeros projetos para a criação de uma escola oficial de Belas Artes, morreu em 8 de maio de 1935, sem saber que três anos mais tarde, como fruto dos esforços conjuntos do Centro Feminino de Cultura, da Sociedade de Amigos de Alfredo Andersen e do Rotary Clube, seria fundada a Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Encontro de cinematecas

Recuperar, ordenar e preservar a documentação cinematográfica, mediante a utilização de métodos e técnicas compatíveis com a realidade financeira das entidades envolvidas neste trabalho, foi a pauta principal do III Encontro Latino-Americano e do Caribe de Arquivos de Imagens em Movimento, promovido pela Cinemateca Brasileira, de 22 a 26 de outubro, na sua sede, em São Paulo (SP).

O Encontro foi realizado com o apoio da UNESCO, da FIAF – Federação Internacional de Arquivos de Filmes, da EMBRAFILME e das Secretarias Estadual e Municipal de Cultura de São Paulo; e contou com a participação das cinematecas da Argentina, do Uruguai, de Cuba, da Venezuela, da Colômbia, do Peru, da República Dominicana, do Panamá, do Equador, da Nicarágua, da Bolívia e do México, além dos arquivos de Angola e de Moçambique, especialmente convidados.

O evento fortaleceu a troca de experiências e demonstrou que, apesar das dificuldades financeiras e técnicas de cada país, é possível adaptar e até mesmo aperfeiçoar, em modelos mais simples, as tarefas de arquivos de centros desenvolvidos, no que tange à preservação, organização e difusão de filmes e documentos relativos à cultura cinematográfica.

NOTICIÁRIO

Vigia (PA) em festa pela Madre de Deus restaurada



Arquivo SPHAN - 1ª DR

Madre de Deus restaurada.

A procissão do Círio de Nazaré, evento religioso que já se realiza há três séculos no Estado do Pará, teve este ano, na cidade de Vigia, um motivo a mais para se transformar em uma grande festa: a Igreja da Madre de Deus havia sido aberta à comunidade três dias antes, a 6 de setembro passado, depois de passar um longo tempo fechada em virtude das obras de restauração, agora concluídas. Depois de duas horas e meia, o cortejo religioso que percorreu as principais ruas da pequena cidade, quase três quilômetros, chegou à Matriz restaurada para assistir a missa rezada pelo Arcebispo de Belém.

As obras foram executadas pela SPHAN/*pró*Memória, através da 1ª Diretoria Regional, e pelas Secretarias Estaduais de Cultura, Desportos e Turismo e de Viação e Obras Públicas. A terceira e última etapa de serviços consistiu da recuperação dos pisos das varandas laterais, dos pisos de tijoleira dos corredores laterais e sacristia, da instalação elétrica e pinturas internas e externas. O Setor de Museologia do Museu Goeldi, de Belém, completará a recuperação total do monumento com a restauração da imaginária e das pinturas artísticas das telas e do forro da sacristia (SPHAN nº 22, pág. 20).

Considerada a maior e mais importante igreja do interior do Estado, a Matriz da Vigia se coloca ao lado dos mais belos templos barrocos de todo o país. Edificada a partir de 1734, através de permissão régia obtida pelos padres da Companhia de Jesus, a Matriz foi construída em pedra, terra e cal; tem a fachada principal bastante significativa, coroada por um frontão constituído de volutas simétricas com ornamentação em relevo, de curvas caprichosas e ladeada por duas torres sineiras. Destacam-se também a portada principal e as janelas do coro.

A fachada lateral da Madre de Deus abriga a característica mais marcante da igreja, e que a difere de outras: "a original disposição de ser cercada de duas varandas altas, estabelecidas sobre colunas de origem toscana", segundo descrição de Germain Bazin, em seu estudo sobre arquitetura religiosa barroca no Brasil.

Na sacristia da Matriz da Vigia encontram-se obras de arte do século XVIII, de indiscutível valor histórico e cultural, como os afrescos que decoram o seu forro, o apainelado sobre a vida de Nossa Senhora e a valiosa imagem do Senhor na Cruz, feita de uma única peça de madeira por um santeiro espanhol do século XVII.

A importância da Madre de Deus para o Estado, e principalmente para o povo da Vigia, é indiscutível, por ser muito antiga a devoção à N. Sª de Nazaré. A Matriz da Vigia é tombada pelo PHAN desde 1954.

Memória Histórica

Reunir profissionais atuantes em instituições acadêmicas e culturais do Rio de Janeiro, para troca de informações e experiências sobre metodologias de trabalho empregadas no estudo, pesquisa e difusão da memória histórica; bem como possibilitar o acesso a informações ligadas à política de preservação do Patrimônio, a níveis federal, estadual e municipal, são os objetivos do seminário "Memória Histórica: Uma Análise Política, Teórica e Metodológica", promovido pelo Museu Histórico Nacional, como parte das comemorações dos seus 62 anos de existência.

Temas e Palestras

O Seminário será aberto, dia 16 de outubro, às 14 horas, com o tema "Formação da Memória Histórica: o Regional e o Nacional". Sobre o assunto falarão Maria Yedda Leite Linhares, Secretária de Educação do município do Rio de Janeiro e Ciro Flamarion Santana Cardoso, professor do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.

Dia 17, das 9 às 12 horas, será enfocada a "Política de Conservação e Valorização do Patrimônio Histórico", pelo arquiteto Glauco Campello, Diretor Regional da SPHAN/*pró*Memória, Afonso Carlos Marques dos Santos, Diretor do Departamento Geral de Cultura do Rio de Janeiro, e Dina Lerner, Diretora da Divisão do Patrimônio Histórico do INEPAC. Das 14 às 17 horas, será a vez da "Universidade, os Centros de Pesquisa e a Produção do Conhecimento Histórico no Rio de Janeiro". Entre os especialistas estarão Ismênia de Lima Martins, Coordenadora do curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Philomena Gebran, Chefe do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Rosa Maria Barbosa de Araújo, Chefe do Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O Seminário terá continuidade dia 18, quando, a partir das 9 horas, serão abordadas "As Instituições de Ensino e Pesquisa em áreas afins ao conhecimento histórico". Estão convidados para falar sobre o assunto Luís César de Queirós Ribeiro, do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da UFRJ, José Sérgio Leite Lopes, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ e Luís Werneck Vianna, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Das 14 às 17 horas, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Diretora do Arquivo Nacional e Helena Corrêa Ma-

chado, Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro abordarão "O Papel dos Centros de Documentação localizados no Rio de Janeiro".

Na sua última seção, dia 19 de outubro, das 9 às 12 horas, estarão em pauta "Os Museus do Rio de Janeiro e suas Linhas de Ação", com a presença de vários diretores de museus, dentre eles, Gerardo Britto Raposo da Câmara, do Museu Histórico Nacional, Joel Rufino dos Santos, do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, Alcídio Mafra de Souza, do Museu Nacional de Belas Artes e Ana Maria Bahiana, do Museu da Imagem e do Som.

Tendo como palco a Casa do Trem – núcleo básico do MHN, cuja construção data de 1762 – "Memória Histórica: Uma Análise Política, Teórica e Metodológica" é o quinto seminário realizado este ano pelo Museu e está aberto a pesquisadores vinculados a universidades, instituições culturais e de pesquisa, universitários e graduados em história, ciências sociais, museologia e arquivologia, e atende profissionais envolvidos em trabalhos em prol da preservação e difusão da memória histórica nacional.

iniciativa, na medida em que essa empresa vem desenvolvendo um trabalho de documentação dos bens arquitetônicos tombados pela SPHAN, através dos livros **Velho Brasil de Hoje, Guia dos Bens Tombados**, entre outros. Dessas obras foram relacionados 16 desenhos dos artistas Luis Jardim, Tom Maia, Sussy, Jimmy Scott e Vera Mariotti, retratando, na primeira etapa, os seguintes monumentos: Museu da Inconfidência – antiga Casa de Câmara e Cadeia (MG), Serro – Conjunto Arquitetônico (MG), Igreja Nossa Senhora da Conceição – Guarapari (ES), Ruínas de São Miguel das Missões (RS), Mosteiro e Igreja de Nossa Senhora da Luz (SP), Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro (RJ), Teatro José de Alencar (CE) e Capela do Engenho de Jesus, Maria e José – Laranjeiras (SE).

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
Santa Cruz de Cabrália - BA/Brasil



Livro "Guia dos Bens Tombados da Bahia"
EXPED / Grupo Gilberto Huber
MEC/SEC/SPHAN/*pró*Memória

Jimmy Scot

VARIG
Desde 1927

Projeto VARIG

Dando prosseguimento à política de conscientização da população brasileira para a necessidade de seu engajamento no trabalho de preservação dos bens culturais tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi assinado um convênio entre a *pró*Memória, a Editora EXPED – Expansão Editorial, do Grupo Gilberto Huber e a VARIG, com o objetivo de divulgar, através das toalhas utilizadas no serviço de bordo da empresa de aviação, monumentos tombados retratados a bico de pena, por artistas brasileiros.

A Área de Desenvolvimento de Projetos Especiais para Difusão Cultural, da *pró*Memória, responsável pelo projeto, acha de fundamental importância a participação da EXPED nessa

Crianças reinauguram Estrada de Ferro Mauá

A inauguração da primeira estrada de ferro brasileira, ocorrida há 130 anos – a Estrada de Ferro Mauá, foi revivida por 1.400 crianças durante o período de 11 de setembro a 31 de outubro, quando se realizou, no Museu Imperial, um projeto educativo onde aplicou-se como metodologia a Educação Patrimonial.

Nesse projeto, alunos das 4ª, 5ª e 6ª séries do primeiro grau, testemunharam o dia da inauguração da ferrovia, instruídos por museólogos e estagiárias, recriando os trajes da época, os costumes e o cerimonial do século XIX. Participaram do trabalho 40 crianças por dia, divididas em grupos de personagens, usando papel crepom, fitas e adereços de acordo com o personagem escolhido, entre os quais faziam parte os convidados, o maquinista, o chefe da estação, os jornalistas e a Família Imperial. Tudo pronto, todos preparados para o tão esperado momento, chegou a hora da inauguração. Devidamente vestidas a caráter, as crianças dirigiam-se para o local onde era revivida a inauguração, que teve como cenário uma locomotiva "Maria Fumaça" e um vagão, pertencentes ao acervo do Museu Imperial.

Iniciou-se então a cerimônia, numa autêntica encenação histórica, que

NOTICIÁRIO

contou inclusive com uma banda de música.

A Estrada de Ferro Mauá foi uma obra financiada pelo brasileiro Irineu Evangelista de Souza, que no dia da inauguração foi condecorado pelo Imperador D. Pedro II com o título de Barão de Mauá.

"Senhor: a diretoria da Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis vem render graças a Vossas Majestades pela honra que se dignaram conferir à estrada, vindo assistir à solenidade de sua inauguração". Esse foi o primeiro parágrafo do discurso de abertura lido pelo menino Frank, de 11 anos, que interpretou o Barão de Mauá. Frank disse se sentir muito emocionado em participar de tão importante acontecimento da História do Brasil. "Quando vim para cá, pensei que ia ver um teatrinho sem graça", afirmou ele. Para Mônica, de 12 anos, a experiência foi algo maravilhoso, "onde a gente aprendeu vivendo". Ao indagar de Roberta, 10 anos, que interpretou D. Maria Joaquina, esposa de Irineu Evangelista de Souza, o que ela estava sentindo com a condecoração do marido, ela prontamente respondeu: "estou muito orgulhosa com a inteligência de meu marido". Muito compenetrado em seu papel de D. Pedro II estava Rolland, 11 anos, que disse ter condecorado Irineu "por ele ser um homem trabalhador e de grande importância para o progresso do Brasil"

Biblioteca e arquivo histórico à disposição da comunidade

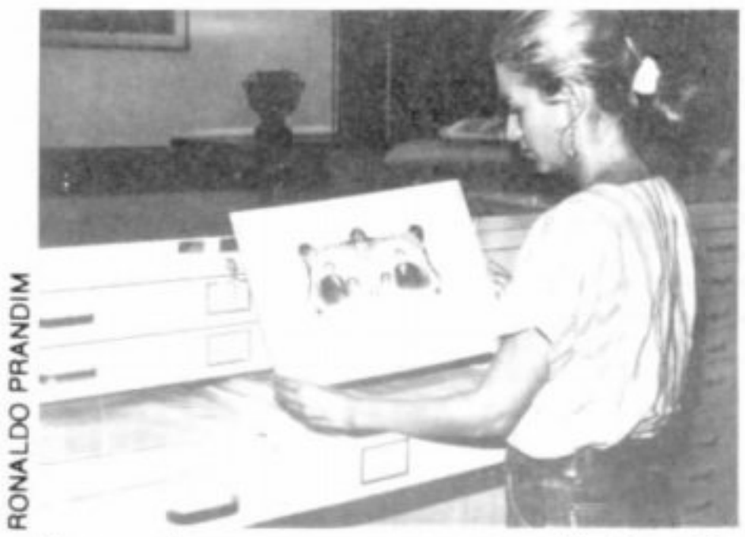
Quase sempre se associa museu com exposição, mas é comum esse tipo de instituição ter à disposição da comunidade outros serviços. É o que acontece no Museu Histórico Nacional (RJ), onde funcionam uma biblioteca e um arquivo histórico.

Abertos à consulta, a Biblioteca e o Arquivo Histórico são opções para os pesquisadores que estudam aspectos vinculados à História do Brasil.

Biblioteca Dinâmica

Atualmente, a Biblioteca do MHN tem 14 mil livros, 1.838 títulos de periódicos e 5 mil folhetos diversos. Esse acervo inclui obras sobre Antropologia, Genealogia, Heráldica, História da Arte, História do Brasil, Política, Sociologia e Numismática.

Destinada inicialmente a suprir as necessidades dos técnicos do próprio Museu, a Biblioteca se tornou fonte de consulta para estudiosos e pesquisadores que ali encontravam livros muitas vezes raros. Destacam-se alguns conjuntos de obras que foram doadas ao Museu, como a coleção Miguel Calmon – Ministro da Agricultura no período 1922/26 – composta por livros



RONALDO PRANDIM

Fotografias, mapas, correspondências são alguns dos tipos de documentos que compõem o acervo do arquivo histórico do MHN.

sobretudo de Agricultura e a coleção Sofia Jobim Magno de Carvalho, com obras sobre indumentária e arte, enfocando aspectos nacionais e regionais, muito utilizada para pesquisas sobre vestuário. Dentre as várias obras raras, destacam-se **Voyages Pittoresques, Scientifiques et Historiques en Amérique, Brésil**, de Henri Koster, em dois volumes, publicados em Paris, o primeiro em 1818 e o segundo em 1846; e De Auguste de Saint-Hilaire, **Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes**, também em dois volumes, publicados em Paris em 1830.

Um dos serviços à disposição na Biblioteca é o de bibliografias. Já existem prontos 120 levantamentos bibliográficos sobre vários assuntos e a Biblioteca atende pedidos dos que não existem preparando novas listagens.

Arquivo em expansão

No Arquivo Histórico estão cerca de 30 mil documentos, em sua maioria datados do Século XIX e início do XX, classificados em três tipos de coleções: **titular**, isto é, a coleção que engloba documentos produzidos e/ou recebidos por determinada pessoa ou instituição; **assunto** e, por último, **espécie de documento**.

Correspondências, cartões, bilhetes, telegramas, gravuras, fotografias – incluindo daguerreótipos, ambrótipos e ferrótipos – compõem o acervo, ao qual se tem acesso primeiramente através da verificação nos inventários analíticos. Cada inventário se divide em duas partes. A primeira, **ficha técnica**, informa sobre a forma de aquisição da coleção, período em que foi organizada, qual o período abrangido pela coleção, espécie e quantidade de documentos, como está organizada, dados biográficos do titular etc. A segunda parte é o **inventário** propriamente dito, onde se faz a descrição analítica de cada documento que integra a coleção.

O Arquivo Histórico tem sido utilizado de maneira regular por cenógrafos, figurinistas e pesquisadores de arte de emissoras de televisão. A Rede Manchete, por exemplo, ali realizou a pesquisa para a série Marquesa de Santos.

A Biblioteca e o Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional (Praça Marechal Âncora, s/nº), funcionam de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.

CONVÊNIOS E CONTRATOS

Foram liberados, neste bimestre, recursos financeiros para os seguintes convênios e contratos assinados pela Fundação Nacional *pró*Memória:

1 Com a Sociedade Brasileira de Médicos Escritores – Regional de PE, visando a realização de obras nas dependências da SOBRAMES;

2 Com a firma ECCIR – Empresa de Construções Civis e Rodoviárias S/A, tendo como propósito a restauração do Solar do Barão do Guajará, localizado em Belém (PA);



Arquivo SPHAN - Rio

Solar do Barão do Guajará.

3 Com a Sociedade Educativa e Cultural Umberto Peregrino, do Rio de Janeiro, objetivando a implementação do projeto "Cordel em folhetos artesanais", que editará folhetos típicos da poesia de cordel;

4 Com a Academia Mineira de Letras, com a finalidade de alocar recursos financeiros destinados a atender gastos imediatos com a manutenção do patrimônio da ACADEMIA/MG;

5 Com a Prefeitura Municipal de Serra Talhada (PE), tendo como objetivo a alocação de recursos financeiros para aquisição de instrumentos para a Banda de Música daquele cidade;

6 Com a Academia Piauiense de Letras, com o propósito de alocar recursos financeiros para a publicação de dez obras de autores piauiense pela ACADEMIA/PI;

7 Com o Comitê Brasileiro de História da Arte para realização do II Congresso Nacional de História da Arte, ocorrido no Rio de Janeiro, sob o tema: "Neo Clássico e Ecletismo";

8 Com a Superintendência de Obras do Estado do Ceará – SOEC – tendo como propósito a primeira etapa de restauração da Assembléia Provincial, onde deverá ser instalada a Academia Cearense de Letras;

9 Com a Prefeitura de Quixeramobim (CE), com o objetivo de restaurar a Antiga Casa de Câmara e Cadeia da cidade. O local deverá ser utilizado pelo Legislativo Municipal;

10 Com o Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN – visando a execução dos serviços de restauração do Teatro 7 de Abril, localizado em Pelotas/RS;

11 Com a Universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Estudo Lingüístico e Literário – NELL, visando a implementação do projeto VII Congresso Brasileiro de Teoria e III Seminário Internacional de Literatura, ocorrido no período de 16 a 22 de setembro;

12 Com a Prefeitura de Manaus e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, objetivando uma colaboração técnica na preservação de entornos de bens federais tombados e estudos para medidas de proteção do patrimônio cultural do Estado e do Município;

13 Com o Instituto Guararapes, de Recife (PE), tendo como propósito o relançamento, no Museu da Abolição, da ação educativo/recreativa que deverá atender as escolas freqüentadas por crianças de comunidades de baixa renda. O projeto visa "abrir canais de entendimento para o papel exercido pelo negro durante o período escravagista";

14 Com a Prefeitura de Tiradentes (MG), objetivando a restauração da praça e do adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, localizada naquela cidade;

15 Com a Prefeitura Municipal de Itabira (MG), e a Companhia Vale do Rio Doce, tendo como propósito o início da restauração da Ermida de Nossa Senhora do Rosário;

16 Com a Prefeitura Municipal de Belém (PA), visando a realização de um programa de colaboração para a preservação do patrimônio cultural do Município.

Livros/Lançamentos



Os livros lançados, no bimestre setembro/outubro, pela Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, são os seguintes:

A Ilusão da Raça Humana
Walter Di Biase
*pró*Memória/INL/Ed. Cátedra 2.000,00

Da Cor do Azeviche
Gisela Laporta Nicolelis
*pró*Memória/INL/Ed. Salamandra
2.000,00

Os Heróis da Bola de Cristal: O Caso da Princesa Nibelunga
Ganymedes José
*pró*Memória/INL/Ed. Salamandra
1.600,00

Estética e Modernismo
Maria Célia de Moraes Leonel
*pró*Memória/INL/Ed. Hucitec
3.200,00

Mucurama
Mário Rizério Leite
*pró*Memória/INL/Ed. Antares
1.500,00

Roda de Samba
Lygia Malaguti de Souza Weghinsk
*pró*Memória/INL/Ed. Antares
1.500,00

O Pássaro da Escuridão
Eugênia Sereno
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
10.000,00

Retratos Falados
Ronaldo Costa Fernandes
*pró*Memória/INL/Ed. Philobiblion
3.000,00

Histórias das Idéias Filosóficas no Brasil
Antonio Paim
*pró*Memória/INL/Ed. Convívio
8.500,00

Cavalinho Alecrim
Oranice Franco
*pró*Memória/INL/Ed. Conquista
1.350,00

Troca-Troca
Maria Helena Alves Portilho
*pró*Memória/INL/Ed. Conquista
1.250,00

Poemas de Cor e Vida
Ricardo José da Costa Pinto
*pró*Memória/INL/Ed. Cátedra
1.500,00

Barões e Escravidão
Eduardo Silva
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
5.800,00

Por Onde Andou Meu Coração
Maria Helena Cardoso
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
8.200,00

O Norte Agrário e o Império
Evaldo Cabral de Mello
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
5.900,00

O Poço do Passado
Vamireh Chacon
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
4.500,00

Salgueiro
Lucio Cardoso
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
3.200,00

O Caderno de João
Aníbal Machado
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
4.200,00

Morte Secreta e Poesia Anterior
Ruy Espinheira Filho
*pró*Memória/INL/Ed. Philobiblion
4.000,00

Até Agora Nada
Irene Moutinho
*pró*Memória/INL/Ed. Nova Fronteira
3.600,00

POSTOS DE VENDA

- Instituto Nacional do Livro – INL
  – Rua da Imprensa, 16/1511 – Centro
  Rio de Janeiro - RJ CEP 20030
  – Rua Apa, 83 – Campos Elisios –
  São Paulo - SP CEP 01201
  – SCLN, Quadra 704/705, bloco c/40
  Brasília - DF CEP 70710

Cartas

Internacional

"Felicito-lhes pela existência desse Boletim, realmente assim como o Brasil e suas pessoas, um universo real e fantástico que é digno de ser preservado.
Na condição de arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de San Carlos de Guatemala, gostaria de receber todos os números de vossa publicação.
Estou mandando para vocês a revista oficial da Faculdade de Arquitetura, muito jovem e que constitui um esforço grande. Finalmente, gostaria de solicitar os endereços dos órgãos brasileiros que oferecem cursos ou bolsas para intercâmbio, sobre museus. Estou muito interessado mas não consegui ainda os contatos".
– Mario Roberto Chacón, 11 Calle 34-60 Zona 7, Tikal II, Guatemala. C.A.
NR – Nós, do Boletim SPHAN, sentimo-nos honrados com suas palavras e altamente estimulados pelo fato de nosso veículo ser bem aceito também fora do Brasil.
Em relação aos órgãos brasileiros que oferecem cursos ou bolsas para intercâmbio, pedimos que entre em contato com o Programa de Cooperação Técnica Internacional da Secretaria da Cultura, à SCN - Quadra 2 - Bloco K - CEP 70710 – Brasília - DF - Brasil, onde poderá obter todas as informações necessárias. Seu pedido para recebimento de todos os números do Boletim será atendido imediatamente.

Capela

"Acusamos o recebimento da publicação SPHAN nº 28, referente a janeiro e fevereiro de 1984. É tão importante à memória, que torna-se difícil dizer a melhor matéria, mas destacamos a da imagem secular da Igreja de N. S. do Rosário, bem como a da foto global da cidade de Tiradentes, onde vê-se essa histórica capela.
NR – SPHAN/*pró*Memória agradece.

Boletins

*"Tenho recebido, com muito agrado, as publicações da pró*Memória. *A última em meu poder tem o nº 23. Estou colecionando e utilizando para consultas. Falta-me, porém, os números 1 e 2. Seria possível enviar-me esses exemplares?"*
– Silvio Meira, Rua Xavier da Silveira, nº 80/701, Copacabana, Rio de Janeiro-RJ.
NR – Sr Silvio Meira, recebemos com muita satisfação sua correspondência e informamos que os nº s solicitados serão enviados, assim como os demais já editados.

Pilar de Goiás

"Tenho recebido periodicamente os boletins da SPHAN e agradeço a gentileza pelo envio da coleção completa.
Inserida no boletim nº 28 (jan/fev), uma pequena matéria em particular muito me interessou. Tratava da devolução à população de Pilar de Goiás de 13 casas que foram sujeitas a obras de consolidação, estabilização, revisão de telhado, etc. Foi com grande satisfação que li a matéria, pois participei junto à 8ª DR no levantamento arquitetônico e no processo seletivo dos imóveis a sofrerem intervenção, e assim calculo o bom recebimento por parte da comunidade local que desde a época que lá permaneci se mostrava entusiasmada e esperançosa quanto à participação da SPHAN na cidade. Se pelo fato da possibilidade de alguns imóveis serem beneficiados, a pequena comunidade passou a ver a SPHAN sob outra postura, calculo agora que constatam um resultado concreto. A população quase na sua totalidade é extremamente pobre e caso a SPHAN não começasse a atuar nas habitações, provavelmente o secular acervo de Pilar de Goiás daqui a alguns anos seria conhecido apenas através de crônicas e levantamentos fotográficos. Parabenizo a atitude da SPHAN e espero não tardar muito retornar a Pilar de Goiás a fim de poder congratular-me junto a seus moradores. - Jorge Ricardo, Salvador (BA)
NR – Agradecidos pelo envio de sua carta, dizemos sobre a importância de tê-la recebido. Esperamos que essa atitude se renove, pois muito nos estimula.
NR – Complementando a relação dos Escritórios Técnicos em funcionamento, publicada no Boletim SPHAN nº 29, pág. 19, divulgamos os seguintes endereços e nomes dos representantes de cada unidade:
4ª DR – **Maceió/AL**, Av. Duque de Caxias, nº 1914, Mário Aloísio Barreto Melo.
6ª DR – **Morro da Conceição/RJ**, Colégio Pedro II – Av. Marechal Floriano, nº 80 (novo endereço), Meise C. A. Paes;
Petrópolis/RJ, Rua Barão do Amazônas, nº 9 (novo endereço), Evelina Grunnberg Lindoso;
Vitória/ES, Campus Universitário de Goiabeira – Rua Fernando Ferrai, s/nº, Carlos Pedro Rose Fundão;
7ª DR – **Diamantina/MG**, Praça Monsenhor Neves, nº 44, Maria Cristina Rocha Simão;
9ª DR – **Curitiba/PR**, Museu Paranaense – Praça Generoso Marques, s/nº (novo endereço), José Lapastina.

Expediente

Editado pela Fundação Nacional próMemória

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

CHEFE DA REDAÇÃO
Maria da Graça Nobre Mendes

REDAÇÃO
Marcus Vinícius De Lamônica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes
Francisco Cereto (estagiário)
Laudessi Torquato (estagiário)
Lúcia Cristina de Oliveira (estagiária)
Rodney Dias Ribeiro (estagiário)
Ulisses Lacava (estagiário)

COLABORADORES
Marcos Cambraia
Mauro Jorge Cunha Chaves
Roberto Pereira Medeiros
Rosane Maria Freitas
Sônia Rabello

REVISÃO
Luciana Kühn Viégas de Medeiros (estagiária)
Maria da Graça Nobre Mendes

PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier
Gioietta Lana